

EMANUELLE SILVA ARAÚJO

**POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL E DESENVOLVIMENTO URBANO
LOCAL: O CASO DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais (ENCE/IBGE) como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais.

ORIENTADORA: PROF. DRA. NEIDE LOPES PATARRA

Rio de Janeiro, outubro de 2007

Introdução

Produto da Política de Integração Nacional no início dos governos militares, a Zona Franca de Manaus foi criada com o objetivo de ocupar a Amazônia Ocidental, uma região despovoada desde o fim do fastígio da borracha. Além da ocupação, visava atenuar os desequilíbrios regionais e intra-regionais da região amazônica, bem como compensar as desvantagens da sua localização em relação aos mercados.

Resultado de um pacto tripartite entre a prefeitura de Manaus, governo do Amazonas e governo federal, a ZFM desponta em 1967 como uma área de livre comércio de importação, exportação e de incentivos fiscais especiais, com a finalidade de criar no interior da Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário.

Esta política trouxe consigo uma série de transformações na dinâmica do crescimento da capital amazonense, principalmente no que tange ao tecido urbano do município. Este trabalho parte do entendimento de que o fenômeno de crescimento populacional acelerado de Manaus deve-se em larga escala aos deslocamentos humanos dirigidos ao município, tendo, principalmente, como fator de atração a política de incentivos da Zona Franca. Para tanto, buscou-se analisar as relações entre a criação e implementação da Zona Franca de Manaus, dinâmica demográfica do município de Manaus e transformações do tecido urbano.

Como recurso metodológico foram realizadas incursões na vasta gama de literatura existente no esforço de realizar uma reconstrução histórica da cidade de Manaus, pesquisas na imprensa local, assim como pesquisas documentais. Além disso, foram utilizados dados referentes aos Censos Demográficos 1970, 1980, 1991 e 2000.

O primeiro capítulo tem como objetivo discorrer sobre momentos considerados importantes para o desenvolvimento da Amazônia, destacando as contradições e conflitos que surgem ao longo do processo em questão. Para isto, procurou-se situar cada período do desenvolvimento da Amazônia no contexto político e econômico do Brasil como um todo. O recorte temporal inicia-se em fins do século XIX, em 1870, com o início da economia da borracha, se estendendo até o final do século XX, no ano 2000,

com o debate sobre a criação dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento e seu papel no desenvolvimento da Amazônia.

O segundo capítulo objetiva contar a história de Manaus desde a criação do Forte de São José do Rio Negro, ponto de fixação dos colonizadores portugueses, passando pela *Paris Tropical*, da época áurea da Borracha até a Manaus do século XXI, importante centro de indústria, comércio e serviços da Amazônia Ocidental.

O terceiro capítulo apresenta uma análise das transformações ocorridas no município de Manaus a partir da criação da Zona Franca, levando-se em consideração três pontos basais: a infra-estrutura, a migração e a População Economicamente Ativa.

O estudo sobre um dos maiores projetos de intervenção industrial, comercial e agropecuário do país representa um esforço para compreender o processo de desenvolvimento econômico e social do município de Manaus, bem como refletir acerca das conseqüências da urbanização acelerada e da migração de grandes grupos humanos que partiam em busca de melhores condições de vida.

Espera-se com este trabalho contribuir para o entendimento dos efeitos ou impactos de uma política específica de integração econômica e regional sobre o desenvolvimento local.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora

(Prof. Dra. Neide Lopes Patarra)

(Prof. Dr. César Ajara)

(Pesquisador Hélio A. de Moura)

Rio de Janeiro, outubro de 2007

*Aos manauaras:
Elaine Tereza e Luiz Alves, meus pais,
e Iraneide Pessoa, minha avó querida*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, serei eternamente grata à Simoni Lahud Guedes por ter me resgatado para o mundo acadêmico; ao Victor Hugo Gouvêa, por ter me apresentado ao mestrado da ENCE, além de todo o incentivo e por ter acreditado em mim quando eu mesma não acreditava; ao Silvio Arnaut por me convencer a aparecer no dia da entrevista com a banca e por todo encorajamento possível e imaginável durante a vida.

A todos os colegas de mestrado, em especial aos amigos queridos da extinta área 3. Não posso deixar de citar Vanessa Campagnac, Marcos Zurita, Roberto Saldanha, Marilene Nacaratti, André Wallace, Leonardo de Carvalho, Andréia Diniz, Eduardo Ribeiro, Aluizio Rocha, Cleber do Carmo e Renato Dirk. Agradecimentos especialíssimos à Andrea Borges, amiga maravilhosa, definitivamente indispensável para que a parte quantitativa do trabalho fosse adiante. Adriana Andrade, amiga e excelente colega de trabalhos passados, pela enorme ajuda e pelo companheirismo. Rafael Montanha, pela torcida, paciência, por suportar minha ausência, maus humores e crises sem fim.

Ao incansável time da secretaria e da coordenação do mestrado: “tia” Neuza, Marilene e Sueli, pela dedicação e respeito com que sempre realizaram seu trabalho.

A todos os amigos de quem tive a presença privada nesse período, em especial à Lia Rocha, Albinha e Gisele Rocha, que acompanharam todo o processo. Aos meus irmãos: Mônica Patrícia, Renato Machado e Alessandra Jammel.

A todos os professores da ENCE, em especial ao professor Paulo Mibieli, quem despertou o meu interesse pelo tema Zona Franca de Manaus e por todo o apoio durante o curso. Ao professor Eli Penha, pela confiança. Em especial, à professora Neide Patarra pela orientação, carinho, apoio, puxões de orelha e pelas conversas deliciosas sobre a vida.

RESUMO

Produto da Política de Integração Nacional no início dos governos militares, a Zona Franca de Manaus foi criada com o objetivo de ocupar a Amazônia Ocidental, uma região despovoada desde o fim do fastígio da borracha. Além da ocupação, visava atenuar os desequilíbrios regionais e intra-regionais da região amazônica, bem como compensar as desvantagens da sua localização em relação aos mercados. Resultado de um pacto tripartite entre a prefeitura de Manaus, governo do Amazonas e governo federal, a ZFM desponta em 1967 como uma área de livre comércio de importação, exportação e de incentivos fiscais especiais, com a finalidade de criar no interior da Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário. Esta política trouxe consigo uma série de transformações na dinâmica do crescimento da capital amazonense, principalmente no que tange ao tecido urbano do município. Este trabalho parte do entendimento de que o fenômeno de crescimento populacional acelerado de Manaus deve-se em larga escala aos deslocamentos humanos dirigidos ao município, tendo, principalmente, como fator de atração a política de incentivos da Zona Franca. Para tanto, buscou-se analisar as relações entre a criação e implementação da Zona Franca de Manaus, dinâmica demográfica do município de Manaus e transformações do tecido urbano.

Palavras-chave: Zona Franca de Manaus; desenvolvimento regional; migração.

ABSTRACT

Product of a National Integration Policy in the beginning of the military governments, the Manaus Free Zone was created with the intention of occupying the Western Amazon, an inhabited region since the end of the golden days of rubber exploitation. Besides occupation, it was intended to soften the Amazon's regional and intra-regional unbalance, as well as compensate the disadvantages of its localization in relation to markets. Result of a tripartite treaty signed by the Manaus City Hall, the Amazonas government and the federal government, the MFZ was highlighted in 1967 as an area for free commerce concerning imports, exports and special tax incentives, aiming the construction of an industrial, commercial and livestock center in the heart of Amazonia. This policy has brought a series of transformations related to the capital's growth dynamics, mostly concerning the city's urban tissue. This work's starting point is that the phenomenon of Manaus fast population growth is mostly due to the great human migration towards the city, once there was an attraction factor, which was the Free Zone incentives policy. Therefore, we sought to analyze the relations between the creation of the Manaus Free Zone and its dynamics, Manaus demographic dynamics and its modifications related to the urban tissue.

Keywords: Manaus Free Zone; regional development, migration.

SUMÁRIO

Política de Integração Nacional e Desenvolvimento Urbano Local: O caso da Zona Franca de Manaus

Introdução.....	12
Capítulo 1 - Desenvolvimento regional e políticas de integração nacional na Amazônia.....	14
1.1 – Políticas de ocupação da Amazônia.....	20
1.2 – Política de Integração Nacional.....	24
1.3 – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM.....	28
1.4 – Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento.....	33
1.5 – A implementação da Zona Franca no município de Manaus.....	39
1.5.1 – Resultados alcançados pela Zona Franca de Manaus.....	42
1.5.2 – Críticas ao modelo Zona Franca de Manaus.....	52
Capítulo 2 – O município de Manaus.....	55
2.1 – Do Forte de São José do Rio Negro à cidade de Manaus.....	55
2.2 – Manaus: a <i>Paris Tropical</i>	60
2.3 - O triste fim do fastígio da borracha.....	67
2.4 - Zona Franca de Manaus: Nasce uma nova esperança.....	69
2.5 – Manaus hoje.....	77
2.6 – Perspectivas para o futuro.....	85
Capítulo 3 – Manaus de 1970 a 2000.....	87
3.1 – Crescimento populacional e processo de urbanização do município.....	88
3.2 – Composição populacional por sexo e idade.....	92
3.3 – Acesso à infra-estrutura urbana.....	95
3.3.1 – Características das habitações.....	96
3.3.2 – Acesso aos serviços urbanos.....	104
3.4 – Migrações para Manaus.....	110

3.4.1 – Características de naturais e não naturais, de 1970 a 2000.....	113
3.5 – População Economicamente Ativa.....	121
3.5.1 – Análises da PEA manauara e não manauara.....	122
3.5.2 – Comentários finais sobre o capítulo.....	133
Considerações finais.....	135
Referências bibliográficas.....	137
Anexos.....	142

ÍNDICE DE TABELAS

Capítulo 1

Tabela 1.1 – População residente por classe de domicílio no Brasil, Região Geográfica e Unidade da Federação – 1980 a 2000

Tabela 1.2 – Produto Interno Bruto a preços constantes de 2000 (R\$) no país, região e Unidades da Federação

Tabela 1.3 – ZFM: Projetos implementados por sub-setor, localização e mão-de-obra - 1987

Tabela 1.4 – ZFM: Faturamento industrial por sub-setores (Valores em US\$ milhões) – 1985 a 1987

Tabela 1.5 – ZFM: Índices Médios de Nacionalização - 1987

Capítulo 2

Tabela 2.1 – Anos de estudo em Manaus - 1970 a 2000

Tabela 2.2 - Participação das capitais no total do PIB nacional e renda *per capita* no Brasil — 1999 a 2002

Capítulo 3

Tabela 3.1 – População de Manaus por faixas etárias – 1970 a 2000

Tabela 3.2 – Razão de sexo em Manaus - 1970 a 2000

Tabela 3.3 – Tipo do domicílio em Manaus - 1980 a 2000

Tabela 3.4 – Tipo do domicílio em Manaus – 1970

Tabela 3.5 – Paredes externas em Manaus - 1980 e 1991

Tabela 3.6 – Total de cômodos em Manaus (População total) - 1970 a 2000

Tabela 3.7 – Total de cômodos em Manaus (Natural/Não natural) - 1970 a 2000

Tabela 3.8 - Total de dormitórios em Manaus (População total) - 1970 a 2000

Tabela 3.9 - Total de dormitórios em Manaus (Natural/Não natural) – 1970 a 2000

Tabela 3.10 – Número de banheiros em Manaus - 1991 e 2000

Tabela 3.11 – Faixa de densidade morador/cômodo em Manaus - 1991

Tabela 3.12 – Faixa de densidade morador/dormitório em Manaus – 1991

Tabela 3.13 – Condição de ocupação em Manaus (População total) - 1970 a 2000

Tabela 3.14 – Condição de ocupação em Manaus (Natural/Não natural) - 1970 a 2000

Tabela 3.15 – Abastecimento de água em Manaus (População total) - 1970 a 2000

Tabela 3.16 – Abastecimento de água em Manaus (Natural/Não natural) - 1970 a 2000

Tabela 3.17 – Abastecimento de água em Manaus (canalização interna – População total) – 1970 a 2000

Tabela 3.18 – Abastecimento de água em Manaus (Canalização interna - Natural/Não natural) – 1970 a 2000

Tabela 3.19 – Esgotamento sanitário em Manaus (População total) - 1970 a 2000

Tabela 3.20 – Esgotamento sanitário em Manaus (Natural/Não natural) - 1970 a 2000

Tabela 3.21 – Instalação sanitária em Manaus (Uso) – 1980 e 1991

Tabela 3.22 – Destino do lixo em Manaus - 1991 e 2000

Tabela 3.23 – Anos de estudo em Manaus (Natural/Não natural) - 1970 a 2000

Tabela 3.24 – Lugar de origem dos não naturais (Região) - 1970 a 2000

Tabela 3.25 – Lugar de origem dos não naturais (Amazonas/Outros estados/Outro país) - 1970 a 2000

Tabela 3.26 – Residência anterior (Rural/urbano) - 1970 a 2000

Tabela 3.27 – Setor de atividade em Manaus (População total) - 1980 a 2000

Tabela 3.28 – Setor de atividade em Manaus (Natural/Não natural) - 1980 a 2000

Tabela 3.29 – Setor de atividade do estado do Amazonas (População urbana) - 1970

Tabela 3.30 – Posição na ocupação no município de Manaus - 1970 a 2000

Tabela 3.31 – Classe de renda total no município de Manaus - 1970 a 2000

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Capítulo 1

Gráfico 1.1 – ZFM: Participação dos segmentos em 2006

Gráfico 1.2 – Faturamento anual da indústria incentivada em Manaus – 1988 a 1996

Gráfico 1.3 – Faturamento anual da indústria incentivada em Manaus – 2001 a 2006

Capítulo 2

Gráfico 2.1 – Crescimento Populacional de Manaus – 1970 a 2000

Gráfico 2.2 – População alfabetizada de Manaus – 1970 a 2000

Capítulo 3

Gráfico 3.1 – Crescimento populacional de Manaus - 1970 a 2000

Gráfico 3.2 – Taxa de Urbanização de Manaus - 1970 a 2000

Gráfico 3.3 – População do município de Manaus - 1970 a 2000

Gráfico 3.4 – População de Manaus (Natural/Não natural) - 1970 a 2000

Gráfico 3.5 – Residência anterior (Rural/Urbano) - 1970 a 2000

Gráfico 3.6 – PEA dividida por sexo em Manaus - 1970 a 2000

Gráfico 3.7 – PEA do município de Manaus (Natural/Não natural) - 1970 a 2000

Gráfico 3.8 – População em Idade Ativa no município de Manaus - 1970 a 2000

Gráfico 3.9 – PIA/Não PIA do município de Manaus - 1970 a 2000

Gráfico 3.10 - População Ocupada do município de Manaus - 1980 a 2000

Gráfico 3.11 – Setor de atividades do município de Manaus - 1980 a 2000

Gráfico 3.12 – Setor de atividade do estado do Amazonas (Zona urbana) - 1970

ÍNDICE DE CARTOGRAMAS

Capítulo 1

Cartograma 1.1 – Amazônia Legal

Cartograma 1.2 – Produção de soja

Cartograma 1.3 – ENIDs – Impactos dos Projetos de Investimentos – Cenário Tendencial

Capítulo 2

Cartograma 2.1 – Localização do município de Manaus

Cartograma 2.2 – Amazonas – Densidade Populacional (1996)

Cartograma 2.3 - IDH – Municípios

Cartograma 2.4 - IDH – Estados

ÍNDICE DE FIGURAS

Capítulo 1

Figura 1.1 - Distrito Industrial – Vista Aérea

Capítulo 2

Figura 2.1 – Fortaleza do Rio Negro

Figura 2.2 – Ruínas da Fortaleza da Barra do Rio Negro

Figura 2.3 – Barra do Rio Negro vista da torre da Capela de Nossa Senhora dos Remédios

Figura 2.4 – Manaós, desenho de Riou, a partir de uma fotografia

Figura 2.5 – Planta da cidade de Manaós

Figura 2.6 – Porto de Manaós

Figura 2.7 – Projeto da fachada do Teatro Amazonas

Figura 2.8 – Novo traçado urbanístico de Manaus

Figura 2.9 - Vista aérea do Porto de Manaus

Figura 2.10 - Porto de Manaus - Área de cargas

Figura 2.11 - Teatro Amazonas

Figura 2.12 - Centro de Manaus

Capítulo 1 – Desenvolvimento regional e políticas de integração nacional na Amazônia

O presente capítulo está estruturado em três períodos. O primeiro compreende a Economia da Borracha, nos anos 1870 até 1950, aproximadamente. O segundo momento diz respeito à criação da Política de Integração Nacional pelo governo militar nos anos 1960 até 1980; e a criação da SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia na mesma época (1964-1985). E, finalmente, o terceiro momento, que compreende 1990 a 2000, em que se procura, a partir da criação dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, discutir sobre os acontecimentos mais recentes e as possíveis perspectivas para o futuro.

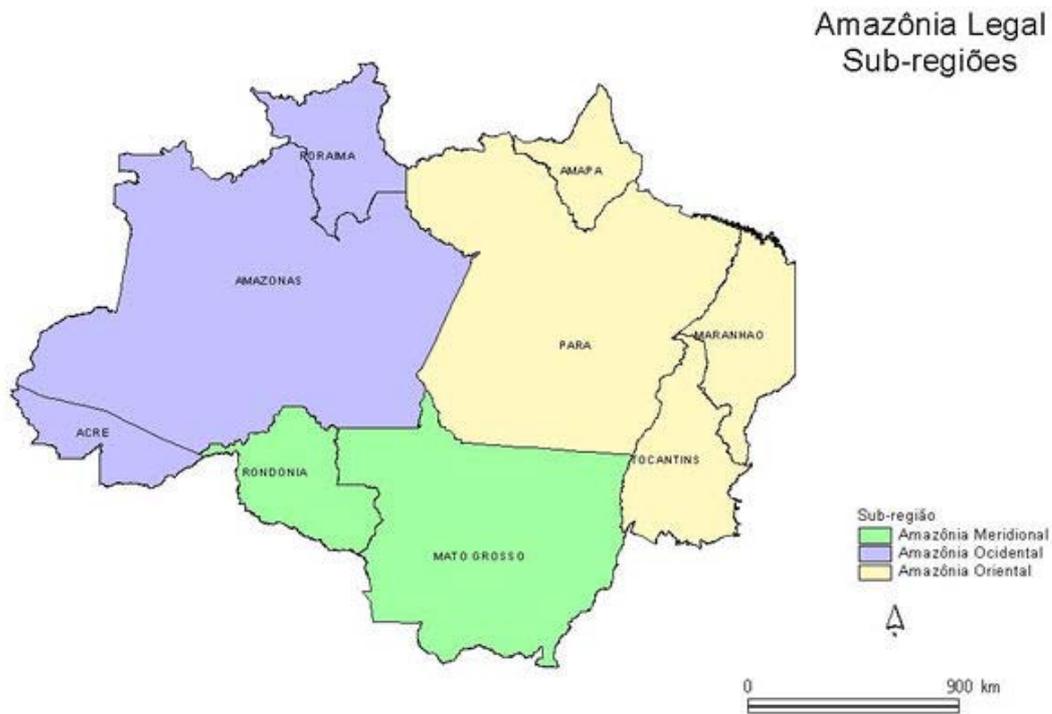
Para início de debate, torna-se necessário apontar que não existe uma única Amazônia, e sim, “Amazônias”, compreendidas em Amazônia Legal (Cartograma 1.1) e Grande Amazônia. A Amazônia Brasileira passou a ser chamada de Amazônia Legal através da Lei 1.806 de 06.01.1953, *“fruto de um conceito político e não de um imperativo geográfico. Foi a necessidade do governo de planejar e promover o desenvolvimento da região”*¹.

Através desta lei foram incorporados à Amazônia Brasileira, o Estado do Maranhão (oeste do meridiano 44°), o Estado de Goiás (norte do paralelo 13° de latitude sul atualmente Estado de Tocantins) e Mato Grosso (norte do paralelo 16° latitude Sul).

No ano de 1966, através da Lei 5.173 de 27.10.1966, que diz respeito à extinção da SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia) e criação da SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), o conceito de Amazônia Legal é revisto para fins de planejamento. Desta forma, a Amazônia Legal tem seus limites ainda mais estendidos. Em 1988, com a Constituição Federal de 05.10.1988, é criado o Estado do Tocantins e os territórios federais de Roraima e do Amapá são transformados em Estados Federados.

¹ Agência de Desenvolvimento da Amazônia. Disponível em: <<http://www.ada.gov.br/amazonia/legislacao.asp>>.

Cartograma 1.1 – Amazônia Legal



Em termos demográficos, a população da Amazônia Legal compreende 20 milhões de habitantes em números absolutos, ou 12% da população brasileira. Um número bastante reduzido, se comparado ao Estado de São Paulo, que é constituído por 22% da população do país, ou seja, quase o dobro da população da região amazônica.

A maior parte da população amazônica vive em áreas urbanas. A população urbana gira em torno de 63%, seguindo as tendências nacionais: em 1950, 36% da população brasileira residia em meio urbano; em 1980, 70%; já no ano 2000, 81% da população brasileira era definida como urbana. É importante ressaltar que a população urbana na Amazônia cresceu 274%, sendo um dos maiores crescimentos urbanos nas últimas três décadas. Enquanto que a população rural cresceu apenas 43%.

Entre 1970 e 2000 a população amazônica cresceu 130%, sofrendo um incremento de 10 milhões de habitantes. Segundo Patarra, a Região Norte

“...tem se destacado, principalmente a partir dos anos 1970, por taxas de crescimento quase sempre mais elevadas do que as do Brasil como um todo: 4,8% nos anos 70, 3,6% nos anos 80 e 2,8% nos anos 90, crescimento esse devido tanto aos contingentes rurais, bem como, mais recentemente, aos contingentes urbanos de sua população. Destaca-se, nessa região, o aumento da concentração populacional em uns poucos pólos de desenvolvimento e de prestação de serviços e forte estímulo à migração rural-urbana” (Patarra, 2003:30).

Os estados com maior densidade são o estado do Maranhão, com 15,7 hab/km² e Rondônia, com 5,2 hab/km². E os estados com menor densidade são o Amazonas, com 1,5 hab/km² e Roraima, com 1,1 hab/km².

A tabela 1.1 aponta as modificações do crescimento populacional ocorridas no período entre 1980 e 2000, relativas ao Brasil e à Amazônia, aqui representada pela Região Norte. Podemos perceber que a Região Norte apresenta um crescimento populacional superior ao do Brasil, com 4,7%, no período de 1980-1991, enquanto que o país apresenta um crescimento de 1,9%. No período compreendido entre 1991 e 2000, mantém-se a mesma tendência, 2,8% para a Região Norte e 1,6% para o Brasil. Nota-se um declínio no crescimento populacional para ambos, embora a Região Norte continue apresentando um crescimento superior ao nível nacional.

Em relação à população urbana é notável a diferença entre as taxas de crescimento da Região Norte e do Brasil. Enquanto a população urbana do país cresceu 3,0% entre 1980 e 1991, a população urbana da Região Norte apresentou um crescimento de 6,3%, ou seja, uma taxa duas vezes maior do que a apresentada pelo Brasil. Já no período entre 1991 e 2000, o padrão continua o mesmo, porém em menor percentual: 2,4% para o país e 4,8% para a Região Norte.

Tabela 1.1 – População residente por classe de domicílio no Brasil, Região Geográfica e Unidade da Federação – 1980 a 2000

População residente por classe de domicílio

Brasil, Região Geográfica e Unidade da Federação	Situação do domicílio	Ano			Taxa de Crescimento anual (%)	
		1980	1991	2000	1980 - 1991	1991 - 2000
Brasil	Total	119.011.052	146.825.475	169.590.693	1,93	1,61
	Urbana	80.437.327	110.990.990	137.755.550	2,97	2,43
	Rural	38.573.725	35.834.485	31.835.143	-0,67	-1,31
Norte	Total	5.880.706	10.030.556	12.893.561	4,97	2,83
	Urbana	3.036.264	5.922.574	9.002.962	6,26	4,76
	Rural	2.844.442	4.107.982	3.890.599	3,40	-0,60
Rondônia	Total	491.025	1.132.692	1.377.792	7,89	2,20
	Urbana	228.168	659.327	883.048	10,13	3,30
	Rural	262.857	473.365	494.744	5,49	0,49
Acre	Total	301.276	417.718	557.226	3,02	3,25
	Urbana	131.930	258.520	370.018	6,31	4,06
	Rural	169.346	159.198	187.208	-0,56	1,82
Amazonas	Total	1.430.528	2.103.243	2.813.085	3,57	3,28
	Urbana	856.716	1.502.754	2.104.290	5,24	3,81
	Rural	573.812	600.489	708.795	0,41	1,86
Roraima	Total	79.121	217.583	324.152	9,63	4,53
	Urbana	48.738	140.818	246.732	10,13	6,43
	Rural	30.383	76.765	77.420	8,79	0,09
Pará	Total	3.403.498	4.950.060	6.189.550	3,46	2,51
	Urbana	1.666.993	2.596.388	4.116.378	4,11	5,25
	Rural	1.736.505	2.353.672	2.073.172	2,80	-1,40
Amapá	Total	175.258	289.397	475.843	4,66	5,68
	Urbana	103.719	234.131	423.581	7,68	6,81
	Rural	71.539	55.266	52.262	0,00	-0,62
Tocantins	Total	*	919.863	1.155.913	*	2,57
	Urbana	*	530.636	858.915	*	5,50
	Rural	*	389.227	296.998	*	-2,96

Fonte: www.sidra.ibge.gov.br

No que concerne às atividades econômicas na Amazônia Legal, estas consistem em:

- Extrativismo vegetal e agropecuária em todos os Estados, estando a produção agropecuária concentrada em Rondônia e no Pará;

- Extrativismo mineral no Amapá, Amazonas e Pará;
- Indústria de transformação de minerais, principalmente o alumínio, no Pará;
- Indústria pesada e eletroeletrônica no Amazonas, principalmente com a Zona Franca de Manaus.

Em relação à exportação, a região Norte está pautada em produtos pouco dinâmicos. Até 1970, os principais produtos exportados eram madeira bruta ou compensada, manganês, látex de borracha e castanha-do-pará. Ainda hoje esses produtos respondem por mais de um terço da pauta, contudo o volume absoluto das exportações é ínfimo, não chegando a 0,5% do total nacional (Pacheco, 1998:188-189).

Entretanto, o setor agropecuário é de grande destaque na economia amazônica, sendo a soja o produto que hegemoniza o *agrobusiness*. O cultivo da soja representa um grande potencial exportador na economia agropecuária da Amazônia, que juntamente com o algodão têm produtividade maior que a produtividade média nacional. No período compreendido entre 1999 e 2000 a produtividade da soja na Amazônia alcançou o número significativo de 2.959,1 kg/ha, enquanto o Brasil apresentou 2.374,0 kg/ha. Segundo Leme (Viana, 2001:284) o controle da produção de soja por capitais estrangeiros passou de 10% em 1995 para 43% em 1997.

De acordo com Becker,

“Desenha-se uma imensa plataforma de produção de grãos no cerrado voltada para a exportação, particularmente a soja, com previsão de expansão pelo Acre, Sul do Amazonas e Sudeste do Pará, a ser exportada pelos corredores amazônicos” (Becker, 1999:38).

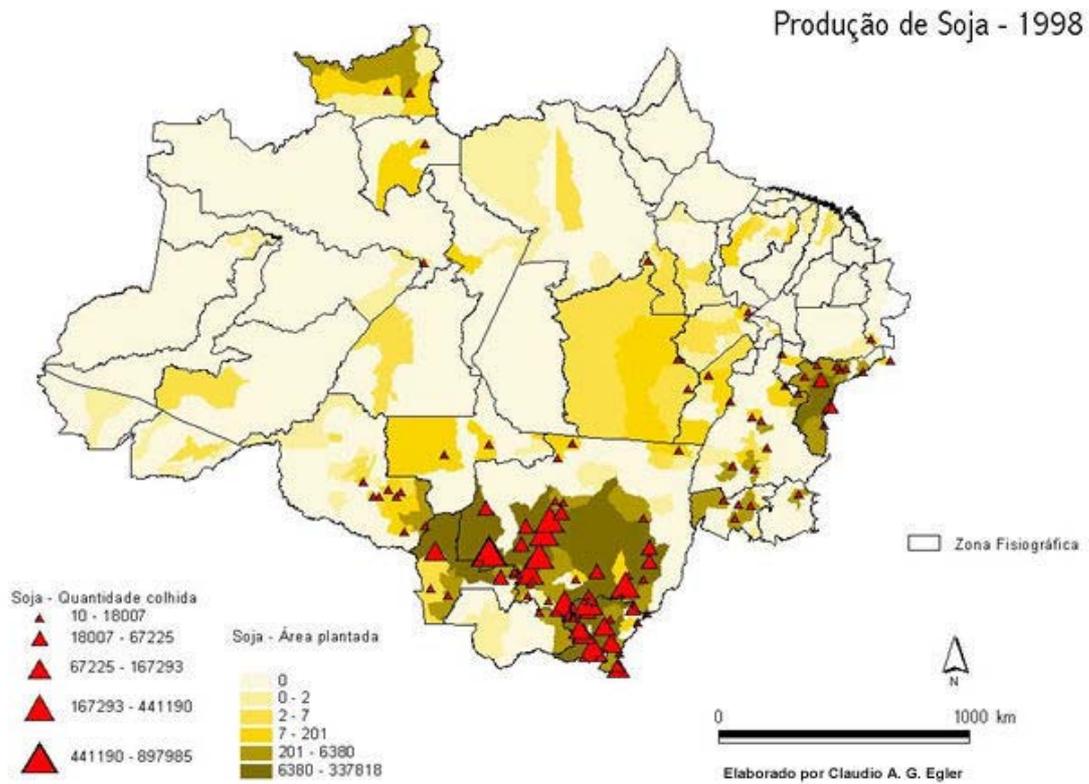
Nota-se no cartograma 1.2 que o cultivo da soja é intenso na Amazônia Meridional, principalmente no Estado do Mato Grosso e em parte da Amazônia Oriental, no Estado do

Maranhão. No Mato Grosso, os segmentos de soja e carne representaram 86% do valor total das exportações do estado em 1999.

Entretanto, apesar das vantagens econômicas, os impactos ambientais do cultivo da soja são alarmantes. No ano de 1999, 5% da área desmatada era ocupada pelo cultivo deste grão, principalmente em área de cerrado. A cultura da soja, juntamente com a cultura do milho, degrada o solo sobremaneira, além de contaminar as fontes de água, através do intenso uso de agroquímicos (Viana, 2001:285).

Na região Norte a indústria assumiu um peso considerável junto ao PIB regional, como consequência da atividade extrativa vegetal, que responde por 18% do Valor da Transformação Industrial - VTI da indústria da região e, também como resultado do funcionamento da Zona Franca de Manaus. O segmento do material elétrico e de comunicações é responsável por 29% do VTI de toda a região Norte. Dos demais gêneros, apenas a madeira tem participação relevante no total da indústria, com 10% do VTI (Pacheco, 1998:231-232).

Cartograma 1.2 – Produção de soja



1.1 – Políticas de ocupação da Amazônia

Desde fins do século XIX com a economia da borracha, a Amazônia tem sido alvo de incentivos governamentais para ocupação territorial. Contudo, o processo de ocupação da Amazônia somente começou a acelerar-se a partir da década de 1930, com a implantação do Estado Novo por Getúlio Vargas. Os objetivos principais do povoamento da Amazônia dizem respeito à: integração nacional, proteção das fronteiras do Brasil e desenvolvimento regional, em conformidade com as políticas desenvolvimentistas do governo brasileiro da época.

A economia da borracha surge em um período posterior à decadência da economia amazônica que teve início em fins do século XVIII, com a desorganização do sistema de exploração da mão-de-obra indígena pelos jesuítas. Também anterior ao ciclo da borracha, durante as guerras napoleônicas, o algodão e o arroz tiveram um período de prosperidade na região, sem, contudo, alcançar cifras de significação para o país como um todo. Nesta época, a base da economia amazônica continuava sendo as mesmas especiarias extraídas da floresta, sendo o cultivo do cacau de grande importância, embora - assim como o cultivo do algodão e do arroz - não tivesse alcançado tanto valor econômico. Furtado indica que “*o aproveitamento dos demais produtos da floresta deparava-se sempre com o mesmo obstáculo: quase inexistência de população e a dificuldade de organizar a produção de base no escasso elemento indígena local*” (Furtado, 2003:135).

Embora não haja unanimidade, alguns autores atribuem à economia da borracha o principal fator de inserção da Amazônia no cenário mundial. No entanto, para Mendes e Sachs, as chamadas “drogas do sertão”, produtos primários como batata-doce, cacau, amendoim, tomate e milho, teriam sido responsáveis pela inserção internacional da Amazônia (Viana, 2001:266).

Seja como for, a Amazônia foi a primeira região a receber destaque através da economia da borracha. A região amazônica foi grande fornecedora de látex para o mercado internacional, chegando a exportar quase a metade do volume do café paulista no período compreendido entre 1870 e 1920. No início dos anos de 1900, o volume de borracha exportado atinge um terço das exportações brasileiras (Gala, 2003:229-230).

A mão-de-obra utilizada nos seringais concerne principalmente aos imigrantes nordestinos. Bechinel estima uma migração de cerca de 500 mil nordestinos no período de 1821-1912, e mais adiante, 100 mil nordestinos no período de 1942-1945 (Viana, 2001:266). De acordo com Patarra, a população amazônica cresceu em termos relativos, 3,8% a.a. até 1920, chegando a estagnar quase completamente daquele ano até 1950 (Patarra, 2003:15).

O governo da época incentivava a migração para a Amazônia, organizando serviços de propaganda e concedendo subsídios para gastos com transporte, porém não oferecia apoio algum ao trabalhador quando este chegava ao seu lugar de destino. Os imigrantes nordestinos já chegavam endividados, uma vez que eram obrigados a reembolsar total ou parcialmente os gastos durante a viagem com instrumentos de trabalho e outras despesas, como moradia e alimentação. Além de trabalhar em regime de servidão, tinham péssimas condições de vida, e como resultado, acabavam adoecendo e morrendo na solidão da floresta amazônica.

Os nordestinos partiam para a região amazônica com a esperança de que o alto preço da borracha na época garantisse uma melhoria de vida. Entretanto, com a entrada da borracha oriental de modo regular no mercado, após a Primeira Guerra Mundial, o preço da borracha passou a se reduzir de forma permanente. As péssimas condições de trabalho, aliadas à concorrência oriental e a fabricação da borracha sintética, resultaram na brusca e permanente prostração da economia e trabalhadores em extrema miséria (Furtado, 2003:135-140).

A decadência da economia da borracha teve implicações não somente na economia da região, mas também na economia nacional. Segundo Furtado,

“O grande movimento de população nordestina para a Amazônia constituiu basicamente em um enorme desgaste humano em uma etapa em que o problema fundamental da economia brasileira era aumentar a oferta de mão-de-obra” (Furtado, 2003:141).

Em contrapartida ao fracasso da economia da borracha, a economia cafeeira na região sulista transformou-se em economia sólida que se prolongou em um processo de industrialização.

Ao passo que a mão-de-obra dos seringais advinha do nordeste do país, a mão-de-obra cafeeira originava-se da Europa. A situação do imigrante europeu era completamente distinta do caso nordestino, isto porque esse trabalhador recebia de fato subsídio de seu governo local, chegando ao Brasil com todas as despesas pagas, moradia e terra garantida para uma

economia de subsistência. Além disso, enquanto o trabalhador nordestino vivia em regime de servidão, o imigrante da economia cafeeira trabalhava em regime de colonato, ou seja, ele também podia comercializar o café que produzia, tendo desta forma uma participação no lucro da colheita.

Segundo Gala, a economia extrativista amazônica não deslancha como a economia cafeeira por três motivos:

1) *Devido ao problema das relações de trabalho na economia amazônica.* Isso porque, apesar de utilizar trabalho livre, não havia salários e as remunerações eram feitas em bens de produção e subsistência;

2) *O sistema de transportes necessário para a viabilidade da economia da borracha já estava implantado, consistia em rios e canais fluviais.* Na economia paulista este foi um importante componente de estímulo industrial, representado pela construção de ferrovias;

3) *A agricultura mercantil de alimentos, fundamental para o processo de industrialização paulista, não se desenvolveu pela própria natureza da atividade extrativista e da geografia local.* Não houve, assim, um comércio de alimentos, já que o modo de vida dos trabalhadores baseava-se na extração do látex e em atividades de subsistência. Em suma, tal sistema empregado na economia da borracha não contribuía para um processo de industrialização (Gala, 2003:230).

Percebe-se na literatura que o período exato do ciclo da borracha é bastante heterogêneo. Autores, como Gala, discorrem sobre um período entre 1870 e 1920, já Viana, aponta que o ciclo da borracha teve seu término no ano de 1950.

1.2 – Política de Integração Nacional

Além da economia da borracha, um dos mais fortes estímulos à migração, principalmente do fluxo nordeste-norte, teve origem na Política de Integração Nacional, na década de 1960 durante o regime militar, ocasionando uma série de mudanças estruturais na Amazônia. A PIN criou três Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) como estratégia de segurança nacional, em que a integração da Amazônia era de fundamental importância.

No entanto, uma das grandes consequências da PIN concerne ao impacto ambiental ocasionado pelos projetos agropecuários. Um desmatamento histórico foi o resultado do incentivo ao desmatamento para a formação de campos de pastagens e culturas. Becker comenta que a pecuária foi o grande pesadelo ambiental das décadas de 70 e 80 (Becker, 1999:30).

Contraditoriamente, na mesma época do Plano de Integração Nacional, no ano de 1965 criou-se o código florestal brasileiro que *“definiu que as florestas da Amazônia só poderiam ser utilizadas por meio de planos de manejo, um conjunto de técnicas empregadas para explorar racionalmente os recursos naturais de forma a assegurar a produção contínua, ao longo dos anos”* (Antunes, 2004:66). O que nos faz entender que virtualmente existia uma preocupação ambiental, que contrastava com a prática da época - contradição esta que persiste até os dias atuais.

Em relação ao impacto social, ocasionado principalmente pelo incentivo à ocupação da Amazônia, os resultados são os piores possíveis: mais de 60% da população está abaixo da linha de pobreza e a taxa de analfabetismo só perde para a região Nordeste, com 24% (Viana, 2001:277). Isto se deve principalmente à ocupação urbana desordenada, que forjou periferias ao redor das cidades, com péssimas condições de moradia, ao passo que o mercado de trabalho não era capaz de absorver tal demanda.

De acordo com Becker, as consequências dessa ocupação acelerada seriam duas formas de concentração em termos de áreas:

1) *O ciclo de desmatamento/exploração da madeira/pecuária associado a intensos conflitos sociais e ambientais;*

2) *As concentrações representadas pelos projetos de colonização.* O povoamento regional passou a concentrar-se principalmente ao longo das rodovias, gerando o grande arco de desmatamento e focos de calor (Becker, 2001:139).

A Política de Integração Nacional acarretou mudanças fundamentais na estrutura econômica, social e ambiental da Amazônia². Viana nos diz que:

“A Política de Integração Nacional (1960-1991) mudou radicalmente a Amazônia – econômica, social, demográfica, cultural e ambientalmente. Ao final, colocou na agenda política nacional e internacional o questionamento sobre a sobrevivência do grande bioma Amazônia”
(Viana, 2001:277).

No que tange à economia da região, na década de 70, desenvolveu-se uma nova tecnologia espacial do poder estatal, que impôs no espaço nacional uma grandiosa malha de duplo controle, relativa ao conjunto de programas e projetos governamentais. Esta “malha programada” foi forjada a partir:

1) da extensão de todos os tipos de redes de articulação do território;

2) da estratégia realizada na escala sub-regional (e não mais macrorregional), baseada na implementação de pólos de crescimento;

3) a implementação desses pólos de crescimento;

² Sobre a questão do território e as conseqüências da ocupação do espaço amazônico ver: AJARA, César. Os processos recentes de ocupação, expansão e apropriação das fronteiras amazônicas e suas implicações econômicas, sociais, ambientais e políticas. In: MOURA, Hélio A.de (Org.). **A Pesquisa Social na Amazônia: Avanços, Lacunas e Prioridades**. Recife: Editora Massangana, 1996.

4) principalmente se concretizou na Amazônia, na criação de novos territórios geridos por instituições federais e superpostos à divisão político-administrativa vigente.

A implementação da malha programada configurou a Amazônia como grande fronteira de recursos, tanto nacionais como internacionais, além de considerar a ocupação da Amazônia como prioritária em termos estratégicos e de exploração econômica. A aceleração do crescimento da economia regional com a diversificação e modernização da estrutura produtiva foi o efeito mais contundente da malha programada, tendo como consequência maior urbanização e industrialização. Porém, em termos de desenvolvimento, pode-se dizer que esta estratégia teve um desempenho limitado, com aumento de pobreza e exploração predatória da natureza. Segundo Becker, foi na região amazônica que se concentrou “*os investimentos, os migrantes e os conflitos sociais e ambientais, intensificados com a crise do Estado, que perdeu o controle sobre a malha programada*”. Os últimos projetos da malha programada foram Carajás (1980) e Calha Norte (1985) (Becker, 1999:30-31).

Uma das principais características da Política de Integração Nacional era a visão de que a floresta seria uma barreira ao progresso, que deveria ser superada através de estradas de rodagem e pelo desmatamento. Em síntese, a Amazônia deveria ser povoada. Para tanto, delineou-se três linhas de intervenção:

- 1) Projetos de colonização, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA);
- 2) Projetos agropecuários, incentivados pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM);
- 3) Inserção no mercado internacional, com grandes projetos industriais, como o Programa Grande Carajás (1975-1978) e a Zona Franca de Manaus, criada em 1966 (Viana, 2001:267).

A Zona Franca de Manaus e o Programa Grande Carajás se assemelham por serem ambos pólos de desenvolvimento da Amazônia de posição desenvolvimentista. O que os difere evidencia-se no fato de que a ZFM baseia-se na internalização de produtos e plantas industriais de alta tecnologia. De acordo com Viana,

“... afora a semelhança desenvolvimentista, a Zona Franca de Manaus se diferencia do Pólo Carajás e dos outros grandes projetos agroindustriais porque é baseada na internalização de produtos e plantas industriais de alta tecnologia por intermédio de incentivos fiscais em uma área determinada de livre comércio” (Viana, 2001:275).

A criação da Zona Franca de Manaus, também pode ser apontada como um passo importante para o crescimento econômico da Amazônia. De acordo com Pacheco, a Zona Franca de Manaus transformou o Amazonas em um estado sistematicamente superavitário em trocas internas (Pacheco, 1998:177).

Pacheco aponta o surgimento de linhas de desconcentração iniciadas nos anos 70 e 80 com investimentos no pólo Carajás, no sul da Bahia e no Centro-Oeste. No entanto, registra a existência na década de 80, até meados de 90 uma desorganização da economia brasileira e debilitação do poder ordenador do Estado, que interromperam essa tendência de desconcentração regional, fortalecendo a concentração industrial do Sudeste.

Patarra comenta sobre a chamada “década perdida”:

“... a década de 80 inicia-se com uma das mais graves crises da História do Brasil. A recessão e a elevação do desemprego assumiram uma expressão até então desconhecida; o produto industrial caiu e no final da década todos os indicadores refletiam com nitidez os efeitos da crise e da estagnação da economia brasileira” (Patarra, 2003:28).

Becker nos diz que o discurso e a prática da integração nacional foram refinados à medida que avançou o processo de industrialização e de ocupação do território. Um dos legados dessa estratégia foi, por um lado, um rápido crescimento da economia regional com diversificação e modernização da estrutura produtiva. A Amazônia urbanizou-se, industrializou-se e apresentou os mais elevados índices de crescimento urbano do Brasil nas últimas três décadas. No final dos anos 90, 60% dos seus 20 milhões de habitantes viviam em núcleos urbanos. Além disso, a região amazônica passou a ocupar, em termos nacionais, o segundo lugar na produção mineral, e o terceiro lugar na produção de bens de consumo e de capital. Por outro lado, em termos de desenvolvimento, os resultados desse processo foram bastante limitados. A PIN teve como consequência a escassez de internalização de renda e do emprego, contribuindo para que uma grande parcela da população vivesse em condições de extrema pobreza, principalmente nas cidades. Ainda, a exploração dos recursos naturais realizou-se desordenadamente e com atividades inadequadas, ostentando caráter predatório (Becker, 1999:30).

Considera-se que as consequências mais profundas ocasionadas pela Política de Integração Nacional resumem-se em: grande impacto ambiental, resultado de um desmatamento “histórico”; crescimento populacional desordenado gerando o fenômeno de macrocefalia das capitais; empobrecimento da população; e, apesar de todos os entraves, industrialização e maior participação no PIB nacional.

1.3 – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM

Na década de 50, a partir da constatação da questão regional como parte da agenda do Estado, forjou-se uma série de interesses que clamavam por políticas para atrair investimentos via incentivos fiscais, cambiais e creditícios. De acordo com Pacheco, *“isso foi inicialmente atendido para o Nordeste, com a criação da SUDENE em 1960, e, em 1967, estendido à Amazônia, através da SUDAM e da Zona Franca de Manaus, e, anos mais tarde, ao estado do*

Espírito Santos. É acerca da revisão dessa sistemática de incentivos regionais que alude o II PND” (Pacheco, 1998:65).

Portanto, as políticas governamentais de desenvolvimento regional foram implementadas no Brasil como instrumento de desenvolvimento de regiões mais atrasadas através do incentivo fiscal, visando desta forma, minorar as discrepâncias regionais existentes no país.

Ronca nos diz que

“... ao promoverem uma interiorização do desenvolvimento, em geral, no país e, ao abrirem possibilidades econômicas, essas políticas vêm criando oportunidades de novos empregos urbanos e rurais em regiões menos desenvolvidas. Dentro de suas limitações e dificuldades (...) essas políticas têm contribuído para um redirecionamento dos movimentos migratórios, enfim, para uma redistribuição mais equilibrada da população brasileira” (Ronca, 1983:177).

A SUDAM foi criada durante o governo militar (1964-85), em 1966, inspirada na SUDENE. A SUDENE foi implementada, em 1959, pelo então presidente Juscelino Kubitschek (1956-61), e teve como idealizador e primeiro superintendente o economista Celso Furtado. A SUDECO foi criada em 1º de dezembro de 1967, no governo Costa e Silva, também no intuito de estimular o desenvolvimento regional, contudo, a SUDECO não dispunha de incentivos fiscais bancados pelo FINAM (Fundo de Investimento da Amazônia) e pelo FINOR (Fundo de Investimento do Nordeste), não tendo, por isso, a mesma importância que as demais³.

De acordo com Sandroni, a SUDAM é uma autarquia, que foi vinculada ao Ministério do Interior no momento da sua criação, com o objetivo de *“planejar, promover a execução, coordenar e controlar a ação federal na região sob sua jurisdição”* (SANDRONI, 2005:803).

³ A SUDECO foi extinta em abril de 1990, na gestão de Fernando Collor. Em 2001, as atribuições da SUDECO concentravam-se na Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste, do Ministério de Integração Nacional.

Em 1990, durante o governo Collor, a SUDAM passou a ser vinculada ao Ministério da Infra-estrutura.

Segundo o autor, a criação da SUDAM foi uma tentativa de revigorar o Plano de Valorização da Amazônia, de 1953. Desde então, tem atuado no intuito de desenvolver planos específicos de desenvolvimento visando, entre outras coisas:

- 1) *Um levantamento de recursos naturais;*
- 2) *A ampliação da rede de transportes e comunicações;*
- 3) *A melhoria das condições sanitárias, de habitação e educação;*
- 4) *A diversificação do processo de povoamento e colonização;*
- 5) *A expansão da pecuária e agricultura;*
- 6) *O reaparelhamento das indústrias existentes e a implantação de novas;*
- 7) *O aumento e diversificação das exportações da região.*

Em conjunto com o Governo Federal, a SUDAM desenvolve programas, tais como o Programa de Pólos Agropecuários e Minerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA); o Projeto Albrás/Alunorte, destinado à produção de alumínio metálico; e o Programa de Recuperação Socioeconômica do Nordeste Paraense (PRONORPAR).

Dentre as atribuições da SUDAM, destaca-se a de administração da política do Governo Federal de incentivos fiscais às pessoas jurídicas que fazem investimentos na região amazônica em projetos aprovados por esta autarquia. Incentivos estes em forma de deduções percentuais no Imposto de Renda a ser pago. Em 2000, as empresas tinham isenção de até 18% no Imposto de Renda se aplicassem o dinheiro nos projetos.

A área de atuação da SUDAM ultrapassa as fronteiras da Região Norte, abrangendo inclusive os Estados de Mato Grosso e Maranhão (Amazônia Legal). Também a SUDENE extrapola a região Nordeste, estendendo suas ações para o norte de Minas Gerais, o sertão mineiro, identificado nos aspectos naturais e socioeconômicos com o sertão nordestino.

Apesar do progresso alcançado pela atuação da SUDAM, problemas institucionais no que tange ao desenvolvimento da Amazônia começaram a ser identificados no decorrer das ações governamentais. Segundo Brito,

“As estratégias de incentivo dos setores econômicos, desde a concepção até a implementação, estavam submersas numa série de incongruências burocráticas, resultado da superposição de diversos órgãos públicos de atuação regional. Como consequência, havia grandes entraves para o andamento dos programas setoriais de desenvolvimento e uma ineficiência no processo de fiscalização” (Brito, 2001:10).

De acordo com o autor, o Estado possui um papel fundamental no desenvolvimento regional através da implementação de programas de integração. Diz ele:

“As instituições públicas, através dos órgãos de planejamento (principalmente SUDAM e BASA), foram responsáveis pela implementação e gestão de todos os programas que objetivavam a integração da região ao contexto econômico e social brasileiro” (Brito, 2001:1).

Esse conjunto de técnicas objetivava que a economia atingisse patamares extraordinários do seu Produto Interno Bruto. Não obstante os esforços nessa direção, estes não foram suficientes para aproximar o PIB da Região Amazônica (aqui representado pela região Norte) ao nacional. A participação da região Norte junto ao PIB nacional é de apenas 4,6%, enquanto a região Sudeste, por exemplo, apresenta uma participação de 60,2%. O PIB per capita da Região Norte é quase a metade do PIB per capita nacional (Tabela 1.2).

Apesar de não atingir patamares grandiosos junto ao PIB nacional conforme planejado nos anos 60, os incentivos ao crescimento econômico tiveram consequências diretas sobre a

estrutura social da região, padrão este que “*venceria práticas tradicionais de relações de trabalho e organização da produção e do comércio*” (Brito, 2001:2).

Em 2001, no governo Fernando Henrique Cardoso, as superintendências da Região Norte e Nordeste foram extintas após a constatação de uma série de irregularidades administrativas, dentre elas, denúncias de ineficiência e desvios de recursos públicos no ano 2000. No lugar da SUDAM e da SUDENE, foram criadas as agências de desenvolvimento da Amazônia (ADA) e do Nordeste (ADENE).

Tabela 1.2 – Produto Interno Bruto a preços constantes de 2000 (R\$) no país, região e Unidades da Federação

Produto Interno Bruto a preços constantes de 2000 (R\$)

País, Região e Unidades da Federação	PIB	PIB per capita	Participação no PIB
Brasil	1.101.254.907,19	6.473	100,0
Norte	50.649.598,28	3.913	4,6
Acre	1.702.620,88	4.066	0,2
Amazonas	18.872.885,02	2.042	1,7
Amapá	1.968.365,45	6.685	0,2
Pará	18.913.684,30	3.425	1,7
Rondônia	5.624.964,11	3.045	0,5
Roraima	1.116.580,64	4.102	0,1
Tocantins	2.450.497,87	2.111	0,2

Fonte: www.sidra.ibge.gov.br

Na SUDAM, as fraudes totalizavam R\$ 3 bilhões até 2003, enquanto na SUDENE, as fraudes alcançavam a quantia de R\$ 2,2 bilhões. Em 2002 havia mais de 200 inquéritos sobre irregularidades na SUDAM conduzidos pela Polícia Federal no Amazonas, no Pará, no Mato Grosso e em Tocantins. Além disso, o relatório final preparado pelo interventor da SUDAM

sobre as irregularidades na autarquia indicia 62 servidores por envolvimento em fraudes, o que representa mais de 10% de seus 506 funcionários.

Apesar da corrupção, em campanha eleitoral o presidente Lula expôs várias vezes que os órgãos não deveriam ser desativados, mas, sim, “saneados”, e os responsáveis pelos desvios, postos na cadeia. Quando assumiu cumpriu parte da promessa: relançou a SUDAM, rebatizada de Nova SUDAM, e a SUDENE. Porém, no tocante à promessa de punição para os envolvidos no escândalo de corrupção, o governo deixou a desejar. Em 2003, ano de relançamento da SUDAM e SUDENE, dos 178 projetos em liquidação, a Receita só concluiu a análise de 88, além disso, as investigações alcançaram apenas 178 empresas, pois não houve pessoal suficiente para ampliar as apurações. Essas constatações se contrapõem ao discurso do então ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, de que a Nova SUDAM nasceria “blindada” contra fraudes, e que “os maus exemplos do passado” não ficariam impunes⁴. Na recriação da SUDAM, foi extinta a Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA), sendo sucedida em seus direitos e obrigações, segundo a redação final do projeto que institui a criação da SUDAM na Câmara dos Deputados⁵.

1.4 – Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento

Percebe-se na década de 1990 uma mudança na filosofia dos programas de desenvolvimento, cujo objetivo passa a ser o de criar um espaço dotado de infra-estrutura para que o mercado possa promover investimentos articulados e atrair movimento de capitais. Nessa direção, o Estado passa atuar como catalisador do crescimento e não mais como indutor desse processo. Além disso, visam atrair migrantes, com a preocupação de evitar um crescimento desordenado, e intensificar a pressão sobre a floresta promovendo novas oportunidades para a população amazônica.

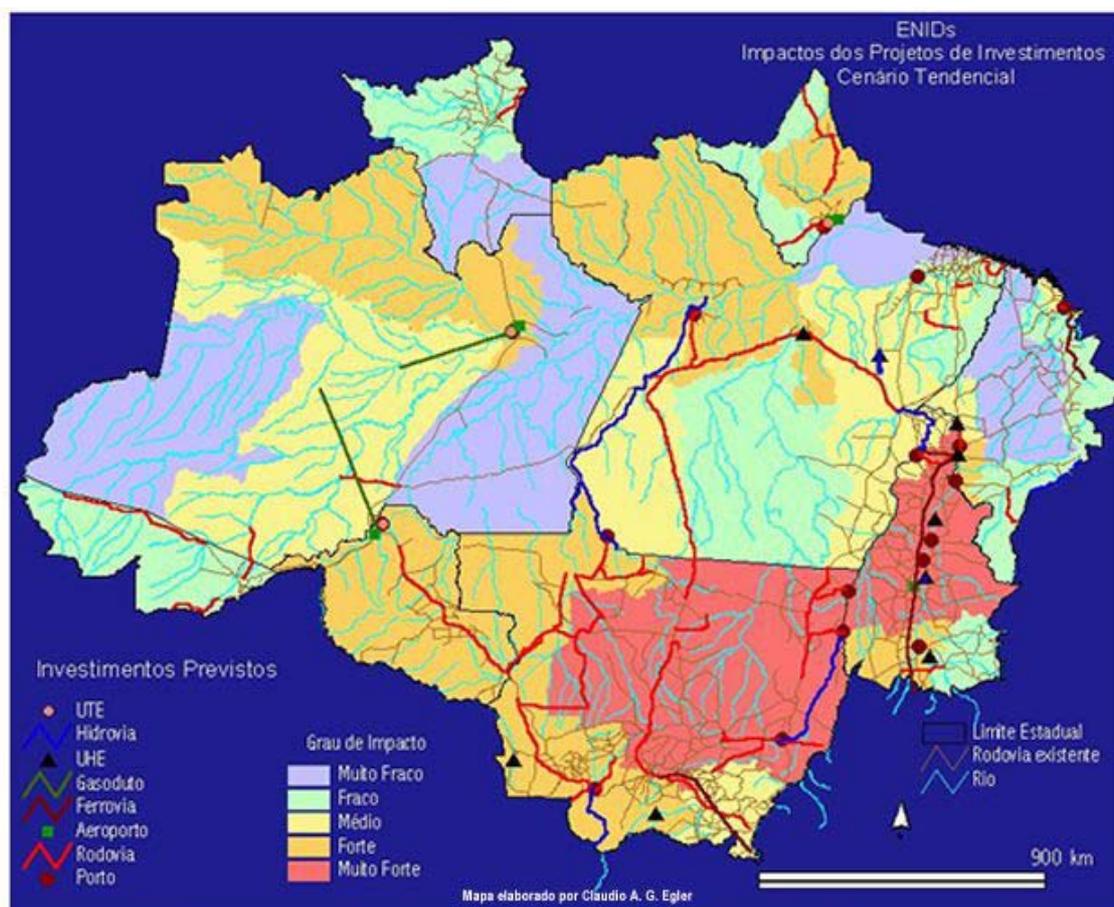
⁴ Folha on Line. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/foalha/brasil/ult96u29239.shl>>.

⁵ Câmara dos Deputados. Disponível em: <www.camara.gov.br>.

Os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, criados no ano de 1996, no âmbito do Programa *Brasil em Ação*, são um modelo de programa de desenvolvimento dos anos 90. Esta política surgiu como retomada de uma estratégia territorial nacional, forjada numa “economia de fronteira”, entendida como “*progresso a ser alcançado mediante um processo de crescimento linear infinito, através da incorporação crescente de recursos naturais percebidos igualmente como infinitos*” (Becker, 1999:29).

Os eixos de integração que envolvem a Amazônia (Ver cartograma 1.3, com os principais eixos que cortam a Amazônia Legal) dizem respeito ao eixo de integração norte-sul e ao eixo de integração oeste. O Eixo de integração norte-sul foi “*destinado a fortalecer os meios de transporte destinados ao escoamento da produção agroindustrial e agropecuária dos cerrados centrais, envolvendo o oeste da Bahia, o sudoeste do Piauí, o sul do Maranhão, o Tocantins e parte do Estado de Goiás*”. Os principais projetos são o trecho da Ferrovia Norte-Sul e a Hidrovia do Araguaia-Tocantins. Já o eixo de integração oeste, foi “*destinado a consolidar o desenvolvimento das áreas de expansão da fronteira agrícola do país, ligando os estados do Acre e Rondônia com os estados da Região Centro-Sul e Sul, passando pelo Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Os investimentos projetados centravam-se no fortalecimento da malha ferroviária e na restauração/reconstrução de rodovias troncais*”. Os principais projetos são a implementação da FERRONORTE e a construção do gasoduto Bolívia-Brasil (Egler, 1999).

Cartograma 1.3 – ENIDs – Impactos dos Projetos de Investimentos – Cenário Tendencial



Segundo Egler, os ENIDs constituíram a agenda principal de políticas públicas do governo Fernando Henrique Cardoso e se propuseram, de acordo com o Programa *Avança Brasil*, a “*desenhar uma nova geografia econômica e social do Brasil*” (Egler, 1999).

No contexto de novas demandas regionais, nacionais e internacionais, os *pólos de crescimento* cedem lugar aos *eixos de desenvolvimento*. Os eixos se diferenciam dos pólos, principalmente em duas direções: vasta escala de atuação dos eixos; e superação dos efeitos concentradores dos pólos. Segundo Becker, os eixos “*são espaços selecionados para acelerar a produção a partir do fato de que já dispõe de algum potencial compatível com as condições de competição em tempos de globalização*” (Becker, 1999:36).

Os ENIDs surgem, no plano doméstico, como uma tentativa de reduzir os efeitos causados pelas disparidades econômicas entre os estados desde a década de 70, e, no plano global, com o objetivo de inserção competitiva do Brasil no cenário internacional. Neste caso, a descentralização e a plena utilização sustentável do território tornam-se necessárias. Os ENIDs têm como objetivo atrair investimentos e migrantes, intensificando a pressão sobre a floresta, e abrir novas oportunidades econômicas para a população amazônica. Contudo, pretende-se que esta estratégia seja de ordenação de território, evitando a ocupação desordenada ocorrida em outras épocas (Becker, 1999:35-36).

Em relação ao contexto econômico em que foram criados os ENIDs, nos anos 90, o Brasil vivia um momento de abertura comercial com ingresso crescente de capitais, em que o Estado atuava como indutor do desenvolvimento, em alianças com os governos estaduais e setor privado.

Até o ano de 1997, a restauração do crédito ao consumidor alargou a escala do consumo de bens duráveis, sendo que a Zona Franca de Manaus absorveu a maior parte dos investimentos, ampliando sua capacidade de produção (Pacheco, 1998: 9-10).

Esta época, conforme dito anteriormente, foi um momento de forte parceria entre o Estado, empresariado e sociedade civil. Segundo Lopes, ainda hoje

“O Brasil vive um momento único em termos de participação da sociedade civil nos processos de formulação, tomada de decisão, implementação e avaliação de políticas públicas. (...) Participação tornou-se sinônimo de exercício da cidadania e de consolidação democrática” (Lopes, 2004:8).

O autor faz críticas contundentes aos efeitos reais da parceria estado-empresariado-sociedade civil na conquista de um modelo de desenvolvimento capaz de aumentar as oportunidades de forma equitativas. Em suas palavras,

“... a participação sem o debate em torno de alternativas é apenas uma prática ritualística sem implicações além da retórica vazia. Quando se fala em participação, a tendência é concentrar as atenções nas suas dimensões processuais. Mas... a participação per se não significa necessariamente nada” (Lopes, 2004:8).

Nessa mesma direção, Costa, expõe uma proposta de desenvolvimento da Amazônia que contribua para a redução das desigualdades sociais, de forma a ampliar a base do mercado regional para níveis de desenvolvimento do país como um todo; formação e adoção de tecnologias adequadas à região, induzindo um comportamento ecologicamente correto de seus agentes; além da produção de meios para que as possibilidades dadas em nível internacional tornem-se possibilidades regionais e locais (Costa, 2001:292).

Faleiro argumenta que atualmente existem duas estratégias de desenvolvimento da Amazônia: a *desenvolvimentista*, representada por parte da elite econômica e pelos governos de direita; e a estratégia *socioambiental* representada pelos governos de esquerda e pelos setores produtivos da economia rural familiar. No discurso desenvolvimentista a Amazônia deve aumentar a sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, transformando-se em um grande celeiro de produção de grãos. Já os partidários da estratégia sócioambiental defendem o desenvolvimento da economia rural, calcada no aproveitamento sustentável dos recursos naturais (Faleiro, 2001:317).

Acselrad assinala um discurso desenvolvimentista - produzido por agências multilaterais, consultores técnicos e ideólogos do desenvolvimento – que investe na “*correção de rumos, ‘esverdeamento’ dos projetos, na readequação dos processos decisórios*”. E por outro lado, há o campo das ONGs, que “*vêm na sustentabilidade uma nova crença destinada a substituir a idéia de progresso, constituir ‘um novo princípio organizador de um desenvolvimento centrado no povo’, e de ‘tornar-se a visão mobilizadora da sociedade civil e princípio guia da transformação das instituições da sociedade dominante’*” (Acselrad, 1997:11).

Por fim, percebe-se na quase totalidade dos discursos, divergentes ou afins, grande ênfase no conceito de sustentabilidade na pauta do desenvolvimento da Amazônia.

Becker aponta que é necessário alterar a percepção sobre as oportunidades econômicas na Amazônia, vista até recentemente como “*grande almoxarifado de recursos para exportação*”, além de transformar a idéia de que o extrativismo tradicional, a mineração, e a agricultura são enclaves para a economia regional. A autora identifica as seguintes oportunidades no que tange ao desenvolvimento da Amazônia: 1) *Acesso a novos mercados*; 2) *Expansão do cultivo da soja em áreas limitadas*; e 3) *Utilização dos recursos naturais de acordo com a lógica da sustentabilidade*. Acredita que o primeiro grande potencial da região amazônica é a floresta; o segundo, a água; o terceiro, o mineral; e por último, a agropecuária. O grande desafio seria “*...gerar riqueza que seja internalizada na região para beneficiar a população e que não depredem o meio-ambiente*” (Becker, 1999:38-40).

Para Lopes, o desafio seria a conquista de um desenvolvimento que aumente as oportunidades de forma eqüitativa, diz ele:

“O desafio de todos é a conquista de um modelo de desenvolvimento capaz de aumentar as oportunidades de forma eqüitativa. O Brasil atrai a atenção do mundo por oferecer essa possibilidade. Esse pode ser um marco histórico se a enorme energia cidadã for bem aproveitada” (Lopes, 2004:8).

Faleiro expõe outra perspectiva em relação ao futuro: a ocupação do espaço geográfico da Amazônia, que segundo o autor, será um dos principais focos de disputa dos próximos cem anos. Temas como ocupação, regularização fundiária e ecogrilagem são questões bastante polêmicas, que com freqüência estão presentes nos noticiários nacionais e internacionais. (Faleiro, 2001:318).

Em síntese, os temas relativos às perspectivas para o desenvolvimento da Amazônia na atualidade giram em torno do uso sustentável dos recursos, questões sociais e ocupação de

terras. Talvez, o maior desafio seja conciliar o que é proposto pelas políticas ambientais e o que é realizado de fato.

1.5 – A implementação da Zona Franca no município de Manaus

Neste subitem pretende-se realizar uma maior aproximação de uma das principais linhas de intervenção da Política de Integração Nacional para o povoamento e desenvolvimento da região amazônica: a Zona Franca de Manaus⁶.

O projeto da Zona Franca de Manaus tem origem no início dos governos militares em 1964 e desponta em 28.02.1967, no decreto-lei 288/67⁷, ao final do governo Castello Branco como resultado de um pacto tripartite entre governo federal, o governo do Amazonas e a prefeitura de Manaus. A ZFM desponta como uma área de livre comércio de importação, exportação e de incentivos fiscais especiais, com a finalidade de criar no interior da Amazônia um centro industrial (Figura 1.1), comercial e agropecuário⁸. Os novos incentivos fiscais serviriam para compensar as desvantagens da sua localização em relação aos mercados, permitindo, desta forma, produção industrial competitiva.

De acordo com Sandroni, por Zona Franca entende-se:

⁶ O projeto Zona Franca de Manaus abrange os Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, na Amazônia Ocidental, e as Áreas de Livre Comércio de Macapá e Santana, no Amapá.

⁷ A Zona Franca é idealizada pelo deputado federal Francisco Pereira da Silva e criada pela Lei nº 3.173 de 6 de junho de 1957, como Porto Livre, no Governo do então presidente Juscelino Kubitschek. Como consta no artigo primeiro: “Art. 1º É criada em Manaus, capital do Estado do Amazonas, uma Zona Franca para armazenamento ou depósito, guarda, conservação, beneficiamento e retirada de mercadorias, artigos e produtos de qualquer natureza, provenientes do estrangeiro e destinados ao consumo interno da Amazônia, como dos países interessados, limítrofes do Brasil ou que sejam banhados por águas tributárias do rio Amazonas”. Esta lei foi revogada pelo decreto-lei 288/67.

⁸ O Decreto nº 291, de 28 de fevereiro de 1967, estendeu a área dos incentivos fiscais para toda a Amazônia Ocidental: Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima; e o Decreto nº 61.244, de 28 de agosto do mesmo ano, criou a Superintendência da Zona Franca de Manaus, órgão do governo federal encarregado da administração dos incentivos fiscais da zona franca.

“Área delimitada no interior de um país e beneficiada com incentivos fiscais e tarifas alfandegárias reduzidas ou ausentes. Seu objetivo é estimular o comércio e, às vezes acelerar o desenvolvimento industrial de uma região” (Sandroni, 2005:902)⁹.

A Zona Franca de Manaus, sob administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA¹⁰, foi criada com o objetivo de atenuar os desequilíbrios regionais e intra-regionais da região amazônica. No momento de sua criação, a Região Norte permanecia estagnada havia meio século, fato este que culminou em seu esvaziamento e abandono. O projeto objetivava compensar a distância existente entre a Amazônia e os grandes centros de consumo do Brasil, que por certo a impossibilitava de desenvolver atividades econômicas capazes de gerar emprego e renda. Segundo Seráfico (2005):

“A criação da Zona Franca de Manaus foi justificada pela ditadura militar com a necessidade de se ocupar uma região despovoada. Era necessário, portanto, dotar a região de ‘condições de meios de vida’ e infra-estrutura que atraíssem para ela força de trabalho e o capital, nacional e estrangeiro, vistos como imprescindíveis para a dinamização das forças produtivas locais (...). De fato, sua criação e desenvolvimento sempre estiveram atrelados a circunstâncias político-econômicas locais, nacionais e mundiais” (Seráfico, 2005:99-100).

⁹ O autor ressalta ainda a existência de zonas francas em Marselha (França), Hamburgo (Alemanha), Hong Kong e Copenhague (Dinamarca).

¹⁰ A Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa é uma autarquia vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior responsável pela concessão dos incentivos tributários às empresas instaladas na ZFM, e também, pela execução de ações estratégicas de sustentabilidade do modelo.

Figura 1.1 - Distrito Industrial – Vista Aérea



Fonte: www.manausonline.com

A política tributária vigente na Zona Franca oferece benefícios que chegam a ser 40% mais vantajosos que em outras regiões brasileiras. Os incentivos fiscais oferecidos pelo governo federal têm o respaldo dos governos estadual e municipal oferecendo vantagens tributárias ao investidor instalado no Pólo Industrial de Manaus.

No âmbito federal, o governo incentiva investimentos com a redução do Imposto de Importação sobre os insumos destinados à industrialização, isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados e redução do Imposto de Renda. Na esfera estadual os benefícios tributários dizem respeito à restituição do Imposto sobre Circulação de Mercadorias, e no âmbito municipal, isenção da taxa de serviço de limpeza e conservação pública.

Segundo Loureiro, a ZFM forjou um “*modelo de crescimento regional responsável pela mudança de paradigma da economia tradicional (mercantil-extrativista), baseada na coleta de recursos da flora e da fauna e da cultura da juta para a produção de fibras têxteis.*

(...) o único [modelo] bem-sucedido em toda a experiência de planejamento governamental na Região...” (Loureiro, 2003:37)¹¹.

1.5.1 – Resultados alcançados pela Zona Franca de Manaus

Pacheco (1998) aponta que a grande expansão da Zona Franca de Manaus ocorre entre os anos 1975 e 1980. Neste período, a ZFM é responsável por ¼ do acréscimo nacional do VTI do gênero de material elétrico e comunicações (Pacheco, 1998:127).

Em 1985, ano em que a ZFM conquista a maioria, seu faturamento foi equivalente a US\$2,68 bilhões. Já em 1986 a ZFM gerou US\$ 4,30 bilhões, ou seja, praticamente dobrou o seu faturamento. Benchimol (1989), na época, comenta a respeito: “*Estes números indicam que a Zona Franca de Manaus está realizando para o país uma grande economia de divisas, pois se essa produção não fosse realizada, provavelmente estaríamos importando, do exterior, a maior parte daquilo que a ZFM produz*” (Benchimol, 1989:9).

Em 1987 (Tabela 1.3 e Tabela 1.4), com vinte anos de existência, a ZFM não só contribuiu para a criação de empregos diretos e indiretos, mas também para¹²:

1. Substituir importações do exterior feitas anteriormente pelo mercado centro-sul, com crescentes índices de nacionalização, que nos pólos eletrônicos e de duas rodas ultrapassaram 90% (Tabela 1.3);
2. Criar um setor eletrônico de lazer e trabalho, como por exemplo, TV, rádios, aparelhos de som, aparelhos telefônicos, calculadoras, computadores, entre outros, sendo

¹¹ Santos comenta que “*À semelhança de um quisto, Manaus consolida sua vocação como pólo industrial sob o amparo da regulação especial da Zona Franca. Lado a lado funcionam sistemas de movimentos modernos e rápidos e sistemas de movimento lento, estes a serviço de atividades tradicionais. As cidades mais importantes acabam sendo o lugar da confluência entre esses sistemas locais e o traço-de-união com o mundo e com os centros dinâmicos do país. Elas mantêm relações esgarçadas, tardias e lentas com a hinterlândia*” (Santos, 2001:273).

¹² Dados extraídos do livro: BENCHIMOL, Samuel. *Zona Franca de Manaus: A conquista da maior idade*. São Paulo: Sver & Boccato, 1989.

responsável pela exportação direta de US\$1,1 milhão e uma exportação indireta de cerca de US\$40 milhões.

3. Implantar um pólo de veículos de duas rodas, tais como motocicletas, motonetas, ciclomotores e bicicletas, gerando uma exportação de US\$2,1 milhões em 1987 de motocicletas.
4. Montar um setor relojoeiro, com 57% de índice de nacionalização e produção de 7.700.000 unidades em 1986.
5. Estabelecer um setor de produção de lentes de contato, sendo exportados em 1986 US\$1,6 milhões, com uma produção de 4.300.000 unidades.
6. Produzir lâminas de barbear e cartuchos, sendo o segundo produto de exportação direta para a América do Sul, com US\$4,0 milhões no período de janeiro a setembro de 1987 e uma produção de 289 milhões de unidades.
7. Fixar um setor têxtil com uma produção de 20.000 toneladas de tela e sacaria de juta, servindo de embalagem à produção brasileira de grãos, gerando uma exportação de cerca de US\$40 milhões/ano.
8. Manter um pólo madeireiro responsável pelo abastecimento da indústria moveleira brasileira, a qual efetuou uma exportação de móveis de mais de US\$50 milhões com madeiras produzidas na ZFM.
9. Formar um setor de isqueiro a gás, que passou a ser produzido, exclusivamente em Manaus, que em 1986, chegou a produzir cerca de 76 milhões de unidades. Além do setor de escrita, com uma produção de 193 milhões de unidades de canetas.
10. Fundar um setor da grande mineração, responsável pela produção de 15.000 toneladas de estanho contido, no valor de US\$110 milhões.

11. Instituir um setor de refino de petróleo, com uma capacidade de produção de 10.000 barris/dia, contribuindo com um faturamento anual equivalente a US\$300 milhões.

Tabela 1.3 – ZFM: Projetos implementados por sub-setor, localização e mão-de-obra - 1987

SUB-SETORES	Distrito Industrial de Manaus		Outros pontos de Manaus		Interior da Amazônia Ocidental		TOTAL	
	Empresas	Mão-de-Obra	Empresas	Mão-de-Obra	Empresas	Mão-de-Obra	Empresas	Mão-de-Obra
	Eletroeletrônico	52	31.311	23	6.516	-	-	75
Bebidas	-	-	5	1.452	3	322	8	1.774
Metalúrgico	9	767	15	894	8	171	32	1.832
Mecânico	9	876	5	504	1	108	15	1.488
Mat. Transporte	4	2.284	10	2.068	-	-	14	4.352
Madeireiro	2	579	23	3.798	74	3.795	99	8.172
Papel e Papelão	4	583	2	180	-	-	6	763
Couro, Peles e Similares	1	29	1	149	1	85	3	263
Químico	5	127	8	580	-	-	13	707
Perf. Sabão, Vela	-	-	3	31	-	-	3	31
Prod. Mat Plásticos	7	2.706	6	777	1	6	14	3.489
Vest. Calc. Art. Tec.	2	224	8	322	-	-	10	546
Prod. Alimentares	3	74	16	1.110	4	270	23	1.454
Editorial/Gráfico	3	288	5	202	3	82	11	572
Têxtil	3	60	4	3.431	1	450	8	3.941
Miner. não metálicos	3	714	3	215	4	297	10	1.226
Mobiliário	2	198	9	472	3	106	14	776
Benef. de Borracha	-	-	-	-	2	110	2	110
Relojoeiro	13	2.648	1	755	-	-	14	3.403
Ótico	2	144	7	1.152	-	-	9	1.296
Diversos	13	2.671	4	220	1	18	18	2.909
TOTAL	137	46.283	158	24.828	106	5.820	401	76.931

Fonte: Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. In: BENCHIMOL, Samuel. *Zona Franca de Manaus: A conquista da maior idade*. São Paulo: Sver & Boccato, 1989.

De acordo com Benchimol (1989:17), a produção física industrial é importante não só para aumentar o PIB amazonense, mas também para erguer outros setores, como:

- a. Criação de 76.931 empregos referentes ao mês de agosto de 1987, sendo 46.203 no Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus, e 5.820 vagas no interior da Amazônia Ocidental.
- b. Geração de impostos, tanto a nível federal quanto estadual, tornando o Amazonas o maior contribuinte em termos absolutos e per capita em toda região amazônica do Imposto de Renda, do Imposto de Importação, da Taxa de Melhoramentos de Portos e do Finsocial. No âmbito da tributação estadual, o Amazonas apresentou a maior arrecadação regional de ICM, com uma contribuição de US\$171,2 milhões em 1987. Desse total de ICM arrecadado, 50% provém do setor industrial da Zona Franca de Manaus e 50% da atividade comercial.
- c. O setor terciário da economia também foi beneficiado pela ZFM nos seus diferentes segmentos: bancário, hotelaria, turismo e comércio importador e lojista. Este setor é responsável por uma arrecadação de tributos (ICM) de cerca de US\$85,6 milhões. Segundo Benchimol (1989:19), *“Esse contributo permitiu ao Estado do Amazonas recuperar as suas finanças, manter seu funcionamento em dia e realizar investimentos básicos em sua infra-estrutura econômica e social”*.

No setor comercial, a ZFM deteve menos de 16% da quota de importação, de US\$702 milhões. Isto significa que o setor comercial importou cerca de US\$100 milhões, gerando não apenas uma grande arrecadação tributária, mas também atraindo para o município de Manaus um grande contingente de turistas. No ano de 1986, aproximadamente 190.000 turistas brasileiros foram à Manaus, fazendo compras equivalentes ao valor de US\$155 milhões de produtos estrangeiros e US\$35,4 milhões de produtos nacionais produzidos no Distrito Industrial de Manaus.

Tabela 1.4 – ZFM: Faturamento industrial por sub-setores (Valores em US\$ milhões) – 1985 a 1987

Zona Franca de Manaus

Faturamento Industrial por sub-setores (Valores em US\$ milhões)

SUB-SETOR	1985	1986	1987	Nº de Empresas
	Jan/Dez	Jan/Dez	Jan/Dez	
Eletroeletrônico	1.565,8	2.378,4	1.478,3	65
Relojoeiro	148,9	231,6	90,9	13
Ótico	27,2	38,3	24,1	6
Veículo Duas Rodas	160,3	225,6	191,2	5
Termoplástico	-	79,3	51,7	10
Bebidas	-	38,9	23,5	5
Metalúrgico	-	75,1	61,1	15
Mecânico	-	70,6	53,1	13
Madeireiro	-	37,7	26,1	19
Químico	333,9	397,9	245,0	7
Têxtil	-	95,2	62,5	5
Cutelaria, Escrita e Acendedores	98,3	100,9	72,3	5
Diversos	347,5	530,5	99,6	46
TOTAL	2.682,3	4.300,0	2.479,5	214

Fonte: Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. In: BENCHIMOL, Samuel. *Zona Franca de Manaus: A conquista da maior idade*. São Paulo: Sver & Boccato, 1989.

Para Benchimol (1989), a ZFM favoreceu enormemente a economia regional e nacional tanto do ponto de vista cambial quanto do interesse e interiorização do desenvolvimento nacional (Benchimol, 1989:25).

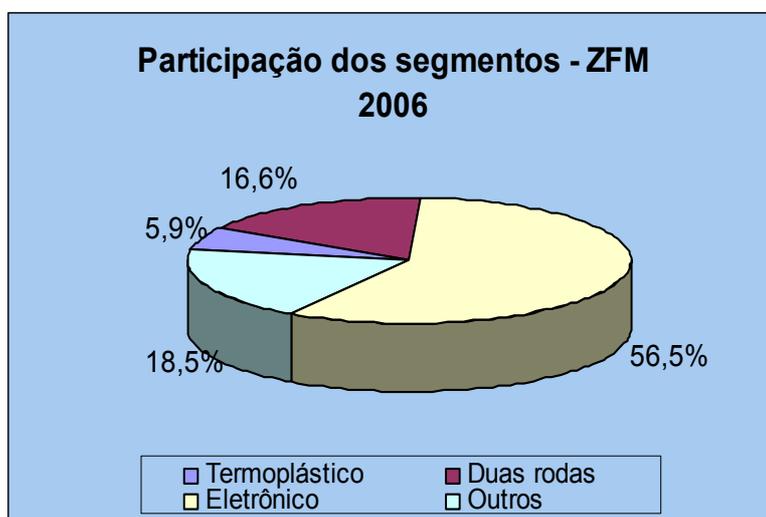
Tabela 1.5 – ZFM: Índices Médios de Nacionalização - 1987

Zona Franca de Manaus
Índices Médios de Nacionalização - 1987

PRODUTOS	%
TV EM CORES	93
TV PRETO E BRANCO	98
MOTOCICLETA 125 CC	94
MOTOCICLETA 450 CC	63
VÍDEO CASSETE	52
FORNO MICRO ONDAS	78
APARELHOS DE SOM 3 EM 1	85
RÁDIO PORTÁTIL	93
RELÓGIO DE PULSO	57
BARBEADOR	92
MÁQUINA DE ESCREVER ELETRÔNICA	72
FOTOCOPIADORA	35
CALCULADORA ELETRÔNICA	27

Fonte: Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. In: BENCHIMOL, Samuel. *Zona Franca de Manaus: A conquista da maior idade*. São Paulo: Sver & Boccato, 1989.

Gráfico 1.1 – ZFM: Participação dos segmentos em 2006



Fonte: *Jornal A Crítica*, 28 fev 2007, p5.

Não obstante o êxito alcançado, algumas adaptações tiveram que ser realizadas visando a melhoria do modelo ZFM, tais como: regionalização, internalização e interiorização dos seus empreendimentos e relações inter-setoriais; diminuição da dependência tecnológica externa através da criação de centros e laboratórios de pesquisa e experimentação; aumento das exportações mediante a criação de mecanismos fiscais compensatórios; diminuição da posição periférica e redução da dependência dos insumos produzidos no centro-sul, através da expansão da produção de componente e produtos intermediários; diversificação da pauta de produção da ZFM através da atração de novas indústrias e outros pólos manufatureiros, evitando a excessiva dependência das indústrias eletroeletrônicas. Uma das adaptações diz respeito à questão da forte migração para Manaus suscitada pela ZFM:

“criação de novos perfis e pólos produtores para aproveitar os recursos disponíveis em outros setores, considerando as vocações regionais e diferenciadas e os custos de oportunidades para reverter o atual quadro perverso do êxodo rural a de transferência de migrantes de outras regiões brasileiras para a ZFM. Essas migrações fizeram implodir o crescimento urbano de Manaus com sérias conseqüências

no campo social e humano, devido a falta de infra-estrutura para acolher esses novos contingentes humanos” (Benchimol, 1989:43).

Para Benchimol (1997), em vários aspectos o modelo ZFM antecipou a política brasileira iniciada nos anos 90, como a abertura, globalização e inserção econômica no mercado mundial.

No início dos anos 90, em razão da recessão brasileira e da mudança do modelo econômico, com a abertura para o mercado externo, através da queda das barreiras alfandegárias e diminuição das alíquotas do imposto de importação, a Zona Franca de Manaus passou por um período bastante difícil. Houve crise na indústria com demissões e fechamento de empresas.

Dois anos antes da crise, em 1990, os números eram bastante animadores: o parque industrial deu emprego a 76.798 funcionários, o faturamento chegou a atingir US\$8,4 milhões e um gasto com salários e benefícios sociais de US\$827 milhões/ano. Já em 1992, o número de empregados no distrito caiu para 40.355, o dispêndio em pessoal despencou para US\$364,1 milhões e a indústria faturou apenas US\$4,5 bilhões.

De acordo com Benchimol, os tempos de crise dos anos 1990 foram importantes para que modificações fossem realizadas com vistas a adequar a ZFM às novas exigências da globalização. Diz o autor:

“... esses anos foram extremamente úteis para assegurar à ZFM um novo patamar operacional, compatível com as exigências dos novos tempos de globalização, barateamento dos produtos e melhoras de qualidade”.

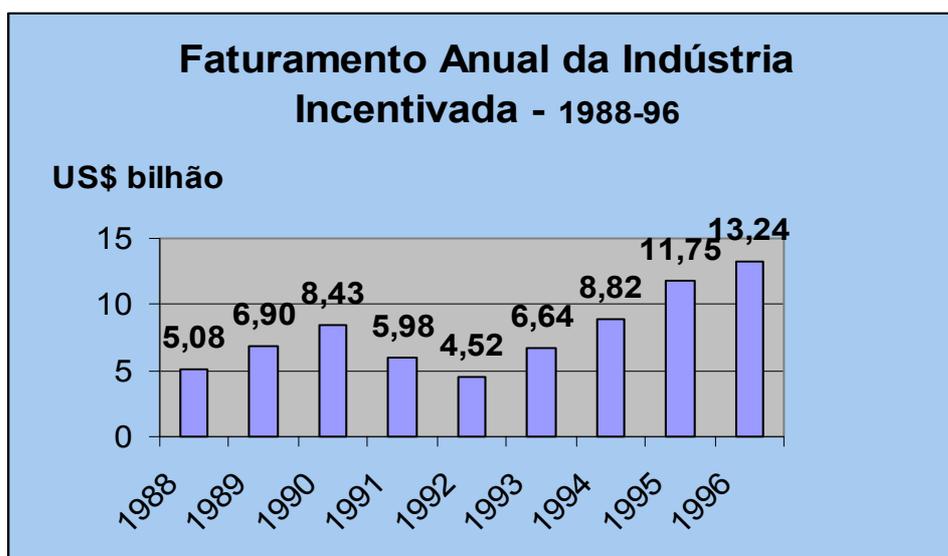
Segue:

“Estes vetores, acima apontados, foram largamente utilizados nas plantas industriais de Manaus e no processo produtivo básico das fábricas, que passaram a operar com menores custos e maior automação e informatização na cadeia produtiva, eliminando desperdícios, ociosidades e anacronismos nas tecnologias de processo de suas linhas de produção e montagem” (Benchimol, 1997:3).

No ano de 1997, com três décadas de funcionamento, Manaus já havia conseguido atrair cerca de quinhentas indústrias de grande, médio e pequeno porte, multinacionais e brasileiras, na implantação de 22 pólos industriais.

Essas indústrias, no ano de 1996, foram responsáveis por um faturamento de US\$13,24 bilhões e pela criação de 48.084 postos de trabalho diretos e cerca de 150.000 empregos indiretos surgidos nos setores do comércio e serviços em Manaus e em outras regiões brasileiras. Essas atividades geraram receitas fiscais de US\$2,69 bilhões.

Gráfico 1.2 – Faturamento anual da indústria incentivada em Manaus – 1988 a 1996

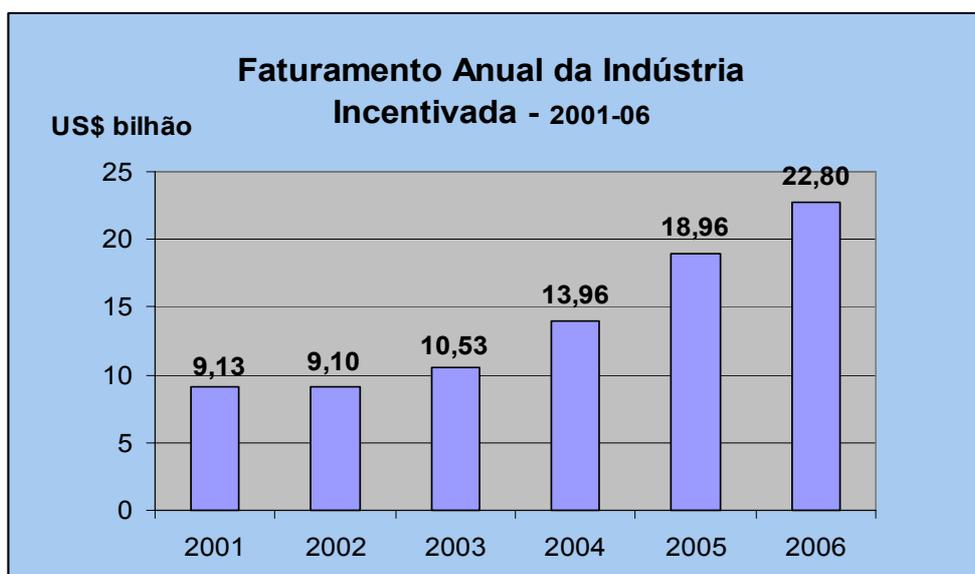


Fonte: Suframa. In: BENCHIMOL, Samuel. *Zona Franca de Manaus: Pólo de Desenvolvimento Industrial*. Edição Universidade do Amazonas: Manaus, 1997.

Segundo Pacheco (1988), no final da década de 1990, a Zona Franca de Manaus concentrava praticamente toda produção final de bens de eletrônica de consumo do país (Pacheco, 1998:149).

Mais recentemente, no ano de 2005, empresas do Pólo Industrial de Manaus (PIM)¹³ obtiveram faturamento de US\$ 18,9 bilhões, exportações de US\$ 2 bilhões e o número de empregos ultrapassou a marca de 100 mil. Além disso, a ZFM atua como modelo para a preservação ambiental: as atividades de baixo impacto ambiental das indústrias instaladas no pólo de Manaus propiciaram a preservação de 98% da cobertura florestal no Estado do Amazonas¹⁴.

Gráfico 1.3 – Faturamento anual da indústria incentivada em Manaus – 2001 a 2006



Fonte: *Jornal A Crítica* 28 fev 2007

Em 2007, 40 anos após a sua criação, o modelo ZFM se tornou um dos mais importantes centros industriais do país, contendo o maior pólo de eletroeletrônicos da América

¹³ O Pólo Industrial de Manaus (PIM) é a base de sustentação do modelo Zona Franca de Manaus.

¹⁴ *Jornal Amazonas Em Tempo*. Disponível em: <www.emtempo.com.br>.

Latina e o maior complexo produtivo de motocicletas fora do Japão. Em 2006, as 450 empresas instaladas no Pólo Industrial de Manaus tiveram um faturamento de US\$22,8 bilhões, exportaram por volta de US\$1,5 bilhão e geraram cerca de 103 mil empregos diretos e 400 mil indiretos.

Atualmente a Suframa se prepara para tornar o modelo ZFM ainda mais forte e diversificado. Fazem parte da estratégia da Suframa para atrair investidores e manter os índices de crescimento: a chegada do Sistema Brasileiro de TV Digital, pesados investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento e o projeto de implantação de um pólo gás-químico¹⁵.

A chegada da tecnologia digital anuncia revolucionar o setor de televisores visando atrair investimentos não apenas em manufaturados, mas também na produção de conhecimento para sustentar a renovação do pólo. Já a chegada do gás natural de Urucu tem o intuito de viabilizar a implantação de um novo segmento, o gás-químico, com vistas a diminuir a dependência do modelo em relação aos pólos eletroeletrônico e de duas rodas.

1.5.2 – Críticas ao modelo Zona Franca de Manaus

Percebe-se na literatura uma grande ênfase aos êxitos econômicos suscitados pela ZFM, contudo alguns autores apontam falhas no modelo no que tange ao desenvolvimento local e benefícios sociais. Bentes (1996:109) comenta que os defensores da ZFM não aceitam nenhuma crítica ao modelo, pois eles avaliam o seu desempenho em relação ao faturamento dos pólos industriais e não a partir do ponto de vista do emprego e dos salários. O autor sugere que os economistas levem em consideração, não somente o faturamento, mas sim o valor agregado.

Bastos segue uma outra direção. O autor comenta que o modelo Zona Franca de Manaus não se trata de um projeto endógeno, para resolver a questão da decadência

¹⁵ *Jornal A crítica*, fevereiro de 2007.

econômica do estado do Amazonas, mas sim, um projeto geopolítico para a ocupação desse espaço (Bastos, 1996:219).

Já Oliveira (1997:88), em comentário sobre as condições de trabalho das operárias do Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus, ressalta aspectos positivos e negativos do mesmo. Como ponto positivo cita os benefícios oferecidos aos trabalhadores e como ponto negativo aponta a questão da alta rotatividade das empresas. Diz o autor:

“Em uma região onde as condições de trabalho são precárias em todos os sentidos, a organização do trabalho nessas empresas baseia-se em normas legais, complementadas por benefícios e auxílios para refeições, transporte e assistência médica. Apesar dos níveis salariais não serem elevados, o proletariado feminino do Distrito Industrial tem uma situação de trabalho e cidadania superior à média dos trabalhadores assalariados da região. Contudo, a rotatividade na empresa é alta, sendo o tempo de vida ativa nas fábricas bastante reduzido. (...) A reabsorção é extremamente difícil no setor”.

De acordo com Rodrigues, existe uma enorme desigualdade nas relações existentes no modelo ZFM. Para o autor, a política de incentivos fiscais é uma política profundamente monolítica em que os atores que de fato mais pressionam no sentido das suas mudanças internas são os empresários, ou seja, os seus próprios beneficiários diretos. É uma política que pouco muda, restando aos demais atores apenas reclamar dos seus impactos *“sem que tomem assento na mesa decisória para que ela realmente venha a se aperfeiçoar”* (Rodrigues, 1996:212).

Brandão (2004:29), ao explicar sobre políticas públicas de forma geral, sugere que

“As políticas públicas devem ser universalizadoras de cidadania e regionalizadas em suas ações, para apreenderem as heterogeneidades nacionais, independente de serem industriais, agrícolas, de emprego,

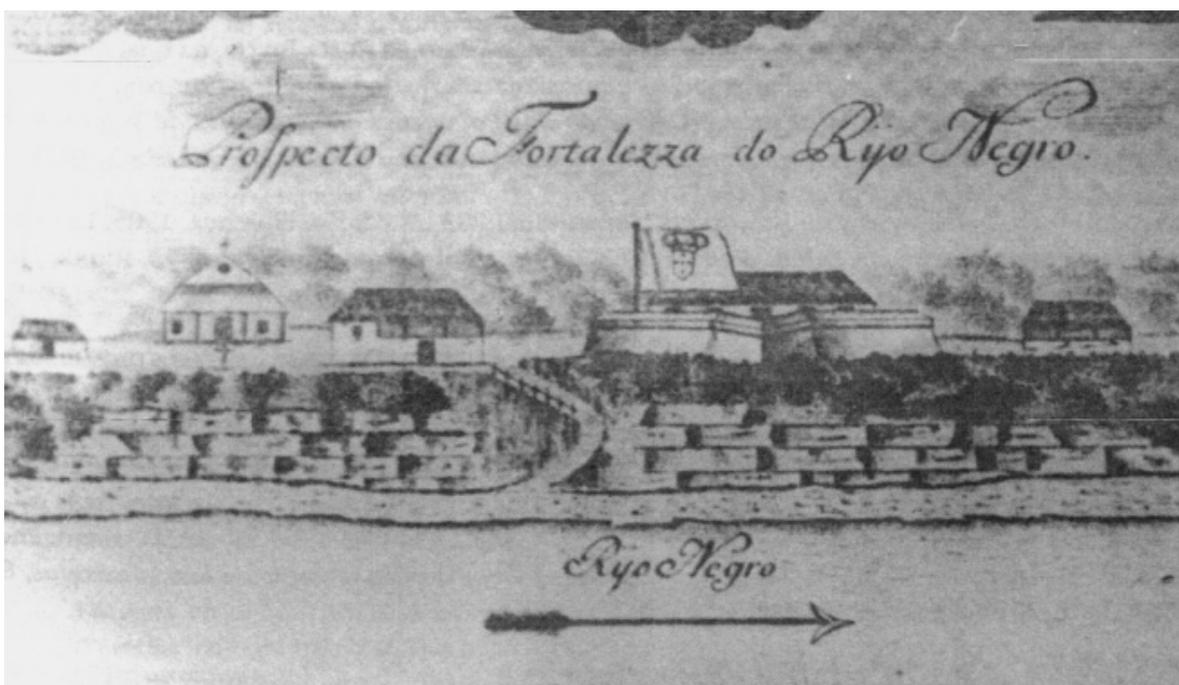
etc. (...) Mais do que as recorrentes 'políticas regionais' é fundamental regionalizar as políticas específicas, articulando-as por um orgânico projeto nacional de desenvolvimento”.

Capítulo 2 – O município de Manaus

2.1 – Do Forte de São José do Rio Negro à cidade de Manaus

A cidade de Manaus teve origem no ano de 1669 em um pequeno arraial formado em torno do Forte de São José do Rio Negro. A fortaleza foi construída para proteger a região de investidas dos inimigos, principalmente contra a invasão de holandeses, e assegurar a posse da coroa portuguesa no centro geográfico dos seus domínios amazônicos. Durante 114 anos, o forte manteve suas atividades de defesa da região, além de servir de elemento condensador de povoamento.

Figura 2.1 – Fortaleza do Rio Negro



“Fortaleza de Ryo Negro”.

Desenho de João André Schwebel, 1754.

Disponível em: <http://www.manaus.am.gov.br/manaus/referenciasdahistoria/9>

Em 1695, Manaus ainda não tinha nome oficial, “*de tinta e papel passado, assinado e carimbado com o sinete do colonizador, mas de tanto ouvirem dizer ‘sou da Barra’, ‘aqui é a*

Barra’, ‘vou à Barra’, ‘vim da Barra’, Lugar da Barra se chamou” (Garcia, 2005:8). Diz Garcia:

“O casario humilde ia-se arrumando em desalinho – a igrejinha primitiva, a casa do vigário, a do comandante e outras mais, feitas de taipa, cobertas de palha, chão batido. Ruas estreitas, sinuosas, mal-iluminadas com tochas de banha de tartaruga. Becos acanhados, de caminhar incerto, esgarçando a floresta, ancorando nos igarapés” (Garcia, 2005:8).

O arraial passou a se chamar Lugar da Barra, tornando-se sede da capitania de São José do Rio Negro, no ano de 1758.

A importância da localização geográfica da aldeia da Barra do Rio Negro, perto da confluência do Rio Negro com o Solimões, seria percebida somente no período pós-pombalino, pelo governador Manuel da Gama Lobo d’Almada. Conhecedor da problemática da ocupação econômica do ocidente amazônico, o governador tomou a iniciativa de transferir a sede do governo para o Lugar da Barra.

Em 1791, a Barra, que nem era vila ainda, virou sede da Capitania. O governador Lobo d’Almada

“levantou um palácio para governar, refez – finalmente – a capelinha dos carmelitas, armou estaleiro na ribeira das naus, junto do porto real, tudo pertinho do forte... Fez hospital em São Vicente, quartel, cadeia pública. Montou armazém de pólvora e pequenas fábricas de redes, cordas, tecidos de algodão, velas de cera, beneficiamento de anil. Construiu olaria – que precisava produzir telhas, tijolos, artefatos de cerâmica... – ali na colina onde hoje está a Catedral” (Garcia, 2005:10).

Porém, Lobo d’Almada não havia sido previamente autorizado pelo governador do

Grão-Pará e Rio Negro, Dr. Francisco de Souza Coutinho, a quem era subordinado, a mudar a sede do governo da Capitania. Este fato resultou na devolução da sede do governo a Barcelos. Em 1804, D. Marcos de Noronha e Brito mandou retornar a sede do governo para o Lugar da Barra.

No início do século XIX, em 1833, foi elevado à categoria de vila com o nome de Manaós, em homenagem à tribo da mesma denominação. Tribo esta que não se deixou dominar pelos portugueses, se recusando a ser mão-de-obra escrava para militares e religiosos.

“Manaus pôde – finalmente – eleger a sua Câmara Municipal e organizar sua própria estrutura administrativa e judiciária, com a designação de um juiz de direito, um juiz municipal, um juiz de órfãos e um promotor público, além do comandante militar, do administrador da Recebedoria da Fazenda Nacional e do vigário-geral.

Nascia, assim, o Município de Manaus.

Em dezembro de 1833, elegeram-se os primeiros vereadores e instalou-se a Câmara Municipal, sob a presidência do vereador Manuel Gonçalves Loureiro” (Garcia, 2005:13).

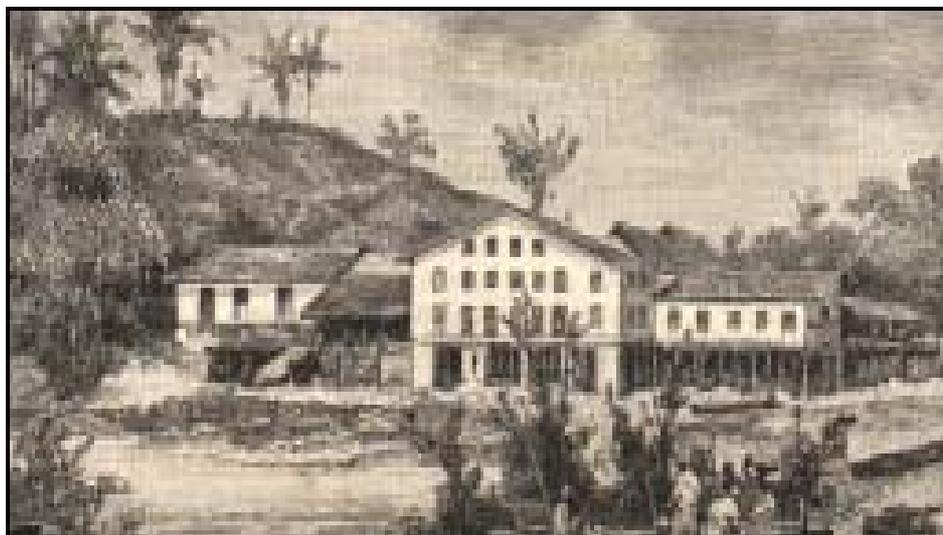
Em 24 de outubro de 1848, o lugar foi promovido à condição de cidade, com o nome de Cidade da Barra do Rio Negro. Quando recebeu o título de cidade o lugarejo era um pequeno aglomerado urbano, com cerca de 3 mil habitantes, uma praça, 16 ruas e quase 250 casas. O ensino público basicamente não existia e quase nada restava do progresso econômico da época de Lobo D’Almada. *“Os edificios públicos, as fábricas, as oficinas, tudo estava em ruínas ou havia desaparecido” (Garcia, 2005:15).*

Figura 2.2 – Ruínas da Fortaleza da Barra do Rio Negro



“Ruínas da Fortaleza da Barra do Rio Negro”. *Voyage de L’ocean Pacifique a L’ocean Atlantic*. M. Paul Marcoy, 1840-1860 Desenho de Riou.
In: <http://www.manaus.am.gov.br/manaus/referenciasdahistoria/15>

Figura 2.3 – Barra do Rio Negro vista da torre da Capela de Nossa Senhora dos Remédios



“A Barra – vista da torre da Capela de Nossa Senhora dos Remédios”.
“*Voyage de L’ocean Pacifique a L’ocean Atlantic*”. M. Paul Marcoy, 1840-1860 Desenho de Riou.
In: <http://www.manaus.am.gov.br/manaus/referenciasdahistoria/15>

Oito anos depois, a Lei n.º 68, de 4 de setembro de 1856, da Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas, daria à cidade o seu nome de consagração: *Manaus*.

Figura 2.4 – Manaus, desenho de Riou, a partir de uma fotografia



“Manãos”.

Voyage au Brésil – Mme. Agassiz, 1840-1860.

In: <http://www.manaus.am.gov.br/manaus/referenciasdahistoria/13>

De acordo com Souza, em 1865, Manaus recebe a expedição científica chefiada pelo suíço Louis Agassiz que tinha em sua esposa Elizabeth Agassiz a relatora, que registrou suas impressões sobre a cidade da seguinte maneira:

"Que poderei dizer da cidade de Manaus? É uma pequena reunião de casas, a metade das quais parece prestes a cair em ruínas, e não se pode deixar de sorrir ao ver os castelos oscilantes decorados com o nome de edifícios públicos: Tesouraria, Câmara legislativa, Correios, Alfândega, Presidência. Entretanto a situação da cidade, na junção do rio Negro, do Amazonas e do Solimões, foi uma das mais felizes na escolha. Insignificante hoje, Manaus se tornará, sem dúvida, um

grande centro de comércio e navegação" (Agassiz, L., E. *Apud* Souza, 2005:4).

Figura 2.5 – Planta da cidade de Manaós



In: <http://www.manaus.am.gov.br/manaus/referenciasdahistoria/18>

2.2 – Manaus: a *Paris Tropical*

Durante muitas décadas Manaus não teve um crescimento importante, nada que a diferenciasse dos outros pontos de fixação dos colonizadores. O longo período de estagnação, cerca de dois séculos, somente iria terminar na segunda metade do século XIX, por volta de 1870 com a economia da borracha. A partir desta data, houve uma notória expansão da ocupação humana e da estruturação econômica de toda a região amazônica. Neste contexto, a cidade de Manaus, que já desempenhava a função administrativa de capital da província do Amazonas passou a comandar, na Amazônia Ocidental, o sistema sócio-econômico mercantil

extrativista, *“engrenagem responsável pelo regime de produção, de intermediação, de transporte, de financiamento e de comercialização da borracha. Tal comando, a seu turno, implicava o exercício pleno da função de entreposto, a serviço da referida hinterlândia, o que, por sua vez, significava um mais amplo aproveitamento das vantagens propiciadas pela situação geográfica da cidade”* (Melo, 1990:33).

Nesta época, o efetivo populacional de Manaus passou para 75.000 habitantes, o que fez com que a cidade se posicionasse entre as dez maiores capitais do país daquele momento. Melo ressalta que a inauguração do novo cais flutuante foi indispensável à aceleração desse crescimento, que iria consolidar a função básica de Manaus: a função de entreposto. Diz o autor:

“... em vez de se tratar de um aglomerado resultante de um processo linear, iniciado com o surgimento de um núcleo populacional ribeirinho fundado na época de início da colonização da Amazônia Ocidental (2ª metade do século XVII), se trata de cidade que, não passando de 5.000 habitantes em 1870, veio a constituir, nitidamente, um marco expressivo da implantação, naquela parte do País, do sistema sócio-econômico de modelo mercantil extrativista, apoiado sobretudo na produção da borracha. Conseqüentemente pode-se considerar a cidade em estudo, antes do mais, como um produto do período áureo da borracha. A segunda inferência é a de que, nessa fase praticamente germinal da urbe manauara, a sua principal força de crescimento residia no exercício da função de entreposto. Função que a colocava como ponto de ligação entre o mundo externo (inclusive ou, principalmente, estrangeiro) e a vastíssima hinterlândia de onde, através da rede hidroviária, convergia a produção extrativa regional” (Melo, 1990:34).

Figura 2.6 – Porto de Manaós



“O Porto de Manaós”.
Amazonie et Cordillères.
M. Charles Wiener, 1879-1882.
Desenho de Th. Weber, a partir de uma fotografia.
Disponível em: <http://www.manaus.am.gov.br/manaos/referenciasdahistoria/22>

A cidade passou a produzir o látex, matéria-prima a partir da qual era produzida a borracha, para o comércio internacional. A exportação da borracha iniciou-se em 1827 sob várias formas até a padronização em grandes bolas ovais, as pélas. Segundo Souza, *“sua importância passa a ser maior quando em 1836 o norte-americano Goodyear descobriu o processo de vulcanização misturando o enxofre à borracha, desenvolvendo assim um produto útil à indústria do século XIX e essencial para a futura indústria automobilística. Dunlop, utilizando a borracha, descobre o pneumático para bicicletas, que mais tarde seria aplicado nos automóveis pelos irmãos Michelin”* (Souza, 2005:4).

Grandes mudanças ocorreram em Manaus em decorrência da extração do látex, como descreveu Otoni Mesquita:

“Em uma publicação datada de 1873, o Cônego Francisco Bernardino de Souza informava que Manaus possuía 494 casas, das quais 255

eram cobertas de telhas e 239 com palha, e que entre as primeiras havia 18 sobrados. Tinha mais de 20 ruas, 11 travessas, 3 estradas, 7 praças e 49 casas comerciais. O gênero de maior exportação já era a borracha, seguida pelo pirarucu seco e outros produtos naturais da região" (Mesquita Apud Souza, 2005:5).

Melo aponta as seguintes mudanças ocorridas na cidade de Manaus durante a economia da borracha:

Crescimento populacional. Segundo os dados usados pelo referido autor, a expansão demográfica partiu do pequeno contingente de apenas cerca de 5.000 habitantes em 1870, passando para 20.568, em 1890, para 30.757 em 1900 e para 60.000 em 1907.

Serviços públicos. Foi implantado um sistema portuário moderno, um sistema de abastecimento d'água domiciliar, bem como serviços de esgoto, de iluminação elétrica, de telefone e de telégrafo subfluvial.

Construções públicas. Construíram-se alguns prédios públicos monumentais como o Teatro Amazonas e o Palácio da Justiça, os quais hoje são referências da cidade. E também foram edificadas a Biblioteca Pública, a Alfândega e a Penitenciária¹⁶.

Construções particulares. Sobre as construções, diz o autor: *"Exibindo uma arquitetura que os especialistas têm procurado caracterizar, entre outras qualificações, até como 'insolente e apressada' (Mário Ypiranga, citado por Bessa Freire) surgiram numerosas construções de palacetes, hotéis, cabarés abrigando*

¹⁶ O Teatro Amazonas foi inaugurado na noite de 31 de dezembro de 1896, pelo governador Fileto Pires Ferreira, sucessor de Eduardo Ribeiro. No refinado ambiente daquela noite de gala, as elites manauenses assistiram a Companhia Lírica Italiana, do maestro Joaquim Franco, apresentar algumas árias e canções da ópera Gioconda, de Amílcar Ponchielli. No dia 7 de janeiro seguinte, a encenação de Gioconda abriria a 1.ª estação lírica de 1897, dando início à série de espetáculos memoráveis que compõem a história do emblemático templo de arte (Garcia, 2005:45).

móveis, tapetes, pianos, louças e jarras da melhor qualidade, de procedência estrangeira. Também foram construídos e luxuosamente decorados bancos e lojas (algumas destas com nomes franceses) assim como sobradões azulejados onde não faltavam gradis, beirais, escadarias e outros ornatos de alto requinte” (Melo, 1990:35).

Figura 2.7 – Projeto da fachada do Teatro Amazonas



Projeto da fachada do Teatro Amazonas

In: <http://www.manaus.am.gov.br/manaus/referenciasdahistoria/44>

Traçado urbano. *“Um plano urbanístico foi executado, sobretudo no tempo do governador Eduardo Ribeiro. Os cuidados alusivos à fisionomia e ao conforto urbanos revelaram-se também na abertura de avenidas e boulevards bem como no assentamento de fontes e chafarizes, não raro importados da Europa. Visando-se à melhoria da circulação interna da cidade, também se realizaram a construção de várias pontes e o aterro de alguns igarapés. Registremos, finalmente, que, em seu traçado geral, a cidade deu as costas para o rio Negro, deixando de melhor se integrar com aquele elemento do sítio que mais poderia ter contribuído para uma maior*

identidade e um maior encanto da sua paisagem urbana” (Melo, 1990:35-36).

Todas essas sofisticações renderam à Manaus o apelido de Paris Tropical:

“Tudo isso teria de emprestar a Manaus uma fisionomia algo esplendorosa, que a fez merecer o apelido de Paris Tropical. O que não deixa de se afigurar, à primeira vista, um tanto fantasiado quando se tem em vista a latitude e o clima equatoriais, a posição centralmente mediterrânea e a conhecida ambiência ecológica da região onde se ergueu a singular cidade. Uma reflexão a respeito não pode deixar de concluir creditando essa espécie de milagre urbano” (Melo, 1990:36).

Garcia comenta a diversidade existente na Manaus em ascensão:

"Manaus tornou-se uma cidade cosmopolita. Trabalhadores de diferentes nacionalidades – brasileiros, portugueses, espanhóis, italianos, alemães, ingleses, americanos, sírios, libaneses, judeus, gregos – formavam os fortes elos da cadeia produtiva da borracha, fazendo o intercâmbio das atividades econômicas entre Manaus, os seringais e os grandes centros industriais e financeiros da Europa e dos Estados Unidos. Artistas, intelectuais, médicos, advogados, engenheiros, professores, jornalistas, militares, homens de negócio, seringalistas, seringueiros de saldo, todos falavam com maior ou menor desenvoltura a linguagem das libras esterlinas que fazia a riqueza de poucos e inseria a cidade na rota internacional dos negócios da borracha" (Garcia, 2005:41).

Figura 2.8 – Novo traçado urbanístico de Manaus



In: <http://www.manaus.am.gov.br/manaas/referenciasdahistoria/41>

Contudo, o fastígio da borracha não trouxe consigo somente louros para a história de Manaus. Apesar de todo luxo e opulência da *Paris Tropical*, várias questões sociais foram suscitadas. Não se pode ignorar que nessa espécie de milagre urbano "*se insere a existência de um modelo altamente concentrador de renda, o qual, sendo como foi referido, mercantil extrativista, era também de índole colonialista*" (Melo, 1990:36). Na mesma época em que Manaus era conhecida pelas suas belas edificações, do total de 10.358 casas, menos da metade era de alvenaria, enquanto 5.710 casas eram casebres, estâncias, barracões e casas de taipa ou de madeira. De acordo com o sociólogo André Araújo, a *Paris dos Trópicos*, "*estava cercada por uma banlieue de nordestinos famélicos e índios destribalizados e tristes, morando em infectos mocambos*" (Araújo *apud* Melo, 1990:36). E isso sem citar a triste realidade social dos seringais, em que trabalhadores iludidos por sonhos de riqueza viviam a duras penas sob regime de servidão. Garcia comenta a respeito:

"Ao seringueiro, com raras exceções, restou a ilusão das libras esterlinas que brilhavam à luz das porongas nas suas madrugadas de sonho e sacrifício. Nada se plantava nos seringais. Importava-se tudo o que se consumia. Pagava-se a peso de ouro e à conta do regime de servidão imposto ao seringueiro, os alimentos e os bens

manufaturados que chegavam da Europa, Estados Unidos, Rio de Janeiro, São Paulo. Mas não só. Pagava-se muito e muito mais e sem saber por quê. Daqui saía dinheiro para honrar o serviço da dívida externa do Brasil, salvar lavouras de café, construir estradas de ferro, iluminar o Rio de Janeiro e financiar campanhas de saúde pública e obras de saneamento e urbanismo" (Garcia, 2005:59).

De acordo com Oliveira,

"O ciclo da borracha desvendou uma nova Amazônia. Ao lado dos mitos, fantasias, lendas e sonhos de enriquecimento rápido, inaugurou-se uma nova sociedade, opulenta para os padrões da época nas capitais e principais centros urbanos e ativa, organizada, expansionista (...). Mas, à sua sombra, plasmou-se um novo quadro demográfico regional e sobretudo, configurou-se uma absolutamente original questão social. As centenas de milhares de imigrantes, em sua grande maioria nordestinos vivendo em condições semi-compulsórias de trabalho, subsistência e reprodução, constituíram a dramática evidência da perversidade social subjacente ao auge extrativista" (Oliveira, 1996:74).

2.3 - O triste fim do fastígio da borracha

A Inglaterra, através da companhia "Manaós Harbour Limited" foi responsável pelos trabalhos de ampliação e melhoria do porto de Manaus, exigindo para isso a concessão do direito de usá-lo por 60 anos, ficando a pesagem, classificação, corte e beneficiamento da borracha a cargo do armazém "15 de Novembro", pertencente àquela companhia. Segundo Souza, apesar do monopólio da Inglaterra, "desde 1876 o inglês Henry Alexandre Wickman contrabandeou as sementes seringueiras do Amazonas para os Jardins de Kew, em Londres, e dali para o Ceilão onde foram plantadas de maneira bem planejada, e a partir de 1908

começou-se a obter uma produção significativa. Em 1913 a Ásia já era responsável por 59,3% da produção mundial, produção essa que só fez crescer levando ao fim do chamado 'Período da Borracha'” (Souza, 2005:5).

O Amazonas não tinha condições de vencer a concorrência dos seringais plantados na Ásia ou conter a queda da cotação da borracha nas bolsas de valores de Londres e Nova York. O declínio no preço da borracha provocou uma estagnação em vários setores econômicos da cidade de Manaus e, além disso, a cidade não tinha nem como recompor a estrutura de sua economia, dependente de interesses externos. Como a economia era movida quase que unicamente pela exportação da borracha, Manaus não dispunha de outras alternativas. O governo não tinha recursos disponíveis para a conclusão de obras iniciadas ou para a manutenção das que já existiam. O aumento populacional explosivo das últimas décadas resultava em uma grande quantidade de famílias na miséria em função da real falta de trabalho. E. Brandford Burns descreve essa época lamentável da seguinte forma:

"Em Manaus, a prosperidade havia cedido lugar ao pânico, quando o histórico ano de 1910 chegou ao fim. Cessaram as atividades frenéticas tão características de uma cidade em expansão. As docas e os armazéns iriam deteriorar-se mais tarde; bancos fechariam; comerciantes estrangeiros mudar-se-iam para outras plagas; o Teatro Amazonas ficaria entregue ao abandono"
(Burns *apud* Souza, 2005:6).

Garcia comenta que no início de 1950, o cenário era desolador: *"Os funcionários estaduais enfrentavam enormes filas à porta da Fazenda Pública para receber minguidos salários com sete meses de atraso. As luzes da cidade se apagavam, os bondes paravam nos trilhos: era a falência do sistema de energia elétrica. Manaus era uma cidade decadente e sem perspectivas"* (Garcia, 2005:68).

De acordo com Burns, *"a percentagem da borracha de plantio, da Ásia, para o mercado mundial, cresceu de 0,3 em 1905 para 9,0 em 1910 e 67,6 em 1915. Já em 1922 a*

borracha de plantio concorria com 93,1% das vendas. O aumento brusco da produção para o mercado mundial, mais o baixo custo da mão-de-obra das plantações asiáticas baixaram os preços da borracha . Em consequência, em maio de 1910, o preço da borracha brasileira iniciou vagaroso mas constante declínio, que eventualmente traria a estagnação ao Amazonas" (Burns apud Souza, 2005:7).

2.4 - Zona Franca de Manaus: Nasce uma nova esperança

Após o fastígio da borracha a Região Norte iria permanecer estagnada por meio século, suscitando seu esvaziamento e abandono. Segundo Oliveira, *“Até a década de 60, breves e episódicas conjunturas apenas arranharam a estabilidade letárgica do equilíbrio agro-extrativista e do isolamento regional. A pedra de toque da transformação deu-se em função da política econômica do Regime militar pós – 1964, que, comprometendo-se com um modelo de expansão acelerada das relações capitalistas internas, viabilizou estratégias de integração territorial à dinâmica central de acumulação econômica”* (Oliveira, 1996:75).

Uma dessas estratégias de integração territorial, que visava compensar a distância entre a Amazônia e os grandes centros concerne à Zona Franca de Manaus. De acordo com Benchimol, a Zona Franca de Manaus conseguiu *“romper o quadro de estagnação e decadência secular de uma sociedade que, desde o fim do ciclo da borracha, estava enclausurada no tempo, isolada no longínquo espaço e imersa na desesperança e pobreza, após de ter perdido o melhor de suas lideranças empresariais, políticas e profissionais”* (Benchimol, 1997:1).

Garcia nos conta que na década de 60 houve mais um episódio marcante na história de Manaus: a criação da Universidade do Amazonas. Criada em 1960, a Faculdade de Filosofia, uniu-se às seguintes instituições de ensino superior que já estavam instaladas e em funcionamento em Manaus: Faculdade de Direito, federal; Faculdade de Ciências Econômicas, estadual; Escola de Enfermagem de Manaus, da Fundação Sesp; Escola de Serviço Social. Definia-se, assim, o suporte acadêmico para a criação da Universidade do

Amazonas, que se instalou oficialmente no dia 17 de janeiro de 1965.

Um ano depois da instalação da Universidade do Amazonas, o presidente Castelo Branco assinou o Decreto-Lei 288, de 28 de fevereiro de 1967, que alterou as disposições da Lei 3.173, de 6 de junho de 1957¹⁷, e reformulou a Zona Franca de Manaus, determinando:

“Art. 1.º – A Zona Franca de Manaus é uma área de livre comércio, de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais, estabelecida com a finalidade de criar no interior da Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário dotado de condições econômicas que permitam o seu desenvolvimento, em face dos fatores locais e da grande distância a que se encontram os centros consumidores dos seus produtos” (Apud Garcia, 2005:71)

Aos incentivos básicos do Decreto-Lei 288 – isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e redução do Imposto de Importação (II) –, somavam-se as vantagens de isenção do Imposto de Renda, previstas na Lei 5.174, de 27 de outubro de 1966, que criou a SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), sucessora da SPVEA (extinta por meio da Lei 5.173, da mesma data). Para completar o leque de incentivos, o Decreto-Lei 288 determinou:

“Art. 49 – As isenções fiscais previstas neste Decreto-Lei somente entrarão em vigor na data em que for concedido:

I – pelo Estado do Amazonas, crédito do imposto de circulação de mercadorias nas operações comerciais dentro da Zona, igual ao montante que teria sido pago na origem em outros estados da União, se a remessa de mercadorias para a Zona Franca fosse equivalente a uma exportação brasileira para o estrangeiro;

II – pelos Municípios do Estado do Amazonas, isenção do Imposto de

¹⁷ Vide Anexo II.

Serviços na área em que estiver instalada a Zona Franca” (Apud Garcia, 2005:71).

Em face do Decreto-Lei 288, a Prefeitura de Manaus elaborou o Decreto 25, de 17 de março de 1967, isentando de pagamento do Imposto Sobre Serviços as empresas e profissionais autônomos; e o Governo do Amazonas, com a Lei 569, de 7 de abril de 1967, concedendo crédito fiscal de ICM, nos termos do art. 49, I, daquele Decreto-Lei.

Segundo Garcia, *“O interesse imediato dos investidores demonstrou a eficácia do modelo Zona Franca de Manaus, cujos incentivos diferenciavam-se no plano governamental por se direcionarem especificamente à produção, somente sendo concedidos mediante a efetiva geração de bens e serviços. Manaus logo se transformou em importante centro de comércio importador e expressivo pólo de turismo doméstico, atraindo visitantes dos mais distantes pontos do Brasil, interessados em comprar produtos estrangeiros com garantia de qualidade (as importações eram proibidas no resto do país). O setor de serviços expandiu-se. A oferta de empregos, a receita tributária estadual, os índices de construção civil e o consumo de energia elétrica cresceram significativamente” (Garcia, 2005:71).*

Garcia comenta que a partir de 1968 foram implantadas as primeiras indústrias incentivadas, forjando o embrião do Pólo Industrial de Manaus. Nessas quatro décadas de existência a Zona Franca de Manaus se deparou com vários entraves que acabavam por afetar o município de Manaus e, por conseguinte, a Região Norte. Em 1975, por exemplo, quando o modelo baseava-se na livre importação, o Brasil ficou sem divisas para importar e a ZFM foi convocada a auxiliar a pagar a conta. Diz a autora: *“As importações foram contingenciadas. Instituíram-se cotas de importação, limitadas às necessidades mínimas de todos os empreendimentos, em todos os setores da economia: agricultura, indústria, comércio e serviços. Como as importações estavam proibidas no Brasil inteiro e só em Manaus se podia comprar produtos estrangeiros de procedência garantida e marcas consagradas, o comércio importador e o turismo de compras continuaram a crescer. Ainda assim, havia um limite global de valor para os produtos que podiam sair de Manaus na bagagem acompanhada de passageiros, rigorosamente controlada pela Receita Federal” (Garcia, 2005:71).*

Em consequência desse fato, as indústrias instaladas em Manaus tiveram que se adequar às novas regras e nacionalizar a sua produção. Tendo em vista mudanças na legislação, nas fórmulas de cálculo da alíquota de redução do Imposto de Importação, as indústrias locais passaram a comprar fora do Brasil apenas os insumos que não eram produzidos no país. Com isso, o parque fabril da ZFM tornou-se um mercado para a indústria de componentes do Sul e do Sudeste. *“Para cada emprego gerado em Manaus, surgiam mais três em São Paulo”* (Garcia, 2005:71).

Durante a década de 1990 a ZFM enfrentou um desafio importante durante o governo Collor. Neste momento o parque industrial teve que se adequar à política nacional de indústria e comércio exterior e às novas regras do mercado ditadas pela globalização. Ainda assim, o modelo Zona Franca de Manaus contabilizou grandes prejuízos econômico-sociais. Algumas empresas não tiveram fôlego para ampliar seus investimentos e desativaram os seus projetos. Houve queda no faturamento industrial da ZFM e os empregos foram reduzidos.

Entretanto, vencidos os entraves, os incentivos fiscais, inicialmente instituídos para vigorar por 30 anos (até 28 de fevereiro de 1997), foram prorrogados por mais dez anos pelo presidente José Sarney. Após, a aprovação da emenda ao projeto de Constituição Federal do deputado federal amazonense José Bernardo Cabral, o prazo de vigência da ZFM passou a valer por mais 25 anos (até 2013): *“E determinou que dali em diante os critérios de aprovação de projetos somente poderiam ser alterados por lei federal, gerando segurança e confiabilidade para os investidores e os trabalhadores da Zona Franca de Manaus e quebrando o círculo vicioso da incerteza que ameaçava a manutenção das características do modelo de incentivos fiscais”*. Por fim, o Congresso Nacional, de acordo com Garcia, reconhecendo a *“eficácia do modelo Zona Franca de Manaus como indutor do fortalecimento da estrutura econômico-social de uma região marcada pelas disparidades regionais”* veio a estender a vigência dos incentivos fiscais por mais dez anos (até 2023) a vigência da ZFM (Garcia, 2005:73).

Figura 2.9 - Vista aérea do Porto de Manaus



Fonte: www.manausonline.com

Figura 2.10 - Porto de Manaus - Área de cargas



Fonte: www.manausonline.com

Loureiro comenta que com a implantação da ZFM a capital do Amazonas transforma-se radicalmente:

“Seus habitantes multiplicam-se, chegando a 1,6 milhão de pessoas ao final de 2002. Com o perfil de uma cidade-estado, nela concentram-se 53% da população estadual. Produzindo mais de 90% da economia e da arrecadação, a renda per capita dos manauaras eleva-se aos patamares mais altos entre as capitais brasileiras. A economia cresce e os serviços urbanos ampliam-se, mas a migração de pessoas do Nordeste e do Pará pressiona os serviços urbanos e desorganiza a ocupação do espaço, promovendo invasões de áreas desocupadas, sem saneamento básico e infra-estrutura, criando imensos bolsões de pobreza onde a exclusão social é a regra” (Loureiro, 2003:39).

Figura 2.11 - Teatro Amazonas



Fonte: www.manausonline.com

O autor ressalta que antes do advento da ZFM, Belém, capital do Pará e única metrópole da Amazônia, detinha o mais amplo mercado consumidor, melhor infra-estrutura econômica, maior população, porto marítimo e ligação terrestre com o restante do país. Diz ele:

“A força centrípeta exercida pela cidade de Belém esvaziava velozmente o lado ocidental da Região, onde Manaus ocupa o centro geográfico. Com uma população inferior a 150.000 pessoas, a capital do Estado do Amazonas definhava rapidamente em termos urbanos, econômicos e sociais. Inexistência de universidade, escassez de energia elétrica, mercado reduzido e de baixo poder aquisitivo, sistema de transporte e de comunicação precário que a mantinha ainda mais isolada dos centros de poder político, distante da costa marítima, formavam o cenário que explicava sua fragilidade econômica e a ausência de perspectivas de mudança” (Loureiro, 2003:37).

Figura 2.12 - Centro de Manaus



Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Manauscenter.jpg>

De acordo com as estatísticas da SUDAM, no ano de 1964 97,6% dos investimentos incentivados na região localizavam-se na economia do Pará, indicando a hegemonia econômica do estado, ao passo que ao estado do Amazonas restou a ínfima parcela de 2,4%. Manaus era o *“entreposto comercial que ligava a economia extrativa praticada no interior do Estado ao resto do mundo”* (Loureiro, 2003:38).

Oliveira comenta a questão social após a criação da Zona Franca de Manaus: *“Em poucos anos a questão social eclodiu com todo vigor, proliferando os conflitos fundiários, a expulsão das terras, o êxodo rural dos novos imigrantes e de antigos moradores (ex-seringueiros e ex-colonos), e, por fim, despontou na precoce inchação urbana e marginalização social”* (Oliveira, 1996:75).

Com a implementação da Zona Franca o município de Manaus cresce e se urbaniza, porém, o autor questiona: *“Mas qual é realmente o espaço urbano que cresce? Dados do Censo de 1991 mostram o Amazonas com 190 mil pessoas residindo em favelas (contra 70 mil em 1980) e o Pará com 260 mil pessoas (contra 1 mil em 1980). As duas unidades federativas juntas tinham 9% da população favelada do Brasil em 1991. Pesquisas levadas a campo em Manaus indicam que metade da população da cidade vive em favelas e casebres fluviais (...). o crescimento é urbano, mas, em sua essência, quem realmente cresce é a pobreza”* (Oliveira, 1996:93).

Bastos também não é das mais entusiastas do modelo ZFM, diz ela: *“Não obstante a verificação de indicadores econômicos positivos, os resultados, em termos de desenvolvimento regional, são limitados, já que o processo de crescimento teve uma reduzida articulação endógena, gerando pouca internalização da renda e do emprego regional”* (Bastos,1996:202).

Apesar de todas as conseqüências positivas – e outras nem tanto -, as novas condições mundiais e a abertura da economia brasileira, em conjunto com a perspectiva de fim dos incentivos fiscais suscitaram uma crise no modelo industrial centralizado. Novas estratégias foram concebidas, entre elas, destaca-se *“o fortalecimento do Pólo Industrial de Manaus*

(PIM)”; “o desenvolvimento da bio-indústria”; e “a possibilidade de desenvolver um pólo gás-químico com o gás de Urucu” (Becker, 2004:138).

2.5 – Manaus hoje

No século XXI, com 1.541.044 habitantes¹⁸, a cidade de Manaus elevou-se à 8ª posição no ranking das maiores cidades brasileiras em população, o que a coloca na posição de oitava maior cidade brasileira, perdendo apenas para Curitiba, Brasília, Belo Horizonte, Fortaleza, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo. Com 94% da população urbana e apenas 6% rural, sua densidade demográfica é 135,2 hab./km². De acordo com Becker,

“... o conjunto das cidades da Amazônia Legal é caracterizado pela presença de poucos centros com centralidade expressiva e um grande número de cidades com fraca e muito fraca centralidade”. Apenas três cidades se destacam na categoria de metrópoles: Manaus, Belém e São Luís (Becker, 2004:95).

Em 2004, Manaus chegou à 4ª posição no ranking das cidades mais ricas do Brasil. De acordo com a prefeitura do município, em poucos anos Manaus evoluiu da categoria de médio porte para metrópole, trazendo em si todos os problemas que essa condição traz. Em apenas um ano - de 2001 para 2002 - Manaus registrou a maior taxa de crescimento populacional do país, 2,54%. De acordo com números do IBGE, Recife registrou 0,83%, Porto Alegre 0,74% e Rio de Janeiro 0,67%, sendo que a média nacional é de 1,3%.

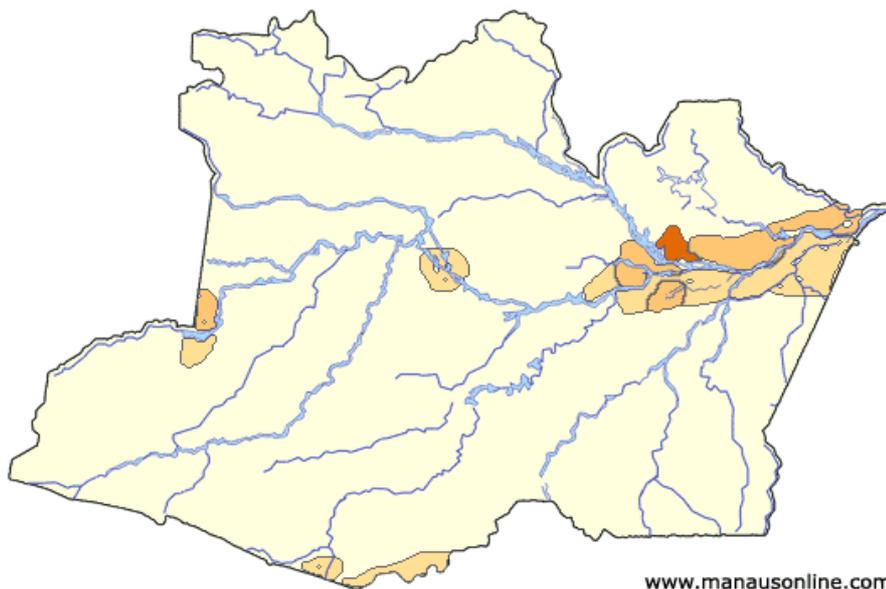
¹⁸ Fonte: IBGE – Contagem da população 2007.

Cartograma 2.1 – Localização do município de Manaus



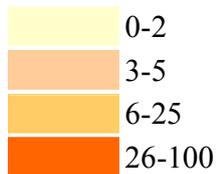
Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Manaus>

Cartograma 2.2 – Amazonas– Densidade Populacional (1996)



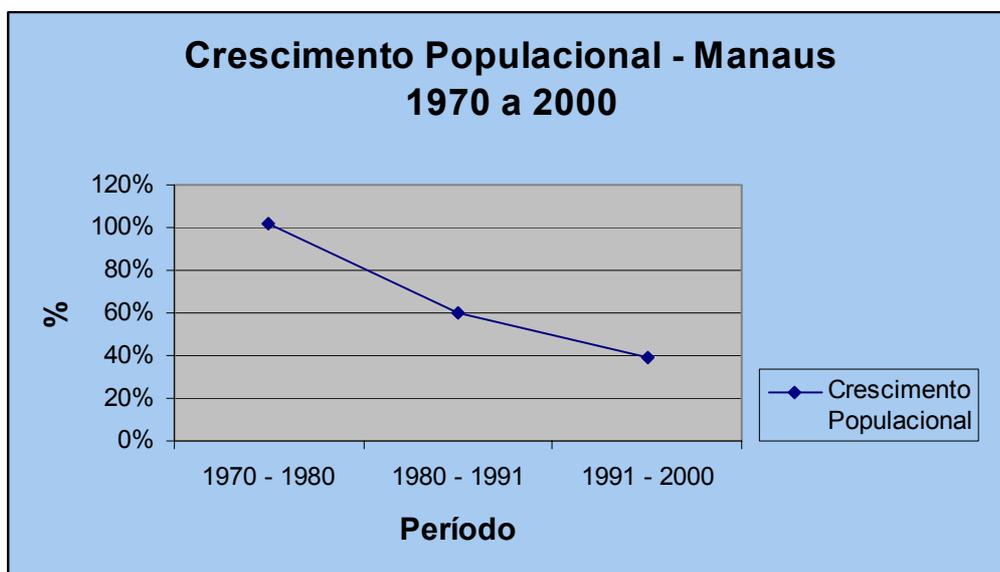
Fonte: www.manausonline.com

Densidade Populacional (Km2)



No entanto, a tendência, tal como a nacional, é a diminuição do crescimento populacional, como visto no gráfico abaixo. No período entre 1970 e 1980, houve um incremento populacional de 102%, entre 1980 e 1991 de 60% e, finalmente, 39% entre 1991 e 2000.

Gráfico 2.1 – Crescimento Populacional de Manaus – 1970 a 2000



Fonte: IBGE - Censos Demográficos. Elaboração do autor.

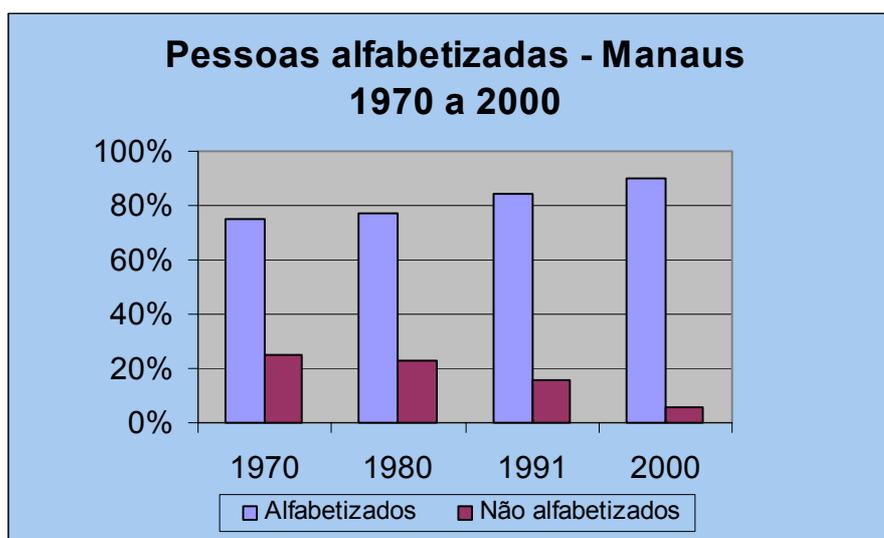
De acordo com as estatísticas da prefeitura do município, atualmente Manaus tem um dos menores índices de mortalidade infantil do Brasil com cerca de 22,7 mortes em cada mil

crianças nascidas vivas, superando o índice aceitável pela Organização Mundial de Saúde (OMS) que é de 32 e também a média nacional que é de 29,2.

Na área da Educação, Manaus registra 213 matrículas para cada mil habitantes da cidade, no ensino fundamental. Um indicador superior ao das prefeituras de Curitiba, Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro e outras capitais.

Em relação à alfabetização da população municipal, pode-se dizer que Manaus acompanha a tendência nacional com a redução cada vez mais efetiva do analfabetismo: 75% de pessoas alfabetizadas em 1970; 77% em 1980; 84% em 1991 e 95% em 2000 (Gráfico 2.2).

Gráfico 2.2 – População alfabetizada de Manaus – 1970 a 2000



Fonte: IBGE - Censos Demográficos. Elaboração do autor.

No que concerne à escolaridade, percebe-se – com exceção à década de 1980 - uma redução das pessoas sem instrução ou com menos de um ano de estudo. O percentual caiu pela metade no período compreendido entre 1970 (21%) e 2000 (15%). Porém, no que se refere às pessoas com 12 anos ou mais de estudo, houve uma evolução discreta: 2% em 1970 e 1980; 3% em 1991 e 5% em 2000. Percebe-se que grande parte da população (59%)

concentra-se na Educação Fundamental, ou seja, até oito anos de estudo (Tabela 2.1).

Tabela 2.1 – Anos de estudo em Manaus - 1970 a 2000

Anos de estudo	1970		1980		1991		2000	
Sem instrução ou menos de um ano	21%	54.717	56%	291.986	20%	180.009	15%	179.674
1 - 4 anos	57%	149.961	19%	102.096	33%	296.155	27%	328.879
5 - 8 anos	15%	38.638	15%	80.593	27%	241.447	29%	360.327
9 - 11 anos	6%	14.889	8%	39.604	16%	143.388	24%	298.432
12 anos ou mais	2%	5.407	2%	10.467	3%	29.355	5%	61.251
Sem declaração	0%	123	-	-	0%	519	1%	9.566
Total	100%	263.735	100%	524.746	100%	890.873	100%	1.238.129

Fonte: IBGE - Censos Demográficos. Elaboração do autor.

Contudo, a qualidade do ensino no município não é satisfatória, como comenta o *Jornal do Comércio*:

“Apesar do crescimento em quantidade, o desempenho insatisfatório dos alunos das instituições do Amazonas, confirmado por meio dos indicadores do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) e do Enade (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes), é um dos grandes desafios no objetivo de melhorar a distribuição de renda, que atualmente contrapõe-se ao crescimento da economia local, numa perspectiva macroeconômica. No ano passado, a média das escolas públicas do Estado no Enem ficou em 35,827 pontos, contra a média nacional de 39,496. Manaus, isoladamente, obteve resultado um pouco melhor, com 36,987 pontos”¹⁹.

Segue a reportagem:

Na área de graduação, os resultados também não são melhores. O Amazonas figura entre os Estados com pelo menos uma instituição

¹⁹ Novaes, Fred. SUFRAMA 40 anos: Desafio permanente. In: <<http://www.jcam.com.br/materia.php?idMateria=45401&idCaderno=2>>.

entre as piores universidades nas áreas de Biologia, Engenharia grupo 1 (civil, sanitária, cartográfica, geológica, hídrica e de agrimensura), Engenharia Grupo 6 (produção, de materiais, elétrica, produção química e produção têxtil) com duas instituições, Engenharia Grupo 7 (ambiental, minas, petróleo e industrial madeireira) Fisioterapia, com duas instituições Letras, Matemática, com duas instituições.

Em se tratando do PIB *per capita* das capitais brasileiras, observa-se que Manaus aparece em segundo lugar no *ranking*, com uma renda *per capita* de R\$13.535, acima da média nacional, de R\$7.631, perdendo apenas para Brasília (R\$16,361). Além disso, Manaus apresentou no período 1992-02 elevada taxa de crescimento do PIB *per capita*, de 43,7%, nesse mesmo período a taxa de crescimento do PIB *per capita* nacional foi de 32,2% (Tabela 2.2).

Tabela 2.2 - Participação das capitais no total do PIB nacional e renda *per capita* no Brasil — 1999 a 2002

BRASIL E CAPITAIS	1999		2002	
	Participação no PIB (%)	Renda Per Capita (R\$)	Participação no PIB (%)	Renda Per Capita (R\$)
BRASIL	100	5,771	100	7,631
Total das capitais	31,87	7,771	29,54	9,474
São Paulo	11,56	10,824	10,41	13,139
Rio de Janeiro	5,55	9,26	4,67	10,537
Brasília	2,29	10,96	2,65	16,361
Manaus	1,33	9,42	1,51	13,535
Belo Horizonte	1,48	6,471	1,38	8,093
Curitiba	1,28	7,885	1,04	8,408
Porto Alegre	1,13	8,087	0,97	9,397
Recife	0,89	6,141	0,85	7,822
Salvador	0,99	3,967	0,82	4,309
Fortaleza	0,93	4,246	0,74	4,416
Demais	4,46	4,603	4,51	6,037

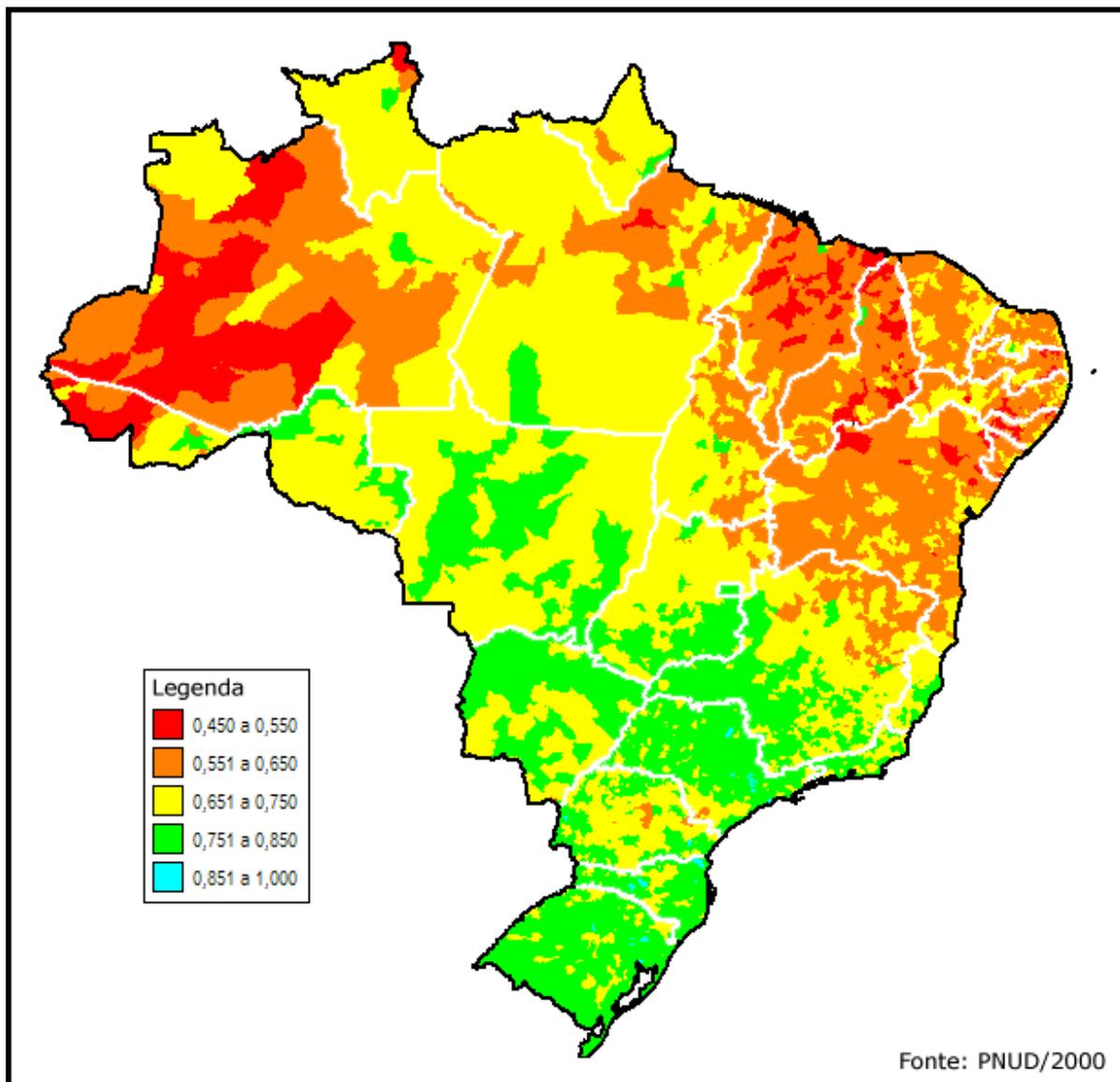
FONTE: IBGE.

In: Carta de Conjuntura FEE – Fundação de Economia e Estatística, nº5, ano 14, maio de 2005.

Endereço: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/download/carta/por/carta1405.pdf>>.

De um modo geral, Manaus apresenta bons índices. O IDH-M²⁰ (Índice de Desenvolvimento Humano) é de 0,774 (PNUD/2000), sendo IDH-M Renda 0,703; IDH-M Longevidade 0,711; e IDH-M Educação 0,909.

Cartograma 2.3 - IDH – Municípios



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Idh_municipios_brasil.png

²⁰ O índice varia de zero (nenhum desenvolvimento humano) até 1 (desenvolvimento humano total).

2.6 – Perspectivas para o futuro

De acordo com a Superintendência da Zona Franca de Manaus, as potencialidades regionais da Amazônica Ocidental têm por base a sustentabilidade ecológica. Orientados por projetos de manejo e zoneamento ecológico-econômico, atividades na área de agroindústria, turismo, bio-indústria e piscicultura são desenvolvidas²¹.

A seguir alguns exemplos de potencialidades regionais que já estão sendo desenvolvidas.

Turismo: O turismo, em especial o ecoturismo, tende a se tornar uma atividade econômica e social cada vez mais importante para a região, principalmente por se constituir numa alternativa concreta de geração de emprego e renda para a população local, além de contribuir para a preservação do patrimônio natural.

Piscicultura: A piscicultura e a pesca extrativa artesanal ou industrial, cujo mercado mundial está estimado em mais de US\$ 42 bilhões, para uma produção de 100 milhões de toneladas por ano, apresenta uma demanda insatisfeita de 28 milhões de toneladas/ano. Segundo a FAO, será a única commodity com elevação de preços em 2020.

O consumo de pescado na Amazônia é de 44 kg per capita/ano. E, atualmente, a pesca extrativa dotada na região produz apenas 1/8 desta demanda, sem contar o restante do mercado potencial brasileiro que é de 600 mil toneladas ao ano.

Agroindústria: A industrialização de frutas tropicais lidera a lista das oportunidades de negócios a partir do aproveitamento das potencialidades da região.

Nessa atividade, destacam-se o abacaxi, a banana, o caju, a manga, o maracujá e o cupuaçu, cuja polpa é utilizada para a produção de sucos e compotas, e a semente, para a produção de chocolate de excelente qualidade, merecem igual destaque as plantas oleaginosas com fins energéticos e industriais como o dendê, que devido ao seu baixo custo de produção, boa

²¹ Site da SUFRAMA, disponível em: <http://www.suframa.gov.br/publicacoes/site_suframa/pagina_12.htm>.

qualidade e ampla utilização do óleo, é um dos preferidos como matéria-prima nas indústrias de óleoquímicas, farmacêuticas, sabões, cosméticos, margarinas, óleos de cozinha e gorduras vegetais.

Bio-indústria: A biodiversidade da Amazônia tem atraído a atenção das indústrias brasileiras e internacionais que utilizam produtos e essências naturais para formulação de medicamentos, vacinas e cosméticos visando a industrialização e comercialização em larga escala.

A meta do governo brasileiro é criar as condições necessárias para que novas empresas passem a investir nas oportunidades a serem abertas nos setores de produtos farmacêuticos, cosméticos, alimentícios, bioinseticidas, enzimas de interesse biotecnológico, óleos essenciais, antioxidantes, corantes naturais e aromatizantes.

Capítulo 3 – Manaus de 1970 a 2000

Conforme dito anteriormente, a implementação da Zona Franca de Manaus trouxe consigo uma série de transformações na dinâmica do crescimento da capital amazonense, principalmente no que tange ao tecido urbano do município. Este capítulo trabalha com a perspectiva de que o fenômeno de crescimento populacional acelerado de Manaus deve-se principalmente ao forte movimento migratório ocorrido, tendo como principal fator de atração a política de incentivos da Zona Franca de Manaus.

Melo nos aponta os efeitos da chegada das indústrias da ZFM:

“Acresce que, pelos dados censitários, a proporção dos não naturais na população manauara apresenta-se substancialmente maior nos anos imediatamente anteriores ao de 1980 (...). Esse número mais elevado de não naturais naquela fase, combina com o fato de ter a grande cidade passado por um longo período de estagnação econômica, quando não possuía maiores forças de atração de fluxos migratórios – período seguido por uma fase de notável dinamismo cujo advento ocorreu a partir da instituição, em 1967, dos incentivos da Zona Franca de Manaus” (Melo, 1990: 87-88).

Ao passo que essas transformações foram fundamentais para o crescimento econômico do município via mão-de-obra e consumo, várias são as conseqüências negativas da pressão ocasionada pelo contingente de migrantes. De acordo com Moura (1990:286), o crescimento de Manaus exerce um efeito centrípeto sobre o interior do Amazonas, causando o esvaziamento de um imenso espaço. Além disso, o autor ressalta a pressão da migração sobre a infraestrutura urbana e sobre as condições e a qualidade de vida da população e, também, sobre o mercado de trabalho manauara.

Pretende-se com este capítulo analisar as transformações ocorridas no município de Manaus a partir da criação da Zona Franca, levando-se em consideração três pontos basais: a infra-estrutura, a migração e a PEA (População Economicamente Ativa)²².

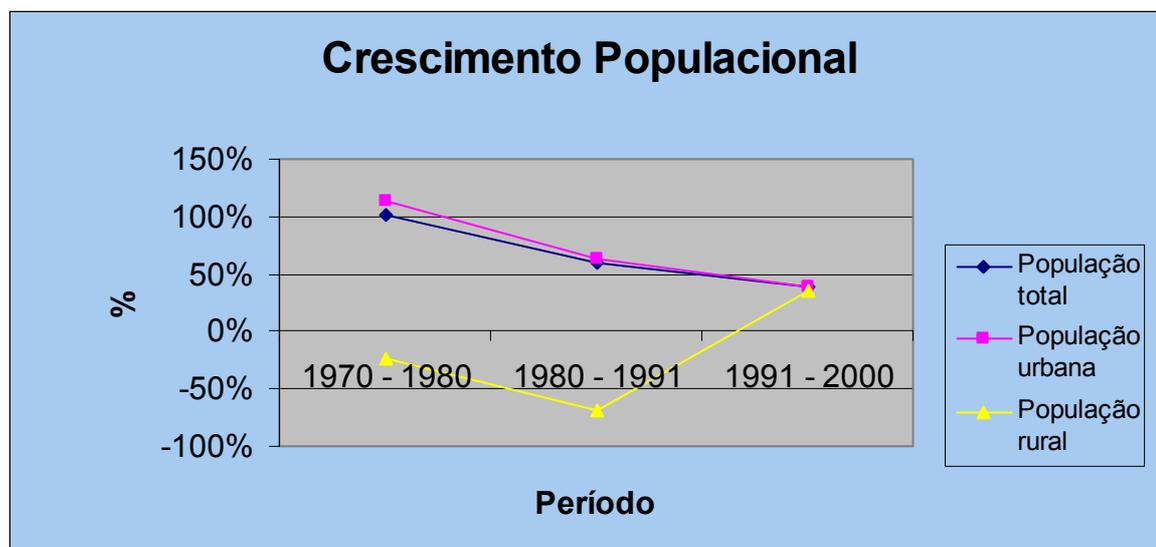
3.1 – Crescimento populacional e processo de urbanização do município

Seguindo as tendências nacionais, conforme visto no primeiro capítulo, a cada década o município de Manaus sofre uma desaceleração no crescimento populacional²³. Entre as décadas de 1970 e 1980 a população cresceu 102%; entre 1980 e 1991, o crescimento caiu quase pela metade, com um crescimento de 60%; e entre 1991 e 2000 houve um declínio ainda maior, com um crescimento de apenas 39%. O crescimento populacional urbano elevou o crescimento da população total (114% entre 1970-1980; 64% entre 1980-1991; e 39% entre 1991 e 2000), já a população rural tem um movimento bastante inferior: entre as décadas de 1970 e 1980 há um decréscimo de 24%; entre as décadas 1980 e 1991, há um decréscimo populacional ainda maior: 69%. Porém, percebe-se entre as décadas de 1991 e 2000 um incremento de 35%, indicando uma possível migração de retorno.

²² Pretende-se, ainda, estabelecer sempre que possível um diálogo com os resultados da pesquisa “Migrações para Manaus”, realizada em 1987, sob direção geral do geógrafo Mário Lacerda de Melo e sob direção técnica do demógrafo Hélio Moura: MELO, Mário Lacerda de; MOURA, Hélio A. de (Coord). **Migrações para Manaus**. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1990.

²³ Este movimento é naturalmente esperado para uma localidade que recebeu um forte contingente de migrantes num dado momento. Ao longo do tempo, esse grupo de pessoas passa a fazer parte da própria dinâmica do município e a tendência é de fato a desaceleração do crescimento populacional. O mesmo acontece em relação à taxa de urbanização.

Gráfico 3.1 – Crescimento populacional de Manaus - 1970 a 2000



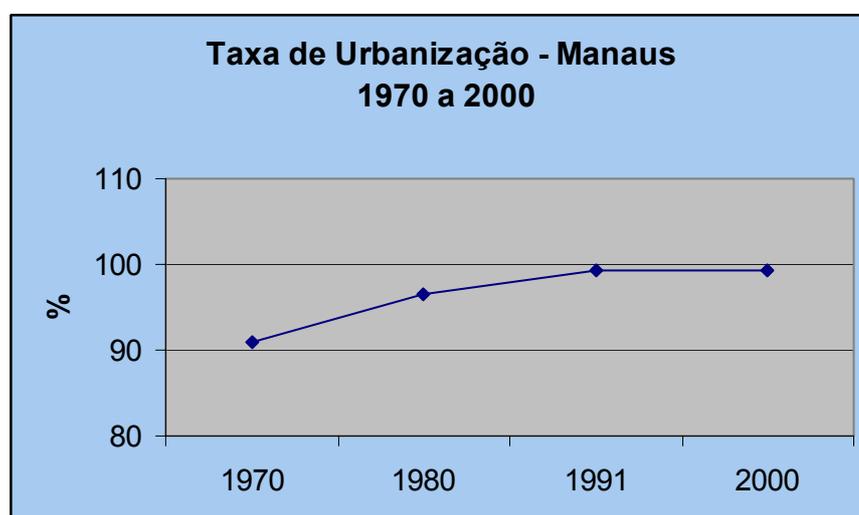
Fonte: IBGE - Censos Demográficos. Elaboração do autor.

De acordo com Moura e Moreira, Manaus e a Região Metropolitana de Belém (inclusive municípios satélites) são os principais núcleos urbanos no conjunto das cidades da Região Norte. Manaus vai além, passa a emergir sob o ângulo populacional como maior núcleo urbano regional, posto que anteriormente era ocupado por Belém. Dizem os autores:

“Manaus vem se caracterizando como um pólo industrial do gênero eletroeletrônico de importância nacional e, sem dúvida, a implantação da Zona Franca e do Distrito Industrial tem constituído, historicamente, um importante fator de atração de fluxos migratórios, tanto de fora, como do próprio interior do estado. A cidade de Manaus, de fato, vem há algum tempo mostrando tendência de concentrar mais e mais a população do estado: sua participação relativa sobre o total da população amazonense passou de 32,7%, em 1970, para 44,3%, em 1980, e atingiu quase 48%, em 1991. A contagem de 1996 revelou que a população do município de Manaus (população rural, inclusive) representou cerca de 49% da população estadual” (Moura e Moreira, 2000:72).

A taxa de urbanização do município de Manaus permanece crescente nas quatro últimas décadas. Percebe-se que houve um aumento mais significativo no processo de urbanização entre a década de 1970 e 1980, no âmbito de implementação da Zona Franca, passando de 91% para 96,6%. Já entre 1991 e 2000 houve um aumento bem mais discreto: 99,3% em 1991 e 99,4% em 2000. Moura e Moreira comentam que “... o Amazonas tem atualmente seus quadros urbanos (leia-se principalmente Manaus) submetidos a uma forte pressão migratória. De fato, o estado encontra-se numa situação limite que já quase o caracteriza como Unidade em fase de desruralização populacional” (Moura e Moreira, 2000:71).

Gráfico 3.2 – Taxa de Urbanização de Manaus - 1970 a 2000



Fonte: IBGE - Censos Demográficos. Elaboração do autor.

De acordo com Santos, a urbanização do estado do Amazonas tem se dado principalmente através da concentração populacional no município de Manaus: “(...) no período 1980/91 a cidade de Manaus, além de concentrar mais da metade da população estadual, foi a única que apresentou aumento no índice de concentração total” (Santos, 2001:9). Quanto à urbanização, Santos comenta que em 1980, a população urbana de Manaus representava 71% da população urbana de todo o estado do Amazonas, percentual este que caiu para 67% em 1991” (Santos, 2001:3).

Diz a autora:

“Chama a atenção (...) o fato de que a urbanização no Amazonas na última década se deu primordialmente através de sua capital Manaus. Aliás, o fato não é novo e parece refletir a importância da capital amazonense como pólo de atração e principalmente a migração oriunda do próprio estado, desde a implantação da Zona Franca de Manaus (...). O que se apresenta de novo é o arrefecimento no crescimento urbano da capital amazonense, demonstrado pelo declínio na participação da população urbana de Manaus em relação à população urbana estadual. (...) Portanto, mais do que urbanização do estado seria mais correto dizer, concentração em torno de Manaus” (Santos, 2001:6).

Para Melo, no caso de Manaus é notório que os grandes deslocamentos rumo à capital sejam resultado da força de repulsão atuante no mundo rural e da força de atração representada pelas atividades urbanas que emergiram a partir da Zona Franca de Manaus. Diz o autor: *“Sabemos que, no exemplo manauara, esses deslocamentos [populacionais] mais se intensificaram quando, mercê dos efeitos da política da Zona Franca de Manaus, se somaram, aos fatores de repulsão atuantes nos espaços de procedência, os fatores de atração representados pelas novas forças de desenvolvimento urbano presentes na referida grande cidade” (Melo, 1990:211).*

Melo situa, sobretudo, nas categorias dos pequenos proprietários, dos posseiros, dos assalariados a problemática social que está relacionada aos fatores dos deslocamentos populacionais. O autor comenta a existência das precárias condições de vida dos rurícolas que constituem o fator básico dos deslocamentos humanos que ocorrem rumo à capital do Amazonas. Além disso, um grave fator de expulsão relaciona-se às cheias calamitosas: *“Seu caráter violento destrói as lavouras e os poucos animais de que se sustentam os rurícolas bem como suas modestas moradias, deixando-os na miséria e ao desabrigo. Esses flagelados, em seu maior número, dirigem-se ou são encaminhados para as cidades, onde recebem socorros e passam a residir, fazendo crescer bruscamente o fenômeno da inchação urbana” (Melo, 1990:246).*

Bentes comenta a situação dos rurícolas de uma maneira dramática:

“... o Gallup nos fala que a situação da favela urbana é geralmente muito melhor do que a rural. E essa população que está vindo para as cidades, para Belém, Manaus, etc., é gente que está saindo da calha central do Amazonas e dos seus afluentes, dos lagos, etc. São pessoas que realmente não moram: estão um pouco acima de uma situação primitiva, vivendo sobre galhos de paus, morando em choupanas que muitas vezes não têm a mínima condição, sem piso, sem sanitário, sem proteção contra as pragas, contra os carapanãs, contra os animais, enfim, sem nenhuma condição” (Bentes, 1990:105).

Segundo o autor, a Zona Franca de Manaus não é a “bomba de sucção” de que todos comentam. Em sua opinião, a situação no interior do Amazonas é tão grave que *“a Zona Franca nada mais é do que o porto que abriga o naufrago”* (Bentes, 1990:106):

Essa crescente urbanização da qual estamos falando também é percebida em toda Região Norte. Moura e Moreira comentam que na década de 1980 o dinamismo demográfico da Região Norte teria sido em grande parte resultado da expansão demográfica e econômica das fronteiras agrícolas. No entanto, na segunda metade da década de 1980 e nos anos 1990, o crescimento populacional da Região Norte passou a ser uma ocorrência quase que exclusivamente urbana, *“dominada por migrantes que anteriormente haviam buscado os quadros rurais de domicílio”* (Moura e Moreira, 2000:66-67).

3.2 – Composição populacional por sexo e idade

Manaus é uma cidade que conta com grande proporção de pessoas em idades jovens. Em 1970 e 1980, grande parte da população (44% e 43%, respectivamente) concentrava-se na faixa de 0 a 14 anos, ou seja, a maior parte da população era composta por crianças e adolescentes. Já entre 1991 e 2000 houve uma pequena redução dessa faixa etária: 38% em 1991 e 33% em 2000. Além disso, a redução da participação relativa do grupo de 0-4 anos nas

décadas 1991 e 2000 pode ser um indicativo de queda de fecundidade: 14% em 1970; 17% em 1980; 12% em 1991 e 2000.

Ao passo que o segmento populacional com menos de 14 anos vem declinando sua participação no total, verifica-se um aumento da população em idade ativa (15 a 64 anos) nas décadas 1991 e 2000: 59% e 64%, bem como um aumento discreto da população com 65 anos ou mais: de 2% em 1970 e 1980 para 3% em 1991 e 2000 (Tabela 3.1).

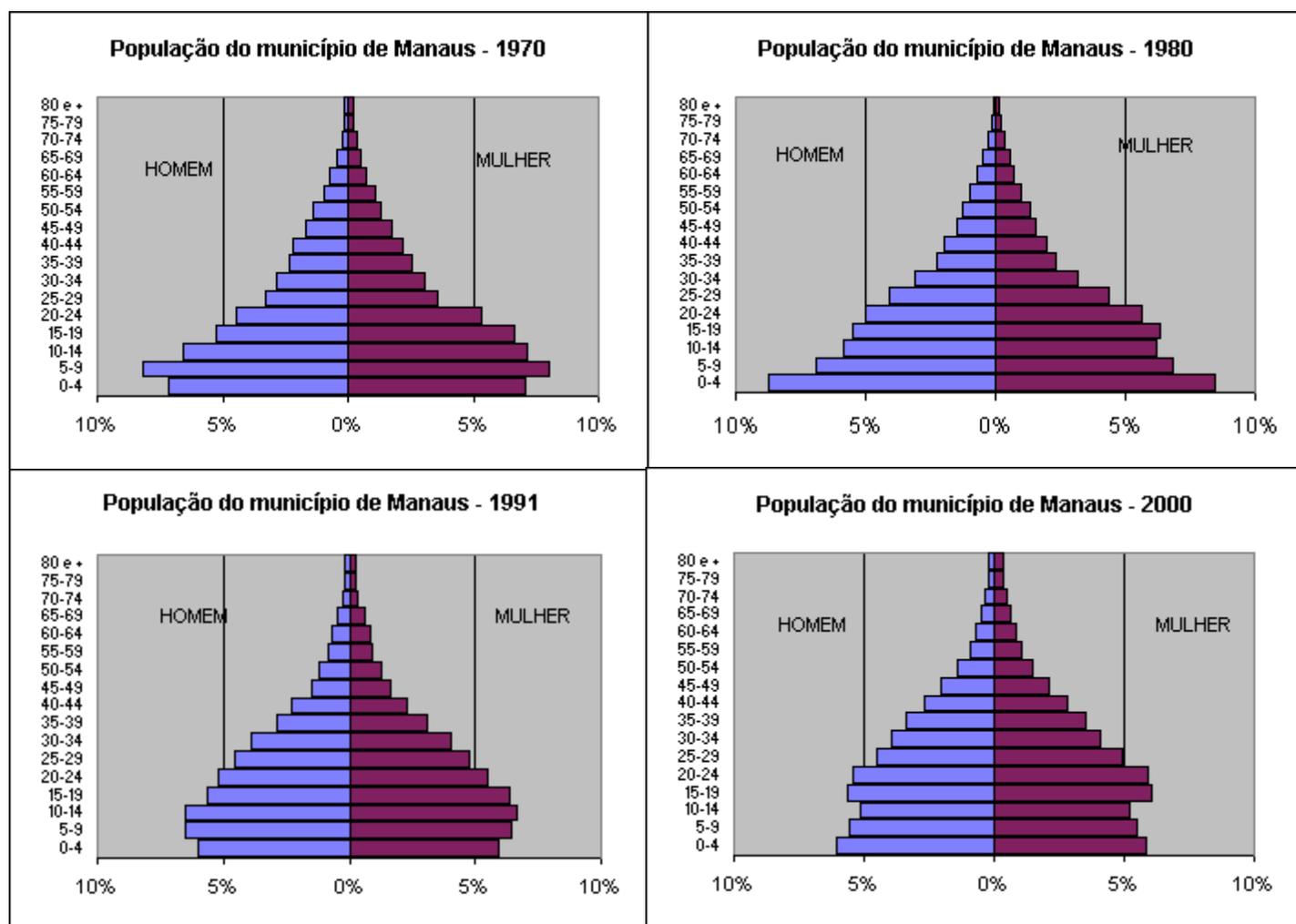
Tabela 3.1 – População de Manaus por faixas etárias – 1970 a 2000

População por faixas etárias	1970		1980		1991		2000	
População de crianças e adolescentes - menores de 15 anos	44%	138.638	43%	271.688	38%	385.105	33%	468.957
População adulta - 15 a 64 anos	54%	168.099	55%	346.037	59%	600.755	64%	893.169
População idosa - 65 anos ou mais	2%	7.374	2%	14.827	3%	25.641	3%	43.709
Total	100%	314.111	100%	632.552	100%	1.011.501	100%	1.405.835

Fonte: IBGE - Censos Demográficos. Elaboração do autor.

Comparando, inicialmente, a população total do município de Manaus com o contingente migrante podemos perceber uma presença maior do grupo feminino na população total e do grupo masculino entre os migrantes (ao menos nos anos 1980 e 1991). Em 1970 havia 92 homens para cada 100 mulheres na população total, um contingente de 12.355 mulheres a mais do que homens. A cada década essa diferença aumenta cada vez mais: em 1980 havia 14.963 mulheres a mais do que homens; em 1991, 23.719 mulheres a mais; e 2000, 34.947 mulheres a mais.

Gráfico 3.3 – População do município de Manaus - 1970 a 2000



Fonte: IBGE - Censos Demográficos. Elaboração do autor.

Entre os migrantes, percebe-se nas décadas 1980 e 1991 uma maior presença masculina: 108 homens para cada 100 mulheres em 1980, representando um contingente de 2.353 homens a mais do que mulheres; e 101 homens para cada 100 mulheres em 1991, ou 949 homens a mais do que mulheres. No entanto, nas décadas 1970 e 2000 há uma presença feminina superior à masculina: 98 homens para cada 100 mulheres e 99 homens para cada 100 mulheres, respectivamente. Segundo Moura et alii, *“Uma das características do processo migratório, qual seja a saída proporcionalmente maior de mulheres do meio rural para o meio urbano, explicaria os diferenciais encontrados quanto às respectivas razões de sexo”* (Moura et alii, 2000:4).

Tabela 3.2 – Razão de sexo em Manaus - 1970 a 2000

Razão de sexo	1970	1980	1991	2000
População total	92%	95%	95%	95%
Migrantes	98%	108%	101%	99%

Fonte: IBGE - Censos Demográficos. Elaboração do autor.

3.3 – Acesso à infra-estrutura urbana

De acordo com Moura, a situação habitacional da população de Manaus está associada ao seu crescimento acelerado. Diz o autor:

“Este, como se sabe, deve-se não só ao alentado incremento vegetativo que ali se observa, mas, principalmente, à intensa migração proveniente do próprio interior do Estado do Amazonas e, mais recentemente, também, de outras Unidades da Federação. A pressão migratória estaria ocasionando um rápido crescimento da demanda por habitações e serviços urbanos, gerando também uma forte pressão sobre o uso do solo urbano” (Moura, 1990:435).

Para o autor, a urbanização acelerada, de maneira resumida, provoca dois tipos de mudanças. Por um lado, gera novos hábitos de consumo, altera a procura por bens e serviços, além de propiciar ganhos tanto do lado do consumo, como da produção. Por outro lado, a urbanização rápida também potencializa problemas latentes ou já existentes: *“subemprego de mão-de-obra, favelização da moradia, carência de serviços básicos, etc”* (Moura, 1990:436).

Com base na explanação acima, pretende-se analisar as condições de habitação da população residente em Manaus, procurando destacar alguns dos efeitos da pressão migratória no que concerne à habitação e aos serviços urbanos, tais como abastecimento de água, iluminação elétrica, esgotamento sanitário, número de cômodos e dormitórios, entre outros.

Além disso, buscar-se-á comparar as condições de habitação entre naturais do município de Manaus e não naturais.

3.3.1 – Características das habitações

A grande maioria dos habitantes de Manaus mora em casas e somente uma pequena parcela em apartamentos: 3% em 1980 e 1991 e 4% em 2000, o que denota um crescimento horizontal da cidade ou um crescimento vertical ainda incipiente. Pode-se notar que no Censo Demográfico de 1970 a categoria apartamento não faz parte do elenco de variáveis examinadas pelos pesquisadores, tendo como alternativas as categorias: durável, rústico e improvisado.

Tabela 3.3 – Tipo do domicílio em Manaus - 1980 a 2000

Tipo do domicílio	1980			1991			2000		
	Natural	Não natural	Total	Natural	Não natural	Total	Natural	Não natural	Total
Casa	98%	96%	97%	96%	93%	95%	93%	90%	92%
Apartamento	2%	4%	3%	3%	5%	3%	4%	5%	4%
Cômodo	-	-	-	1%	2%	1%	4%	5%	4%
Total %	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Total N	418.174	210.977	629.151	717.507	271.357	988.866	879.737	518.926	1.398.663

Fonte: IBGE - Censos Demográficos. Elaboração do autor.

De acordo com o IBGE, domicílios eram classificados como duráveis quando *“localizados em prédios em cuja construção predominassem paredes de tijolos, pedra, adobe ou madeira aparelhada; cobertura de telha, zinco ou laje de concreto ; e piso de madeira, cimento, ladrilho ou mosaico ”* e rústicos *“quando localizados em prédios nos quais predominassem paredes e cobertura de taipa, sapé, madeira não aparelhada, material de vasilhame usado e piso de terra batida”*²⁴. Isso quer dizer que em 1970 quase 40% da população vivia em precárias condições de habitação, retrato da pobreza notória da época.

²⁴ Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Fundação IBGE – Instituto Brasileiro de Estatística – Departamento de Censos. **Censo Demográfico Amazonas. VIII Recenseamento Geral – 1970**. Série Regional, vol I – Tomo III.

Tabela 3.4 – Tipo do domicílio em Manaus - 1970

Tipo do domicílio	Natural	Não natural	Total
Durável	61%	62%	61%
Rústico	39%	38%	39%
Improvizado	0%	0%	0%
Total %	100%	100%	100%
Total N	224.290	68.463	292.753

Fonte: IBGE - Censos Demográficos. Elaboração do autor.

Há nos Censos de 1980 e 1991 a variável “paredes”, o que também nos possibilita observar as condições precárias das habitações. Em 1980 quase 70% dos domicílios eram constituídos de madeira e apenas 30% de alvenaria. Na década seguinte há uma melhora aparente na situação habitacional: em 1991 49% das casas manauaras possuem paredes externas de alvenaria e 50% de madeira.

Embora, de uma maneira geral, os não naturais apresentem uma leve vantagem em relação aos naturais em relação a essa variável, Moura, em sua pesquisa em 1987, percebe que existe uma diferença entre a situação habitacional dos migrantes do interior do estado e os migrantes procedentes de outros estados do país:

“Considerando que a maioria das habitações modestas existentes em Manaus têm suas paredes construídas de madeira, é possível inferir, pelo menos como aproximação, que os migrantes do interior do estado apresentam situação residencial nitidamente desfavorável em relação aos não migrantes e, sobretudo, aos migrantes procedentes do resto do país” (Moura, 1990:438).

Tabela 3.5 – Paredes externas em Manaus - 1980 e 1991

Paredes	1980			1991		
	Natural	Não natural	Total	Natural	Não natural	Total
Palha	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Alvenaria	30%	31%	30%	49%	50%	49%
Madeira	69%	68%	69%	50%	49%	50%
Taipa não revestido	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Material aproveitado	0%	0%	0%	1%	1%	1%
Outro	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Total %	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Total N	417.602	210.563	628.165	717.508	271.358	988.866

Fonte: IBGE - Censos Demográficos. Elaboração do autor.

O autor comenta em nota de pé de página a respeito das habitações em relação às paredes externas:

“A pesquisa sobre ‘Cidades de Porte Médio’ realizada em Manaus, nas áreas consideradas predominantemente pobres dessa cidade, em 1983, revelou que 92% das respectivas habitações eram feitas de madeira e, o restante, de materiais diversos (papelão, plástico) e, em poucos casos, alvenaria. Para as habitações sobre palafitas, a madeira, em geral, não recebe tratamento e, estando exposta ao sol, chuva e enchentes, sofre um rápido processo de desgaste, o que contribui para o precário estado de conservação freqüentemente observado em grande parte dessas habitações” (Moura, 1990:438).

No tocante ao número de cômodos no domicílio, a maior parte da população em 1970 e 1980 (32% e 23%, respectivamente) vivia em domicílios com 3 cômodos, já em 1991 e 2000 houve uma melhora na condição de habitação, a maior parte dos domicílios manauaras passaram a contar com 5 cômodos. Percebe-se uma melhora paulatina ao longo dos anos, com aumento no número de cômodos dos domicílios.

Tabela 3.6 – Total de cômodos em Manaus (População total) - 1970 a 2000

Total de Cômodos	1970		1980		1991		2000	
	0	0%	68	1%	4.232	-	-	-
1	5%	16.097	5%	31.243	6%	60.053	7%	93.074
2	15%	44.667	10%	63.721	10%	97.881	11%	153.570
3	32%	93.264	23%	143.421	14%	137.577	14%	200.007
4	23%	66.065	21%	133.069	18%	178.177	17%	242.267
5	12%	36.335	16%	102.185	21%	206.993	19%	262.442
6	6%	18.528	11%	68.936	13%	129.421	13%	176.975
7	3%	7.405	5%	34.154	7%	70.086	8%	107.010
8	2%	5.510	3%	21.035	5%	48.222	5%	67.714
9	1%	1.985	2%	10.722	2%	24.053	3%	36.355
10 ou mais	1%	2.767	3%	18.561	4%	36.401	4%	59.248
Total	100%	292.691	100%	631.279	100%	988.866	100%	1.398.662

Fonte: IBGE - Censos Demográficos. Elaboração do autor.

No que concerne aos naturais e não naturais, quase não há diferença ao longo dos anos, somente uma discreta desvantagem nas habitações dos não naturais, como podemos ver na tabela abaixo.

Tabela 3.7 – Total de cômodos em Manaus (Natural/Não natural) - 1970 a 2000

Total de Cômodos	1970		1980		1991		2000	
	Natural	Não natural	Natural	Não natural	Natural	Não natural	Natural	Não natural
0	0%	0%	0%	1%	-	-	-	-
1	5%	7%	4%	6%	5%	8%	6%	7%
2	15%	15%	10%	10%	10%	10%	11%	11%
3	32%	31%	23%	22%	14%	13%	14%	14%
4	23%	22%	22%	20%	18%	17%	17%	17%
5	12%	12%	17%	15%	22%	19%	19%	18%
6	6%	6%	11%	11%	13%	13%	13%	12%
7	2%	3%	5%	6%	7%	7%	8%	8%
8	2%	2%	3%	4%	5%	5%	5%	5%
9	1%	1%	2%	2%	2%	3%	3%	3%
10 ou mais	1%	1%	3%	3%	3%	5%	4%	4%
Total %	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Total N	224.254	68.437	418.628	212.651	717.508	271.357	879.737	518.926

Fonte: IBGE - Censos Demográficos. Elaboração do autor.

Uma outra variável pertinente em se tratando de condições de habitação diz respeito ao total de dormitórios no domicílio. Observa-se em todos os censos uma predominância de domicílios com dois dormitórios: 43% em 1970; 42% em 1980; 41% em 1991 e 39% em 2000. De um modo geral, quase não houve mudanças ao longo do tempo neste quesito a não

ser, com exceção a 1980, por um pequeno aumento no percentual de domicílios com apenas um dormitório.

Tabela 3.8 - Total de dormitórios em Manaus (População total) - 1970 a 2000

Total de Dormitórios	1970		1980		1991		2000	
	0	0%	148	1%	4.232	-	-	-
1	28%	83.298	23%	148.014	29%	288.169	32%	444.847
2	43%	126.121	42%	266.321	41%	406.013	39%	548.877
3	21%	60.559	25%	156.555	22%	214.815	21%	296.055
4	6%	17.275	7%	41.527	6%	61.035	6%	83.319
5	1%	3.780	2%	9.943	1%	12.744	1%	17.521
6 ou mais	1%	1.510	1%	3.326	1%	6.090	1%	8.044
Total	100%	292.691	100%	629.918	100%	988.866	100%	1.398.663

Fonte: IBGE - Censos Demográficos. Elaboração do autor.

Se levarmos em consideração os naturais e não naturais pode-se dizer que não há grande disparidade, somente um pequeno desfavorecimento entre os não naturais.

Tabela 3.9 - Total de dormitórios em Manaus (Natural/Não natural) – 1970 a 2000

Total de Dormitórios	1970		1980		1991		2000	
	Natural	Não natural	Natural	Não natural	Natural	Não natural	Natural	Não natural
0	0%	0%	0%	1%	0%	0%	-	-
1	28%	30%	24%	23%	29%	30%	31%	33%
2	44%	41%	43%	41%	42%	39%	39%	39%
3	20%	22%	25%	25%	22%	22%	22%	21%
4	6%	6%	6%	7%	6%	7%	6%	6%
5	1%	1%	2%	2%	1%	1%	1%	1%
6 ou mais	1%	0%	1%	0%	1%	1%	1%	1%
Total %	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Total N	224.254	68.437	417.575	212.343	717.508	271.358	879.737	518.926

Fonte: IBGE - Censos Demográficos. Elaboração do autor.

Grande parte das pessoas residentes em Manaus (65%) possui em seus domicílios apenas um banheiro. Além disso, 20% da população não têm banheiro em suas casas, o que denota a precariedade de parte das habitações. Neste caso, os domicílios dos não naturais apresentam uma ligeira vantagem em relação aos naturais.

Tabela 3.10 – Número de banheiros em Manaus - 1991 e 2000

Número de Banheiros	1991			2000		
	Natural	Não natural	Total	Natural	Não natural	Total
Não tem	23%	19%	20%	24%	26%	25%
1 banheiro	60%	67%	65%	56%	54%	56%
2 banheiros	11%	10%	10%	14%	13%	14%
3 banheiros	3%	2%	3%	4%	4%	4%
4 banheiros	1%	1%	1%	1%	1%	1%
5 ou mais banheiros	1%	1%	1%	1%	1%	1%
Total %	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Total N	271.358	717.508	988.866	906.929	491.734	1.398.663

Fonte: IBGE - Censos Demográficos. Elaboração do autor.

O censo 1991 traz dois importantes indicadores de condição de habitação: densidade de morador por cômodo e densidade de morador por dormitório. A maioria da população, tanto de naturais quanto de não naturais situa-se na faixa de 0,5 a 1 morador por cômodo. Mas há, ainda, um contingente importante de pessoas que moram em casas com mais de dois moradores por cômodo.

Tabela 3.11 – Faixa de densidade morador/cômodo em Manaus - 1991

Faixa densidade morador/cômodo	1991		
	Natural	Não natural	Total
Até 0,5	7%	11%	8%
+0,5 a 1	34%	34%	34%
+1 a 1,5	22%	19%	21%
+1,5 a 2	16%	15%	16%
+2	21%	20%	21%
Total %	100%	100%	100%
Total N	717.508	271.358	988.866

Fonte: IBGE - Censos Demográficos. Elaboração do autor.

Em relação à densidade de moradores por dormitório, as pessoas situadas nas faixas referentes a mais de 1,5 moradores por dormitório estão bem distribuídas. No entanto, os não naturais apresentam uma situação mais confortável do que os naturais: a maioria (24%) situa-se na faixa de 1,5 a 2 moradores por dormitório, enquanto a maioria dos naturais (22%) estão localizados na faixa de mais de 4 moradores por dormitórios.

Tabela 3.12 – Faixa de densidade morador/dormitório em Manaus - 1991

Faixa densidade morador/dormitório	1991		
	Natural	Não natural	Total
Até 1	3%	5%	4%
+1 a 1,5	8%	10%	9%
+1,5 a 2	20%	24%	21%
+2 a 2,5	14%	13%	13%
+2,5 a 3	17%	16%	16%
+3 a 4	17%	15%	16%
+4	22%	18%	21%
Total %	100%	100%	100%
Total N	717.508	271.358	988.866

Fonte: IBGE - Censos Demográficos. Elaboração do autor.

Por fim, no que tange à condição de ocupação dos domicílios manauaras, verificamos que a maior parte da população mora em imóvel próprio e que o contingente de proprietários vem aumentando ao longo do tempo (com exceção a 1980): 75% em 1970; 74% em 1980; 84% em 1991; e 85% em 2000.

Na pesquisa Migrações para Manaus, em 1987, o principal motivo declarado por chefes de família entrevistados – tanto migrantes como não migrantes - para permanência no município, é justamente a aquisição da casa própria. Diz Moura:

“Isoladamente, este motivo assume grandeza quase tão elevada quanto a de todo o conjunto de razões associadas à situação e às condições de trabalho e/ou do emprego. Correspondeu a 36% das razões alegadas por chefes não migrantes e a 30% das que o foram por chefes migrantes para permanecerem em Manaus” (Moura, 1990:367).

Tabela 3.13 – Condição de ocupação em Manaus (População total) - 1970 a 2000

Condição de Ocupação	1970		1980		1991		2000	
	%	N	%	N	%	N	%	N
Próprio	75%	218.142	74%	466.424	84%	830.797	85%	1.182.448
Alugado	19%	55.510	20%	124.745	11%	112.368	9%	131.443
Cedido	5%	15.096	5%	30.606	4%	42.777	5%	75.366
Outros	1%	3.943	1%	6.328	0%	2.924	1%	9.406
Total	100%	292.691	100%	628.103	100%	988.866	100%	1.398.663

Fonte: IBGE - Censos Demográficos. Elaboração do autor.

Quando dividimos os grupos entre naturais e não naturais percebemos uma melhor condição entre os naturais, que em todos os censos apresentam um percentual maior no que diz respeito à casa própria. Os não naturais apresentam um percentual superior em todos os censos nas condições de ocupação alugado e cedido.

Tabela 3.14 – Condição de ocupação em Manaus (Natural/Não natural) - 1970 a 2000

Condição de Ocupação	1970		1980		1991		2000	
	Natural	Não natural	Natural	Não natural	Natural	Não natural	Natural	Não natural
Próprio	77%	67%	77%	68%	87%	77%	87%	81%
Alugado	17%	25%	17%	25%	9%	17%	8%	12%
Cedido	5%	7%	4%	6%	4%	6%	5%	6%
Outros	1%	2%	1%	1%	0%	0%	1%	1%
Total %	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Total N	224.254	68.437	417.556	210.547	717.509	271.358	879.738	518.926

Fonte: IBGE - Censos Demográficos. Elaboração do autor.

Moura comenta a situação dos não naturais por ocasião de sua pesquisa:

“Ao se distinguir segundo a procedência verificam-se, geralmente, maiores proporções de residências próprias quitadas ou em aquisição a nível dos chefes migrantes oriundos do interior do Amazonas do que do resto dos país. (...) Combina-se a isto o fato de uma parte desse percentual de casas próprias corresponder, como já se mencionou, àquelas habitações modestas, sobre palafitas, construídas por conta própria, e cuja incidência maior deve ocorrer exatamente a nível dos migrantes de renda baixa, como parecem ser, em maior proporção, os oriundos do próprio interior do Estado” (Moura, 1990:437).

O autor comenta ainda o percentual superior de não naturais no que diz respeito às casas alugadas:

“Acresce considerar ainda a forte presença de pessoal militar transferido recentemente do resto do país para Manaus, presença esta que, como se sabe, quase sempre não assume caráter de permanência, o que também deve contribuir para elevar bastante, a nível dos migrantes interestaduais, o percentual relativo ao regime de ocupação que se caracteriza pelo aluguel do imóvel” (Moura, 1990:438).

3.3.2 – Acesso aos serviços urbanos

Em relação ao abastecimento de água, pode-se verificar que entre 1970 e 1980 houve um aumento importante no número de pessoas com abastecimento de água ligado à rede geral, de 52% para 85%, e um aumento discreto em 1991: 86%. Já em 2000 esse percentual caiu para 76%, aumentando o número de pessoas que fazem uso de poço ou nascente.

Tabela 3.15 – Abastecimento de água em Manaus (População total) - 1970 a 2000

Abastecimento de água	1970		1980		1991		2000	
Rede geral	52%	152.765	85%	534.667	86%	855.266	76%	1.061.260
Poço ou nascente	20%	57.771	9%	57.748	10%	102.648	13%	185.936
Outra forma	28%	82.155	6%	35.948	3%	30.952	11%	151.468
Total	100%	292.691	100%	628.363	100%	988.866	100%	1.398.663

Fonte: IBGE - Censos Demográficos. Elaboração do autor.

Apesar do grande número de domicílios ligados à rede geral, a qualidade da água oferecida, ao menos até a década de 1980, não era nada confiável. Diz Moura:

“Vale aqui mencionar que a pesquisa ‘Perfil da Cidade – Estudo das Áreas Predominantemente Pobres’ indica que, em 1983, 40% da água da cidade não recebia tratamento, situação esta que, obviamente, é mais grave nas áreas pobres. Nestas, foram também observadas muitas ligações irregulares, com um sistema de encanamento

precário, provocando infiltrações e a contaminação da água distribuída” (Moura, 1990:445).

Quando dividimos a população em naturais e não naturais percebemos que há uma pequena diferença na distribuição de água, sendo a predominância do abastecimento de rede geral entre os naturais.

Tabela 3.16 – Abastecimento de água em Manaus (Natural/Não natural) - 1970 a 2000

Abastecimento de água	1970		1980		1991		2000	
	Natural	Não natural						
Rede geral	53%	50%	85%	85%	87%	86%	78%	71%
Poço ou nascente	19%	23%	8%	11%	10%	11%	12%	16%
Outra forma	29%	26%	6%	4%	3%	4%	10%	13%
Total %	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Total N	224.254	68.437	417.671	210.692	717.509	271.357	906.928	491.735

Fonte: IBGE - Censos Demográficos. Elaboração do autor.

Quanto à canalização no abastecimento de água, também houve um salto entre 1970 e 1980, em que quase o dobro da população passou a ter água encanada, de 39% para 70%. Em 1991 o percentual salta para 82%, e em 2000 para 87% demonstrando uma evolução no abastecimento de água nos domicílios manauaras.

Tabela 3.17 – Abastecimento de água em Manaus (canalização interna – População total) – 1970 a 2000

Abastecimento de água	1970		1980		1991		2000	
	%	N	%	N	%	N	%	N
Com canalização interna	39%	115.101	70%	438.040	82%	813.471	87%	1.219.401
Sem canalização interna	33%	95.435	30%	190.323	18%	175.394	13%	179.261
Outra forma	28%	82.155	-	-	-	-	-	-
Total	100%	292.691	100%	628.363	100%	988.865	100%	1.398.662

Fonte: IBGE - Censos Demográficos. Elaboração do autor.

Com exceção ao censo de 1970, os naturais apresentam um percentual ligeiramente maior em relação ao abastecimento de água com canalização interna.

Tabela 3.18 – Abastecimento de água em Manaus (Canalização interna - Natural/Não natural)
– 1970 a 2000

Abastecimento de água	1970		1980		1991		2000	
	Natural	Não natural						
Com canalização interna	39%	40%	71%	68%	83%	80%	89%	85%
Sem canalização interna	32%	34%	29%	32%	17%	20%	11%	15%
Outra forma	29%	26%	-	-	-	-	-	-
Total %	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Total N	224.254	68.437	417.671	210.692	717.508	271.357	906.928	491.734

Fonte: IBGE - Censos Demográficos. Elaboração do autor.

Em relação à iluminação elétrica, podemos perceber uma evolução importante deste serviço no município: de 68% dos habitantes com domicílios com energia elétrica em 1970 a 99% dos habitantes em 2000 (68% em 1970; 89% em 1980; 99% em 1991 e 2000). Isso quer dizer que no último censo quase a totalidade das residências manauaras estava ligada à rede de energia elétrica.

Moura observa em sua pesquisa que, apesar da grande cobertura dos serviços da companhia elétrica local, existe uma parcela da população excluída, diz ele:

“(…) apesar de a companhia de eletricidade local atender grande parte da área urbana de Manaus, existem, nas áreas predominantemente pobres, sobretudo nas de igarapés, domicílios que não se acham ligados à rede de energia elétrica.

Por ocasião das entrevistas feitas nas unidades domiciliares, observaram-se, nesses locais, ligações clandestinas, quase sempre devidas, segundo os informantes, à falta de condições financeiras e a impossibilidade de cumprir as exigências da ELETRONORTE para proceder as ligações. A energia, nesses casos, é tirada da casa do vizinho ou do poste público, evitando-se assim pagamento das despesas de ligação e consumo de energia elétrica” (Moura, 1990:442).

Quando comparamos a situação de naturais e não naturais, observa-se que apenas no censo de 1970 os não naturais apresentam uma condição mais precária do que os naturais,

praticamente igualando as condições posteriormente, conforme podemos constatar nos tópicos a seguir:

- 1970: 68% - Natural; 89% - Não natural;
- 1980: 89% - Natural; 90% - Não natural;
- 1991: 99% - Natural e Não natural;
- 2000: 99% Natural e Não natural.

Em se tratando do esgotamento sanitário, o município de Manaus apresenta condições nada animadoras. Em 1970 mais da metade da população fazia uso de fossa rudimentar e 42% estavam na mesma situação em 1980. Em 1991 48% passam a fazer uso de fossa séptica e 38% em 2000. Somente uma pequena parcela dos habitantes é servido pela rede geral: 16% em 1980, caindo para somente 2% em 1991 e tendo uma melhora considerável em 2000 passando para 35%. Apesar da evolução, os dados relativos ao município de Manaus demonstram deficiência no serviço de saneamento básico, que de acordo com Moura (1990), não atende principalmente a população mais pobre.

Tabela 3.19 – Esgotamento sanitário em Manaus (População total) - 1970 a 2000

Esgotamento sanitário	1970		1980		1991		2000	
Rede geral	-	-	16%	99.827	2%	19.437	35%	463.013
Fossa séptica	27%	80.025	33%	205.029	48%	469.087	38%	506.617
Fossa rudimentar	51%	150.591	42%	261.541	28%	278.267	15%	205.661
Outro escoadouro	9%	25.691	6%	38.810	16%	156.891	12%	166.640
Não tem	12%	36.384	4%	22.583	6%	60.351	-	-
Total	100%	292.691	100%	627.790	100%	984.034	100%	1.341.931

Fonte: IBGE - Censos Demográficos. Elaboração do autor.

Ainda em relação ao saneamento básico, os não naturais apresentam uma condição mais precária do que os naturais. Quando comparamos os dois grupos verificamos que em todos os censos os domicílios habitados por não naturais são menos servidos pela rede geral do que os naturais, além disso, essa parcela da população faz mais uso de fossa rudimentar do que os não naturais.

Tabela 3.20 – Esgotamento sanitário em Manaus (Natural/Não natural) - 1970 a 2000

Esgotamento sanitário	1970		1980		1991		2000	
	Natural	Não natural						
Rede geral	-	-	16%	15%	2%	1%	36%	32%
Fossa séptica	27%	28%	33%	32%	47%	50%	37%	39%
Fossa rudimentar	51%	52%	40%	45%	29%	27%	15%	17%
Outro escoadouro	9%	8%	6%	6%	17%	14%	12%	13%
Não tem	13%	11%	4%	3%	6%	7%	-	-
Total %	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Total N	224.254	68.437	417.287	210.503	714.571	269.464	846.238	495.693

Fonte: IBGE - Censos Demográficos. Elaboração do autor.

Em relação aos migrantes e as condições de esgotamento sanitário, Moura nos diz que

“... no tocante às alternativas de esgotamento sanitário, não existem diferenças significativas entre as residências dos migrantes e não-migrantes. Percebe-se, contudo, que para as famílias imigradas em Manaus há mais tempo, é maior a proporção das que utilizam a fossa séptica, diminuindo a das que usam a fossa comum. Comparando os migrantes procedentes do interior do Amazonas com os do resto do país, nota-se que estes apresentam maior proporção de domicílios tanto ligados à rede de esgoto, como utilizando fossas sépticas”
(Moura, 1990:446)

Quanto ao uso da instalação sanitária, grande parte da população (77% em 1980 e 84% em 1991) faz uso da instalação sanitária somente do domicílio.

Tabela 3.21 – Instalação sanitária em Manaus (Uso) – 1980 e 1991

Instalação Sanitária - Uso	1980			1991		
	Natural	Não natural	Total	Natural	Não natural	Total
Só Domicílio	77%	75%	77%	84%	84%	84%
Comum	16%	18%	17%	10%	10%	10%
Não Tem	4%	3%	4%	6%	6%	6%
Ignorado	3%	3%	3%	-	-	-
Total %	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Total N	420.110	213.273	629.151	717.508	271.358	988.866

Fonte: IBGE - Censos Demográficos. Elaboração do autor.

No tocante ao destino do lixo do município, observamos que de 1991 a 2000 esse serviço teve uma melhora importante: de 68% de pessoas cujo lixo era coletado diretamente em 1991 a 88% das pessoas contempladas por esse serviço em 2000. Apesar da melhora, o serviço de coleta de lixo não contempla toda a população. Moura comenta a precariedade deste serviço nas áreas pobres da cidade:

“A inexistência de pavimentação em diversas ruas e as péssimas condições de acesso em que as mesmas se encontram, sobretudo no período chuvoso, dificultam a execução do serviço pelo setor responsável. Os habitantes desses locais colocam o lixo nas vias públicas, nos próprios lotes ou em terrenos baldios, contribuindo para as precárias condições sanitárias existentes. Nas áreas de igarapés, o lixo é geralmente jogado neles próprios, ocasionando poluição das suas águas e dificultando o seu escoamento. Esta situação torna-se mais grave em virtude de serem áreas densamente povoadas” (Moura, 1990:446-447).

Em relação ao serviço de coleta de lixo, percebe-se uma pequena vantagem dos naturais em relação aos não naturais. Moura (1990) percebeu que entre os migrantes existe uma diferença: migrantes mais recentes, procedentes de outros estados são em maior proporção mais contemplados pelo serviço de coleta de lixo do que os que os migrantes mais antigos e do interior do estado.

Tabela 3.22 – Destino do lixo em Manaus - 1991 e 2000

Destino do lixo	1991			2000		
	Natural	Não natural	Total	Natural	Não natural	Total
Coletado diretamente	68%	66%	68%	89%	87%	88%
Coletado indiretamente	10%	11%	10%	3%	3%	3%
Queimado	10%	10%	10%	6%	7%	6%
Enterrado	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Jogado terreno baldio	6%	5%	6%	2%	2%	2%
Jogado rio, lago etc	6%	7%	6%	1%	0%	1%
Outro	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Total %	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Total N	717.508	271.358	988.866	906.928	491.735	1.398.663

Fonte: IBGE - Censos Demográficos. Elaboração do autor.

Oliveira discorre sobre a triste situação da região Norte do Brasil, o que nos faz perceber que essa precariedade dos serviços sociais básicos vai muito além do município de Manaus. Diz o autor:

“Quanto aos serviços de saneamento básico, a situação é definitivamente patética. O Censo Demográfico de 1991 mostra, por exemplo, que nas áreas urbanas do Pará apenas 41% dos domicílios tem condições adequadas de esgotamento e 57% possuem água encanada, enquanto nas áreas urbanas do Amazonas os valores eram de 40% e 71%, respectivamente. Os níveis da Região Norte equivalem aos do Nordeste em esgotamento, mas são inferiores em termos de proporção de domicílios com água encanada. As deficiências sanitárias na região podem tender a impactar o quadro epidemiológico, a médio prazo” (Oliveira, 1996:95).

3.4 – Migrações para Manaus

Moura et alii apontam que os maiores fluxos migratórios ocorridos no Amazonas – leia-se Manaus - estão associados a três grandes ciclos. O primeiro ciclo estaria relacionado à pujança da economia da borracha, que atraiu grandes contingentes de trabalhadores para os seringais advindos do Nordeste do país²⁵.

O segundo ciclo teria se iniciado com a criação e a implementação da Zona Franca de Manaus, que segundo os autores: *“atraiu um enorme contingente de pessoas que vieram em busca de trabalho, sobretudo no Distrito Industrial localizado na cidade de Manaus”* (Moura et alii, 2000:1-2). Seguem os autores:

“Nas décadas de 60 e 70, os fluxos migratórios estavam associados, em grande parte, não apenas a uma visão de ocupação, expansão e

²⁵ Após o fastígio da borracha Melo aponta um crescimento populacional acelerado que não se devia apenas ao incremento vegetativo: *“Os 75.000 habitantes de 1920 passaram a 152.432 em 1960 e a 283.685 em 1970. As migrações, que contribuíram para esse aumento já não eram as devidas à expansão das forças de crescimento urbano. Eram, sim, as geradas na hinterlândia, mercê do declínio das atividades extrativas, fenômeno que caracterizou a fase mencionada como de crise e de empobrecimento em toda a Amazônia”* (Melo, 1990: 37).

integração populacional, mas também de segurança. Era uma visão de desenvolvimento econômico e social que teve como ápice a criação da Zona Franca de Manaus e do seu Distrito Industrial, entre outras iniciativas. No que se refere à população, é um dos momentos em que ocorre a chamada 'expansão das fronteiras'. A intensidade destes fluxos foi declinando concomitantemente com o fracasso de várias das políticas de desenvolvimento implementadas, como é o caso, atualmente, da Zona Franca de Manaus” (Moura et alii, 2000:6).

Por fim, o terceiro ciclo seria o de desenvolvimento do estado, baseado em ações governamentais orientadas para a implementação de novos pólos de desenvolvimento agropecuário.

Em relação ao perfil do migrante que parte para Manaus, Moura (2000:7), afirma que este contingente caracteriza-se por uma população jovem, em busca de melhores condições de vida, tais como educação e emprego. Em pesquisa de campo em 1987, coordenada pelo referido autor, perguntou-se aos chefes de família migrantes a motivação que os levou a sair dos locais de origem, a escolher a cidade de Manaus e a permanecer no município. Em relação aos motivos de saída do local de residência anterior predominou os fatores ligados às motivações econômicas, principalmente ligadas à situação do trabalho ou emprego. Além de questões econômicas, as outras respostas estavam relacionadas às condições de vida em geral e à organização da produção. Quanto aos motivos declarados para a escolha de Manaus como local de residência, verificou-se que grande parte dos entrevistados respondeu ter sido transferida pelo empregador, um percentual superior às respostas mais gerais, tais como “busca de trabalho” ou “para melhorar de situação financeira”. Entre os chefes migrantes recentes (últimos três anos) houve um percentual importante de respostas “prestar serviço militar”. No tocante à permanência no município de Manaus, a primeira motivação, como já citado anteriormente, diz respeito à aquisição da casa própria; em segundo lugar, a garantia do trabalho; e em terceiro lugar, motivos pessoais ou ligados à família (Moura, 1990).

Em ocasião do 40º aniversário da Zona Franca de Manaus, em 28 de fevereiro de 2007, o *Jornal do Commercio*, publica matéria sobre a migração de pessoas que foram transferidas por suas empresas para trabalhar no Pólo Industrial de Manaus:

”Restaurantes, escolas, empresas, bares... Não é preciso ir muito longe para notar a presença, cada vez mais forte, de culturas estrangeiras em Manaus. Transferidos para atuar no PIM (Pólo Industrial de Manaus), empresários e técnicos especialistas se mudam para a capital amazonense e trazem suas famílias para morar na região. E são essas famílias que montam pontos comerciais e acabam por trazer um pouquinho da cultura da sua terra para a capital amazonense”.

A reportagem segue mencionando a adaptação dos migrantes que vêm de outros países para morar na cidade e a adaptação da população local aos migrantes:

“Japoneses, finlandeses, coreanos, chineses, entre outros. Além dos traços diferentes e da mão-de-obra especializada, esses visitantes conseguem inserir, de forma sutil, seus gostos alimentares, modo de trabalho e até mesmo idiomas. De acordo com Teruaki Yamagishi, presidente da Câmara de Comércio e Indústria Nipo-Brasileira do Amazonas, o acompanhamento realizado com os imigrantes japoneses aponta para uma característica clássica que diferencia empresas comandadas por orientais. ‘É certo que a hierarquia numa empresa japonesa é mais rígida que a de uma brasileira’, diz. Ele afirma também que, mesmo com um método de trabalho mais rígido, o elogio das empresas aos trabalhadores locais aumentou. ‘O amazonense tem se mostrado um empregado exemplar, superando as expectativas dos dirigentes de empresas japonesas que vêm implantá-las em Manaus’, comenta. ‘Ele é dedicado, honesto, responsável e obediente. Impressiona pela habilidade, capacidade de concentração e rapidez de aprendizado’, elogia”²⁶.

²⁶ PIMENTA, Marília. *Cultura que chega, tradição que fica*. Disponível em: <<http://www.jcam.com.br/materia.php?idMateria=45401&idCaderno=2>>. Acesso em 1º março 2007.

A reportagem finaliza apontando que as empresas dirigidas por estrangeiros têm a preocupação de também se adaptar ao modo de trabalho local, ao invés de mudar os trabalhadores manauaras.

Neste trabalho entende-se que o grupo de migrantes está longe de ser um grupo homogêneo. São trabalhadores qualificados de outros estados do Brasil ou de outros países que são transferidos para trabalhar na ZFM, até rurícolas de extrema pobreza que partem em busca de uma vida melhor na cidade de Manaus longe das grandes cheias e da escassez de trabalho.

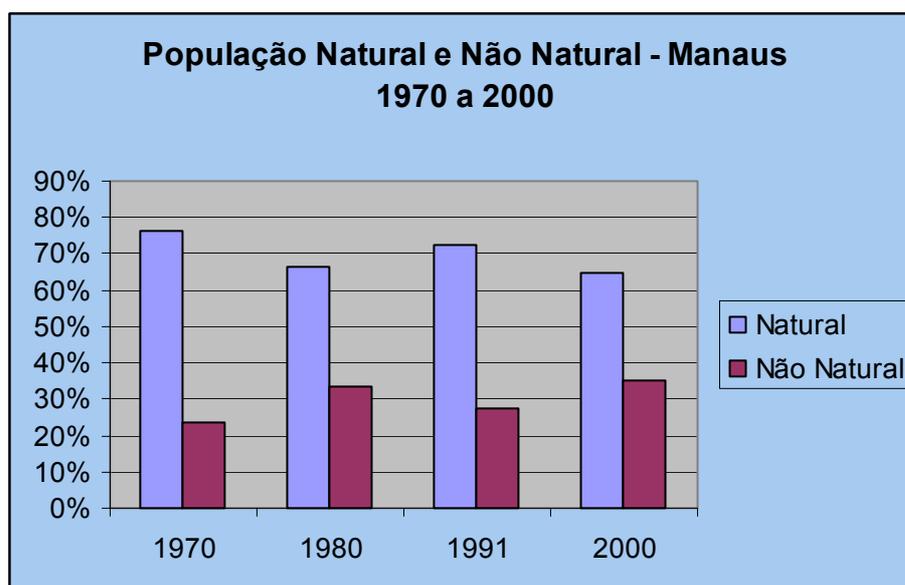
A seguir, a evolução da dinâmica demográfica ocorrida no município de Manaus desde 1970 até 2000.

3.4.1 – Características de naturais e não naturais, de 1970 a 2000

A migração ocupa um papel vital na estrutura demográfica da cidade de Manaus. Em 1970 uma terça parte da população era constituída por não naturais (24%). Já em 1980 os não naturais aparecem numa proporção maior entre os habitantes de Manaus (34%). Nas décadas seguintes essa tendência continua: os não naturais passam de 28% em 1991 para 35% em 2000.

A relação entre naturais e não naturais é bem representada no gráfico abaixo:

Gráfico 3.4 – População de Manaus (Natural/Não natural) - 1970 a 2000



Fonte: IBGE - Censos Demográficos. Elaboração do autor.

Em relação à escolaridade da população manauara, percebe-se que a maior parte dos habitantes de 1970 a 1991 concentra-se no grupo de 1 a 4 anos de estudo, isto significa, apenas a metade da duração do Ensino Fundamental²⁷. Houve uma melhora discreta ao longo dos anos, em 2000 a maior parcela da população enquadra-se no grupo de 5 a 8 anos de estudo. O grupo de pessoas no Ensino Médio era bastante reduzido nas décadas de 1970 e 1980, dobrando o percentual na década de 1991 e quase triplicando em 2000.

No tocante aos naturais e não naturais observa-se tendências distintas. Por um lado, os não naturais ganham vantagem em relação aos naturais uma vez que apresentam um melhor desempenho nas duas extremidades: um percentual inferior no grupo no grupo das pessoas sem instrução ou com menos de um ano de estudo, e na outra extremidade um maior percentual no grupo de 12 anos ou mais de estudo, o que as tornaria mais qualificadas para ocupar postos na Zona Franca de Manaus que exigem maior escolaridade. Por outro lado, os não naturais apresentam um desempenho levemente inferior fora das extremidades.

²⁷ A Lei n. 9.394/96 institui a Educação Básica composta pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. A Educação Básica compreende onze anos: oito anos de Ensino Fundamental e três anos de Ensino Médio.

Tabela 3.23 – Anos de estudo em Manaus (Natural/Não natural) - 1970 a 2000

Anos de estudo	1970		1980 ²⁸		1991		2000	
	Natural	Não natural	Natural	Não natural	Natural	Não natural	Natural	Não natural
Sem instrução ou menos de um ano	21%	21%	63%	44%	22%	17%	17%	11%
1 - 4 anos	57%	56%	14%	27%	33%	34%	26%	28%
5 - 8 anos	15%	14%	13%	18%	27%	28%	28%	31%
9 - 11 anos	6%	6%	7%	8%	16%	17%	24%	24%
12 anos ou mais	2%	3%	2%	3%	3%	4%	5%	5%
Sem declaração	0%	0%	-	-	0%	0%	1%	1%
Total %	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Total N	192.980	70.755	317.402	207.344	617.689	273.276	750.912	487.221

Fonte: IBGE - Censos Demográficos. Elaboração do autor.

Observa-se em todas as décadas um percentual significativo de pessoas sem instrução ou com menos de um ano de estudo e um percentual bastante reduzido de pessoas com formação universitária ou superior. Esse fraquíssimo desempenho verificado no município de Manaus também é evidente em toda a região Norte. De acordo com Moura e Moreira:

“... o Norte posiciona-se em situação de flagrante inferioridade em relação a quase todas as demais regiões brasileiras, exceto o Nordeste, com o qual praticamente se equipara. Percebe-se também que ao contingente migrante residente na região Norte parecem corresponder níveis de instrução diferenciadamente positivos em relação à população total” (Moura e Moreira, 2000:108).

Moura em outro trabalho comenta essa situação agravante:

“Em relação ao sistema escolar, a população escolar da Amazônia tem o pior desempenho em termos de adequação série-idade e progressão escolar. (...) A estrutura da rede de ensino, os baixos investimentos em instalações físico-pedagógicas e o custo médio por aluno que é a metade do custo médio nacional, explicam, em grande parte, as vicissitudes da oferta de serviços educacionais na Amazônia e o baixo aproveitamento do desempenho escolar” (Moura, 1996:94).

²⁸ Observa-se que nos anos 1980 há um aumento significativo das pessoas sem instrução ou com menos de um ano de estudo. Este dado precisa ser estudado com maior profundidade para compreensão das possíveis causas.

Apesar dos poucos investimentos na educação do povo amazônida, no que concerne à alfabetização, existe uma melhora em relação à população total ao longo dos anos. Dessa população, os não naturais apresentam um percentual mais elevado de pessoas alfabetizadas, como podemos observar nos tópicos abaixo:

- 1970: 74% - Natural; 79% - Não natural;
- 1980: 75% - Natural; 80% - Não natural;
- 1991: 83% - Natural; 86% - Não natural;
- 2000: 89% Natural; 91% - Não natural.

Em se tratando do estado do Amazonas como um todo a situação é bem pior. Santos afirma que *“Apesar do acréscimo na proporção de alfabetizados, o número de analfabetos ainda é grande representando 50 por cento ou mais em metade dos municípios”* (Santos, 2001:10).

No tocante ao lugar de origem, percebe-se que a maior parte dos não naturais é oriunda da região Norte do país. A Região Nordeste também apresenta um importante papel na migração para Manaus, arrefecendo este percentual ao longo das décadas. As pessoas naturais das regiões Sul e Sudeste possuem pequeno destaque, dada à distância inter-regional.

Moura e Moreira, explanam sobre a migração centro-Sul para a Amazônia:

“(...) o conjunto de fatores de expulsão da população do Centro-Sul para a Amazônia parece ter-se esgotado (...) Afetar essas ‘tendências naturais’ demanda políticas deliberadas de planejamento do desenho e de intervenção do setor público sobre os rumos da ocupação da Amazônia brasileira” (Moura e Moreira, 2001:21).

Tabela 3.24 – Lugar de origem dos não naturais (Região) - 1970 a 2000

Lugar de origem	1970		1980		1991		2000	
Região Norte	72%	50.967	95%	899.566	73%	203.677	79%	386.728
Região Nordeste	22%	15.678	4%	35.048	17%	48.086	15%	72.634
Região Centro-Oeste	1%	700	0%	2.244	3%	7.351	1%	5.520
Região Sudeste	5%	3.330	1%	9.443	5%	14.195	4%	18.582
Região Sul	1%	568	0%	2.485	2%	4.221	1%	6.091
Total	100%	71.243	100%	948.786	100%	277.530	100%	489.555

Fonte: IBGE - Censos Demográficos. Elaboração do autor.

Grande parcela dos não naturais advém do próprio estado do Amazonas, o que caracteriza uma migração predominantemente intra-estadual, que é percebido principalmente na década de 1980. De acordo com Moura (2000:7), os migrantes são primordialmente nativos dos municípios de Coari, Parintins, Manacapuru e Itacoatiara. Exceção à década de 1970, em que a maior proporção dos não manauaras é proveniente de outros estados.

Tabela 3.25 – Lugar de origem dos não naturais (Amazonas/Outros estados/Outro país) - 1970 a 2000

Lugar de origem	1970		1980		1991		2000	
Amazonas	39%	28.607	89%	844.033	47%	132.587	50%	246.807
Outros estados	58%	42.636	11%	105.706	52%	144.943	49%	244.217
Outro país	4%	2.694	0%	3.860	1%	2.226	1%	3.983
Total	100%	73.937	100%	953.599	100%	279.756	100%	495.007

Fonte: IBGE - Censos Demográficos. Elaboração do autor.

Moura et alii confirmam esta disposição:

“Não obstante, os fluxos migratórios do Estado continuam mantendo a tendência observada na década de 80, quando os maiores deles eram realizados no sentido de uma migração intra-estadual em direção a Manaus, capital do Estado. Em 1996, a Contagem Populacional demonstrou a permanência da migração intra-estadual, ou seja, um forte movimento migratório de pessoas originárias de dentro do próprio Estado” (Moura et alii, 2000:6-7).

Quanto às pessoas provenientes de outros países, os números que aparecem nos censos são irrelevantes: 4% em 1970; 0% em 1980 e 1% em 1991 e 2000. No entanto, em relação à

migração internacional para a região Norte, Moura et alii (2000) discorrem sobre pessoas invisíveis a qualquer levantamento estatístico, como no caso da migração clandestina:

“Contudo, na análise dos processos de migração para a Região Norte quase sempre fica à margem aquela parcela representada principalmente pela população estrangeira de países amazônicos vizinhos ao Brasil (Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, dentre outros), que migra para o Amazonas à procura de empregos gerados pela Zona Franca ou por oportunidades de exploração florestal ou mineradora. Tais migrantes, freqüentemente permanecem na clandestinidade, indocumentados, à margem de qualquer levantamento estatístico” (Moura et alii, 2000:2).

Os migrantes, ou seja, pessoas que residem a menos de dez anos no município giram em torno de uma terça parte da população: 24% em 1970; 36% em 1980; 29% em 1991; e 35% em 2000. Com isso, nota-se uma queda de 7% em 1991, talvez em virtude da crise econômica da década de 1980 e da abertura comercial no início dos anos 1990 que abalou a Zona Franca de Manaus. Além disso, Bentes apresenta uma outra explicação para essa queda:

“A década de 70, que foi de maior fluxo migratório para Manaus, foi exatamente uma década cujos anos viram todos enchentes que ultrapassaram 28 metros. (...) Isso expulsou a população rural. Na década de 80, as enchentes foram menores, muita gente retornou e parte da população residente no interior permaneceu lá. Mas no período de 1989 a 1991, ocorreram três enchentes acima de 28 metros e uma acima de 29 metros, o que fez com que a população que ainda restava por lá, que vivia nas várzeas, migrasse para Manaus ou para as cidades interioranas” (Bentes, 1996:106).

Se observarmos os migrantes recentes, ou seja, com menos de três anos de residência em Manaus podemos perceber uma redução considerável ao longo das décadas (com exceção a 1991): 28% em 1970; 19% em 1980; 20% em 1991; e 13% em 2000. Isso nos indica um movimento migratório mais intenso no âmbito da implementação da Zona Franca de Manaus.

Em relação aos não naturais, basicamente a metade do contingente em todas as décadas analisadas pode ser considerado migrante (residentes no município a menos de dez anos): 56% em 1970; 51% em 1980; 48% em 1991; e 47% em 2000. Apesar de alta, a proporção de migrantes entre os não naturais cai a cada década. Santos não tem uma visão otimista quanto à migração para Manaus, diz ela:

“Com base nos resultados poder-se-ia especular que passado o impacto da implantação da Zona Franca de Manaus e a subsequente perda de importância da mesma, dada a nova orientação da política econômica, Manaus já teria atingido seu nível de saturação, não sendo mais capaz de atrair e absorver fluxos migratórios intra e inter estaduais” (Santos, 2001:9).

Quanto à residência anterior dos não naturais, podemos observar que a migração de procedência rural, com exceção a 1980, declina a cada década. Em 1980 praticamente metade dos não naturais vivia em zona urbana e metade na zona rural. Nas outras décadas, a proporção de pessoas vindas da zona rural é de aproximadamente um terço da procedência urbana.

Tabela 3.26 – Residência anterior (Rural/urbano) - 1970 a 2000

Residência anterior	1970		1980		1991		2000	
	%	absoluto	%	absoluto	%	absoluto	%	absoluto
Zona Urbana	73%	54.073	53%	120.079	76%	57.022	79%	88.532
Zona Rural	27%	19.864	46%	102.888	22%	16.728	21%	23.760
Sem Declaração	-	-	1%	3.123	2%	1.350	-	-
Total	100%	73.937	100%	226.090	100%	75.099	100%	112.291

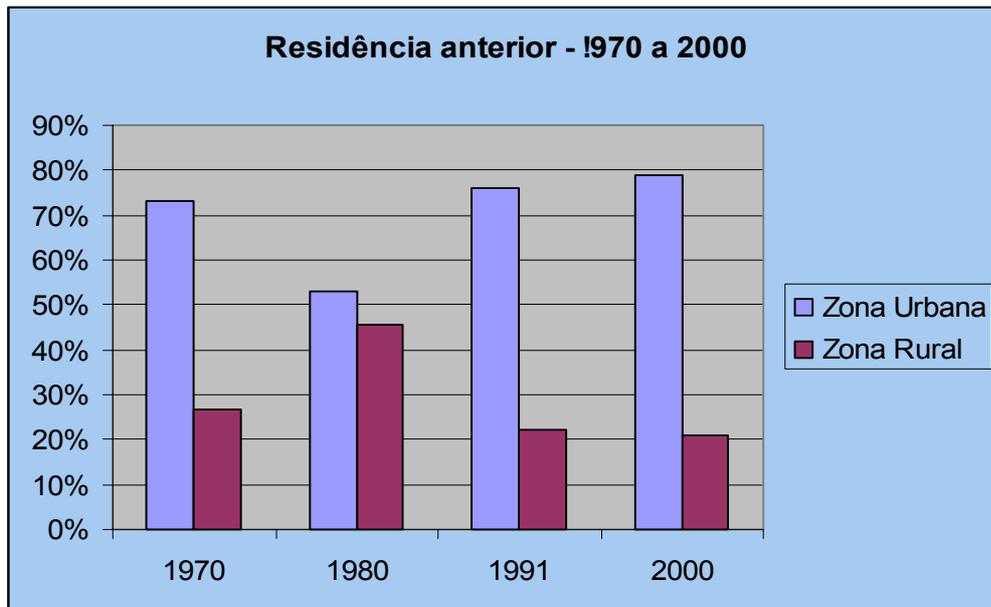
Fonte: IBGE - Censos Demográficos. Elaboração do autor.

Bentes comenta a situação do interior do estado do Amazonas que é bastante preocupante:

“(...) considero calamitosa a situação do interior do Amazonas, que parece não ter muita saída. Por que? Porque a situação do Estado do Amazonas como um todo, onde só se criam empregos urbanos, tende a refletir uma concentração cada vez maior em Manaus. Por outro lado, os humores da política econômica do Governo é que vão definir se, em

Manaus, a economia vai funcionar, se vai empregar ou se não vai empregar” (Bentes, 1996:108).

Gráfico 3.5 – Residência anterior (Rural/Urbano) - 1970 a 2000



Fonte: IBGE - Censos Demográficos. Elaboração do autor.

Moura e Moreira discorrem sobre a região amazônica que finda por traduzir a situação do Amazonas no que tange ao processo de migração:

“(...) não se deve esperar que o crescimento vegetativo venha a exercer, no futuro, forte dinamismo no tocante ao crescimento populacional da Região Norte. (...) Por sua vez, não parece possível admitir que a migração possa voltar a desempenhar um forte papel quanto ao dinamismo populacional amazônico, a exemplo do que ocorreu nos anos 70 e nos anos 80. (...) parece também que se inicia um processo de mudança na composição dos fluxos segundo a precedência, com participação crescente de movimentos transfronteiriços na região e para além dela, os quais até então eram praticamente desconhecidos. São movimentos que envolvem questões da terra, pobreza, desruralização, e questões indígenas. Sua gênese e

estrutura são ainda praticamente desconhecidas” (Moura e Moreira, 2001:4).

3.5 – População Economicamente Ativa

De acordo com Brandão,

“A cidade é a sede e o ambiente da reprodução das classes, das atividades de produção, distribuição, troca e consumo. Atrai massas populacionais, mas não tem, geralmente, capacidade suficiente de geração de postos de trabalho e de absorver nos circuitos modernos da economia essas pessoas. Assim, o urbano é também o lócus da geração de demandas e o espaço de lutas políticas dos estratos sociais que reivindicam acesso aos meios de consumo coletivo e inserção no mercado de trabalho” (Brandão, 2004:17).

Considerando a citação acima, até o presente momento buscou-se discutir a respeito dos possíveis problemas inerentes à migração ostensiva que teria acarretado um inchaço na capital do Amazonas. A respeito desta questão, nos diz Moura: *“Tais problemas, como se sabe, são freqüentemente atribuídos à incapacidade dos migrantes em competir por empregos produtivos, às suas altas taxas de desemprego e subemprego, baixos níveis de remuneração, etc.” (Moura, 1990:403).*

“A migração faria parte dos chamados rites de passage, sendo mais intensa em certas etapas do ciclo vital – idades de ingresso na faixa economicamente ativa, na faixa prolífera, nas idades de retiro da atividade econômica etc. – pelo que afetaria, por uma série de razões, a propensão a migrar de certos segmentos da população classificada por sexo e grupos etários” (Moura e Moreira, 2000:107).

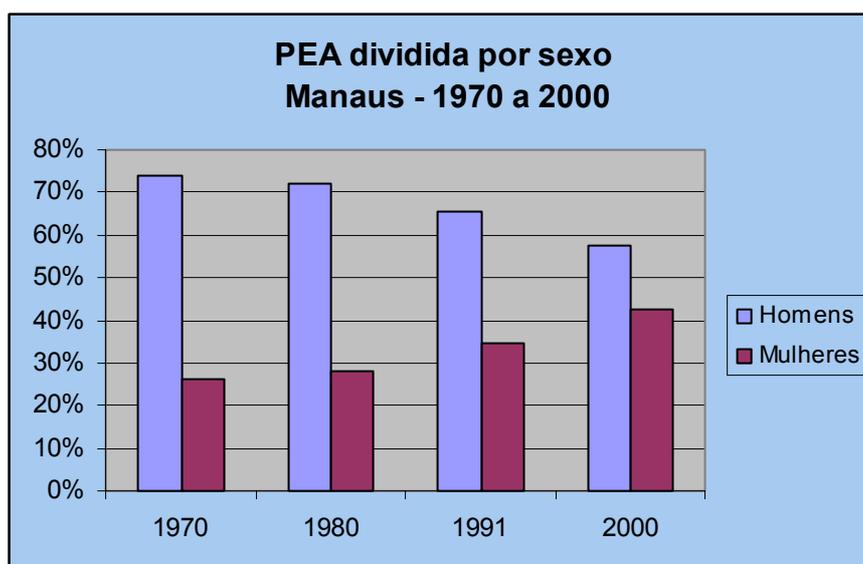
Tendo isto em vista, pretende-se discorrer sobre a PEA – População Economicamente Ativa, do município de Manaus na tentativa de analisar a situação ocupacional de manauaras e não manauaras no mercado de trabalho, a fim de identificar as suas especificidades. Para isto,

buscar-se-á observar aspectos tais como: renda, setor de atividade, posição na ocupação, entre outros.

3.5.1 – Análises da PEA manauara e não manauara

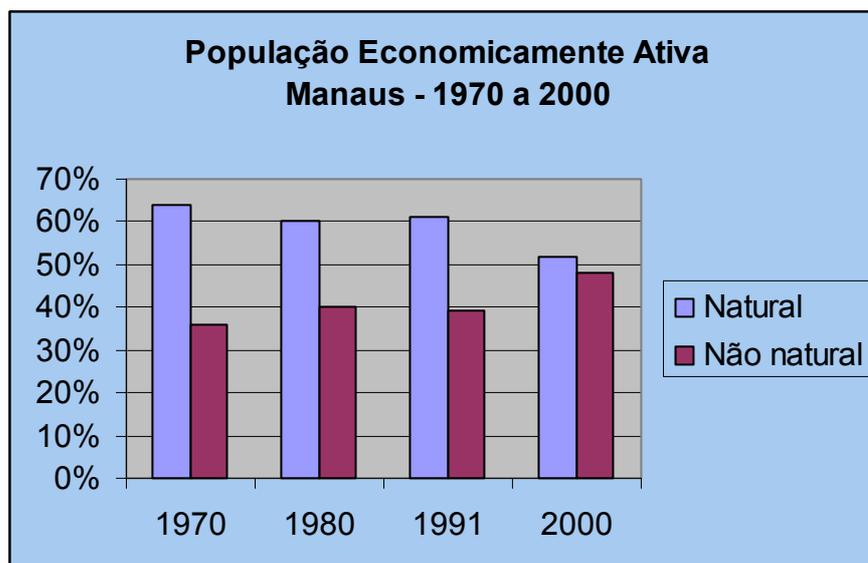
Percebemos no gráfico abaixo que a entrada da mulher no mercado de trabalho se dá de forma cada vez mais efetiva ao longo das décadas. A população feminina dá um salto de apenas 26% da PEA em 1970 para 42% em 2000, ou seja, em quarenta anos quase dobrou o contingente de mulheres na PEA manauara.

Gráfico 3.6 – PEA dividida por sexo em Manaus - 1970 a 2000



Fonte: IBGE - Censos Demográficos. Elaboração do autor.

Gráfico 3.7 – PEA do município de Manaus (Natural/Não natural) - 1970 a 2000

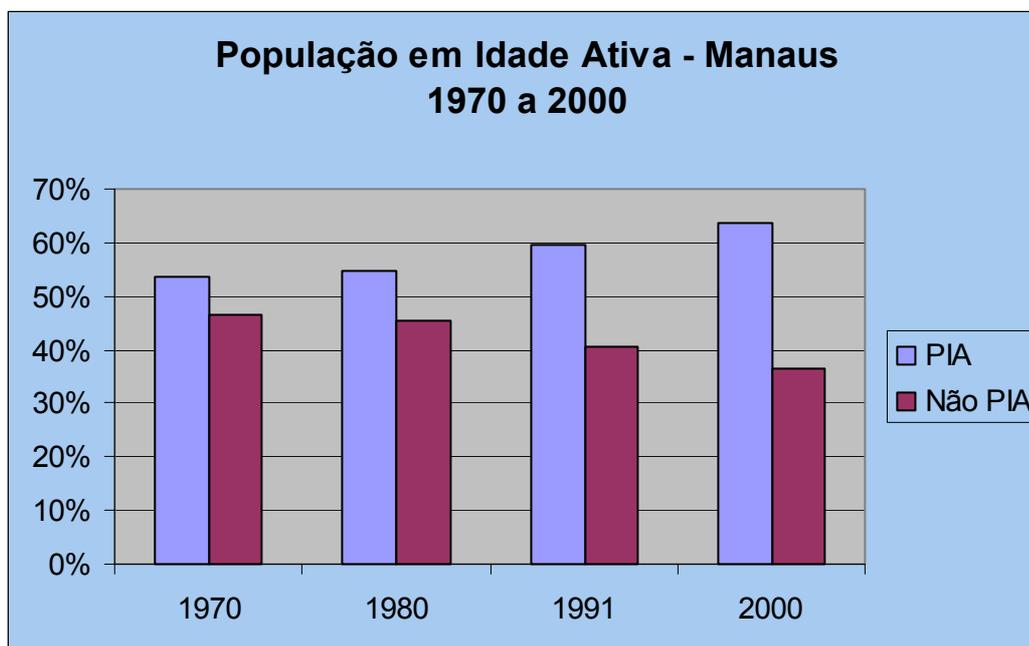


Fonte: IBGE - Censos Demográficos. Elaboração do autor.

Ao passo que a participação das mulheres aumenta a cada década na PEA, também a parcela de não naturais vem progredindo ao longo dos anos, com exceção a 1991. A parcela de não naturais na PEA saltou de 36% em 1970 a 48% em 2000. Isso significa que no último censo quase a metade da população economicamente ativa é composta por não manauaras, conforme podemos observar abaixo:

- 1970: 64% - Natural; 36% - Não natural;
- 1980: 60% - Natural; 40% - Não natural;
- 1991: 61% - Natural; 39% - Não natural;
- 2000: 52% Natural; 48% - Não natural.

Gráfico 3.8 – População em Idade Ativa no município de Manaus - 1970 a 2000

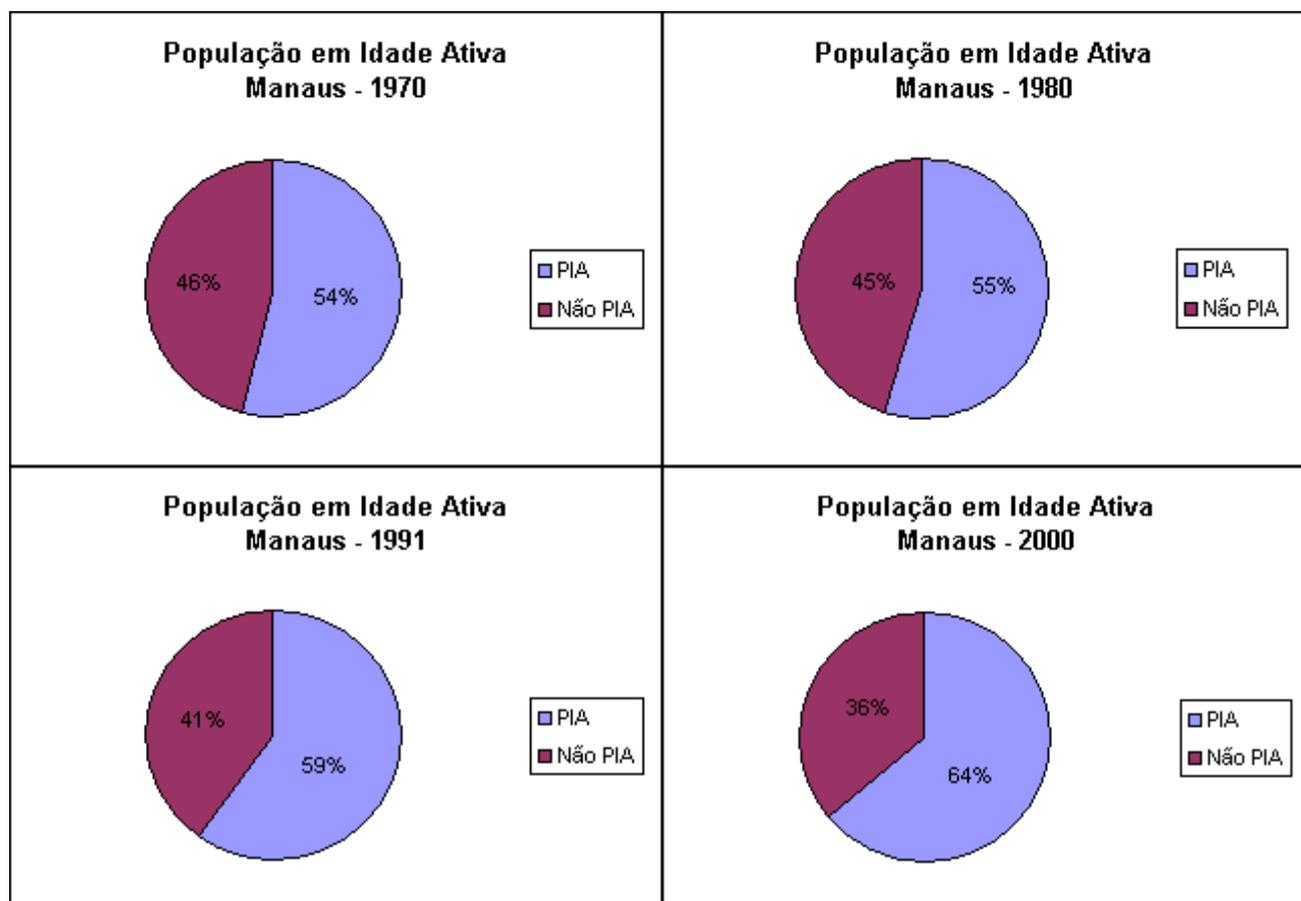


Fonte: IBGE - Censos Demográficos. Elaboração do autor.

No tocante à População em Idade Ativa, percebe-se em cada década um aumento discreto dessa parcela da população no município de Manaus, de 54% em 1970 a 64% em 2000. Nas décadas de 1970 e 1980 o número acentuado de pessoas que não estavam em idade ativa seria flagrante da grandiosa população jovem da cidade, enquanto que esse arrefecimento nas décadas posteriores seria um apontamento da queda da fecundidade.

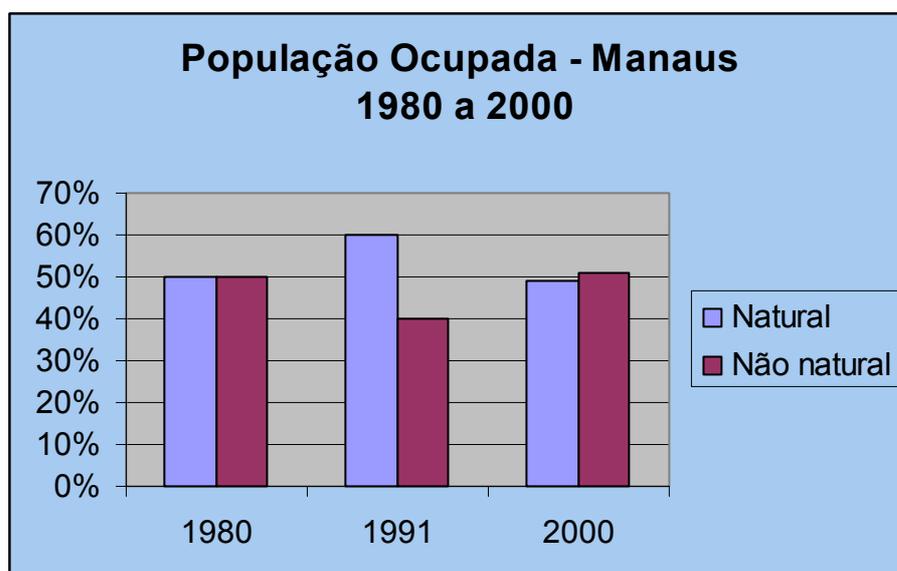
Conforme há evolução da PIA, evidentemente ocorre uma redução da razão de dependência da população manauara: 87% em 1970; 83% em 1980; 68% em 1991; e 57% em 2000. Ou seja, quanto menor for a razão de dependência, maior a parcela de pessoas em idade produtiva, o que pode significar a redução dos encargos assistenciais para a sociedade.

Gráfico 3.9 – PIA/Não PIA do município de Manaus - 1970 a 2000



Fonte: IBGE - Censos Demográficos. Elaboração do autor.

Gráfico 3.10 – População Ocupada do município de Manaus - 1980 a 2000



Fonte: IBGE - Censos Demográficos. Elaboração do autor.

Em relação à população ocupada, observa-se que há uma situação bem próxima entre naturais e não naturais (1980: 50% naturais e não naturais; 1991: 60% naturais e 40% não naturais; 2000: 49% naturais e 51% não naturais). A exceção se dá em 1991, existindo uma grande vantagem dos naturais (60%) em relação aos não naturais (40%).

Quanto à classificação da atividade econômica, percebe-se a existência de um padrão no município de Manaus em todos os censos analisados: em primeiro lugar o setor terciário, seguido das atividades secundárias e, por último, as atividades primárias, cada vez mais reduzidas.

Tabela 3.27 – Setor de atividade em Manaus (População total) - 1980 a 2000

Setor de atividade	1980		1991		2000	
Setor primário	23%	69.679	2%	8.097	2%	9.486
Agro,ext.veg e pesca	23%	69.679	2%	8.097	2%	9.486
Setor secundário	27%	81.598	33%	110.081	24%	114.147
Indust de transformação	21%	61.515	23%	76.288	16%	76.625
Indust da construção	6%	19.153	8%	27.436	8%	36.983
Out Ativ.industriais	0%	930	2%	6.357	0%	539
Setor terciário	49%	146.259	61%	207.461	72%	337.068
Comércio mercadorias	12%	36.911	17%	58.813	22%	102.114
Transp.e comunicação	5%	15.150	7%	22.556	7%	32.581
Serv aux ativ econom.	2%	4.856	3%	11.265	7%	31.755
Prest. serviços	15%	44.731	17%	58.432	18%	84.987
Social	8%	24.164	10%	32.292	9%	44.008
Administ. pública	7%	20.447	7%	24.103	9%	41.623
Outras	1%	1.917	4%	12.242	2%	7.383
Total	100%	299.453	100%	337.882	100%	468.084

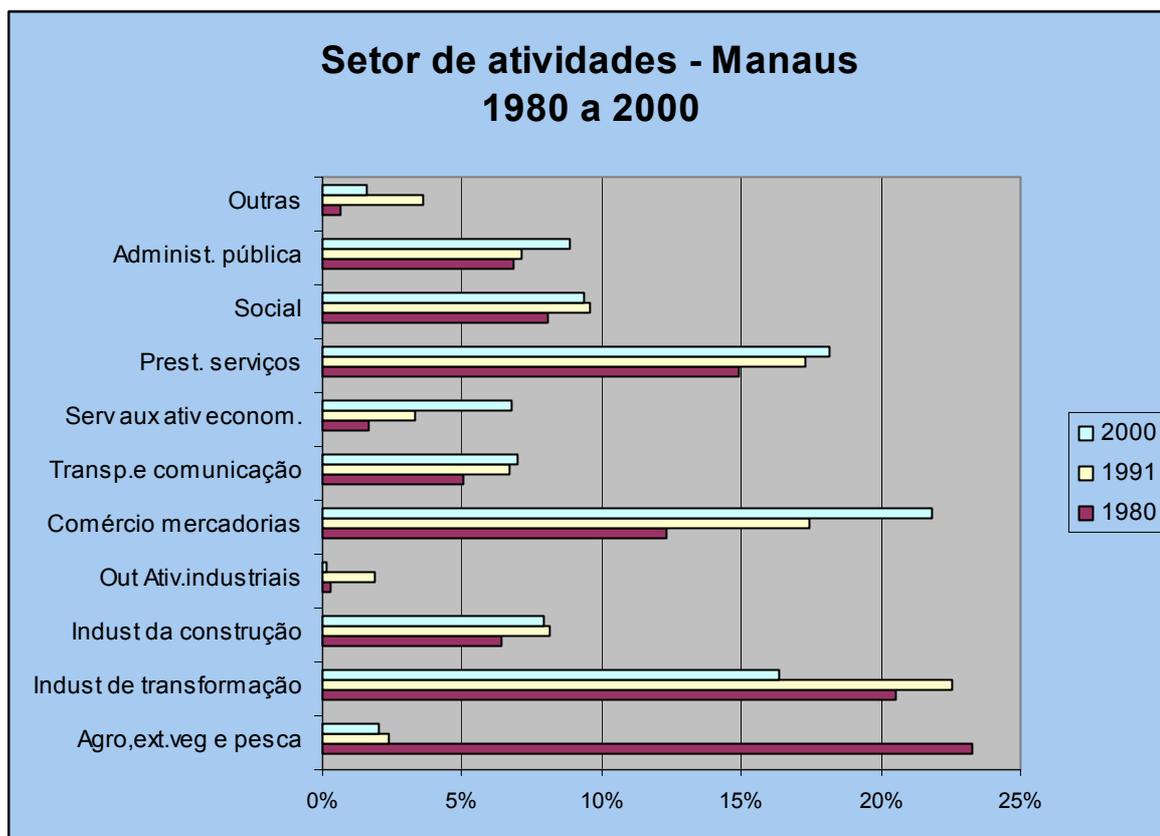
Fonte: IBGE - Censos Demográficos. Elaboração do autor.

O setor terciário apresenta uma evolução constante ao longo das décadas: de 49% em 1980 a 72% em 2000. Neste setor de atividades, destaca-se o comércio, que evolui ao longo das décadas: de 12% em 1980 a 22% em 2000 e a prestação de serviços, que progride menos: de 15% em 1980 a 18% em 2000. Atividades relacionadas ao transporte e à comunicação também tiveram uma discreta evolução ao longo das décadas, bem como serviços auxiliares a atividades econômicas, de 5% em 1980 para 7% em 2000.

Em relação ao setor secundário, cerca de um terço da população dedica-se às atividades relacionadas a este setor. A indústria de transformação se destaca, mas sofre uma queda no último censo: de 21% em 1980 a 16% em 2000. A indústria de construção, ao contrário, passa de um terço do setor secundário em 1980 à metade do setor em 2000.

Por fim, as atividades primárias, sofrem uma grande queda a partir de 1991: de 23% em 1980 a 2% em 1991 e 2000.

Gráfico 3.11 – Setor de atividades do município de Manaus - 1980 a 2000



Fonte: IBGE - Censos Demográficos. Elaboração do autor.

Quando dividimos os setores de atividades econômicas em grupos de naturais e não naturais, percebemos que em todos os censos, a maior parte da população dedicava-se às atividades terciárias: 49% em 1980; 61% em 1991; e 72% em 2000.

É interessante notar que em 1980 os naturais dedicavam-se bem mais às atividades primárias do que os não naturais (33%, contra 10%), equiparando-se os valores nas décadas seguintes. Isso pode nos apontar o tipo de migração ocorrida na época, de pessoas que partiam em busca de atividades na indústria e no setor terciário, beneficiados pela implantação da ZFM.

Em relação às atividades ligadas à indústria, existe uma prevalência dos não naturais em todas as décadas nesse segmento da economia.

Tabela 3.28 – Setor de atividade em Manaus (Natural/Não natural) - 1980 a 2000

Setor de atividade	1980		1991		2000	
	Natural	Não natural	Natural	Não natural	Natural	Não natural
Setor primário	33%	10%	2%	2%	2%	2%
Agro,ext.veg e pesca	33%	10%	2%	2%	2%	2%
Setor secundário	23%	33%	32%	33%	23%	26%
Indust de transformação	18%	24%	23%	22%	17%	16%
Indust da construção	5%	9%	7%	9%	6%	9%
Out Ativ.industriais	0%	0%	2%	2%	0%	0%
Setor terciário	44%	56%	61%	61%	73%	71%
Comércio mercadorias	11%	15%	17%	18%	22%	22%
Transp.e comunicação	5%	6%	7%	7%	7%	7%
Serv aux ativ econom.	2%	2%	3%	3%	7%	6%
Prest. serviços	12%	19%	16%	19%	16%	20%
Social	8%	8%	10%	8%	11%	8%
Administ. pública	6%	8%	7%	7%	10%	8%
Outras	1%	1%	4%	3%	2%	1%
Total %	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Total N	177.848	121.605	195.932	141.950	230.572	237.513

Fonte: IBGE - Censos Demográficos. Elaboração do autor.

Para refletir sobre a questão da seletividade, a pesquisa “Migrações para Manaus” procurou saber o exercício da atividade econômica nos locais de residência anterior dos migrantes. Entendendo que a migração para Manaus é essencialmente intra-estadual, os pesquisadores buscaram investigar os migrantes que partiam do interior do Amazonas para a capital, principalmente da microrregião do Médio Amazonas. Os pesquisadores perceberam que predominava uma seletividade desfavorável ao contingente migrante em relação à população total de origem. A proporção dos migrantes que exerciam atividades econômicas era inferior à da população total (40% contra 54%). Diz Moura: *“Significa dizer que, ao saírem para Manaus, os migrantes amazonenses estariam sobrerrepresentados por indivíduos não economicamente ativos, mulheres no exercício de atividades domésticas não remuneradas, indivíduos dedicados a atividades discentes e/ou fora das faixas etárias plenamente ativas, etc...”* (Moura, 1990:405).

Já em relação à comparação entre migrantes totais e migrantes recentes (menos de três anos de residência em Manaus), surgiram sinais de aumento dessa seletividade. *“Assim, enquanto três quintas partes da PEA migrante intra-estadual dedicavam-se a atividades primárias, tal proporção atingia somente metade do respectivo subconjunto que migrou recentemente”* (Moura, 1990:406).

Os pesquisadores perceberam que nas décadas de 1980, o setor de atividade dos migrantes nos locais de residência anterior era em primeiro lugar, setor terciário (22%); em segundo lugar, setor primário (16%) e, em terceiro lugar, bem menos significativo o setor secundário (3%). Já em relação aos migrantes recentes, houve uma diminuição da participação anterior dessas pessoas no setor primário e aumento dos migrantes que anteriormente exerciam atividades ligadas ao setor terciário e secundário.

Tabela 3.29 – Setor de atividade do estado do Amazonas (População urbana) - 1970

Setor de atividade	Amazonas - 1970 ²⁹	
	%	População urbana
Setor primário	13%	14.450
Agro,ext.veg e pesca	13%	14.450
Setor secundário	24%	26.114
Indust de transformação	12%	12.633
Indust da construção	11%	12.392
Out Ativ.industriais	1%	1.089
Setor terciário	60%	65.655
Comércio mercadorias	17%	18.852
Transp.e comunicação	9%	9.319
Serv aux ativ econom.	1%	1.576
Prest. serviços	14%	15.051
Social	11%	11.780
Administ. pública	8%	9.077
Outras	3%	3.067
Total	100%	109.286

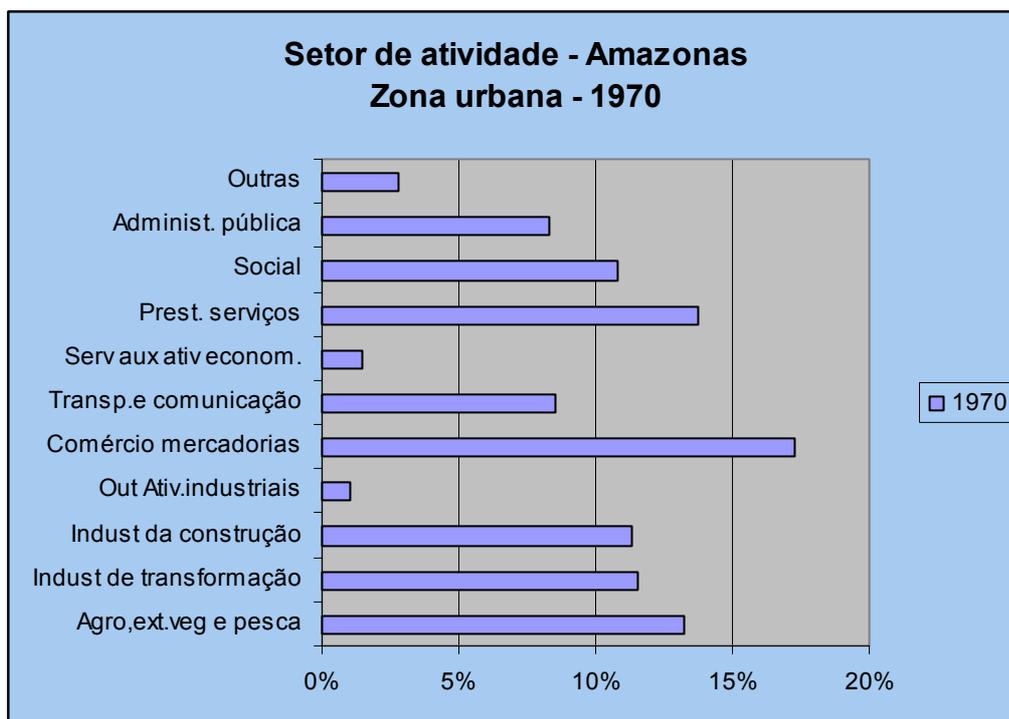
Fonte: IBGE - Censos Demográficos. Elaboração do autor.

Nota-se que em 1970, entre a população urbana do Amazonas existe uma predominância de pessoas no setor terciário (60%), principalmente no comércio de mercadorias e na prestação de serviços.

Apesar de ser uma população urbana, mais de 10% da população está ligada a atividades do setor primário. Quanto ao setor secundário, nota-se uma quase equiparação entre a indústria da transformação (12%) e a indústria da construção (11%).

²⁹ Não foi possível o acesso aos dados do Censo Demográfico 1970 em relação ao setor de atividades do município de Manaus. Para buscar uma maior aproximação dos dados desejados, procurou-se analisar a população urbana do estado do Amazonas, cujos dados encontram-se disponibilizados em publicação.

Gráfico 3.12 – Setor de atividade do estado do Amazonas (Zona urbana) - 1970



Fonte: IBGE - Censos Demográficos. Elaboração do autor.

De acordo com estudos de Moura, a PEA intra-estadual basicamente exerce atividades primárias, já a PEA inter-estadual exerce em sua maioria atividades terciárias. Além disso, o autor aponta que o efetivo migrante apresenta, em geral, taxa refinada de atividade bem superior a do efetivo não migrante (Moura et alii, 1990:417).

Tabela 3.30 – Posição na ocupação no município de Manaus - 1970 a 2000

Posição na ocupação	1970		1980		1991		2000	
	Natural	Não natural						
Empregado	75%	70%	55%	70%	67%	70%	75%	70%
Conta-própria	22%	26%	34%	25%	29%	27%	21%	27%
Empregador	1%	2%	1%	2%	2%	2%	2%	2%
Outros	0%	0%	1%	0%	1%	0%	0%	0%
Sem remuneração	1%	2%	10%	3%	1%	0%	2%	1%
Total %	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Total N	56.276	31.455	181.385	122.126	226.201	149.750	230.572	237.511

Fonte: IBGE - Censos Demográficos. Elaboração do autor.

Em todos os censos a maioria tanto dos naturais quanto dos naturais enquadra-se na categoria empregado. Nos anos 1980 e em 1991 há um aumento no número de pessoas que trabalham por conta-própria: 24% em 1970; 30% em 1980; 28% em 1991; e 24% em 2000.

Quanto aos empregadores, os não naturais levam vantagem em 1970 e 1980 e se equiparam aos naturais em 1991 e em 2000. Não há como deixar de notar que em 1980 10% dos naturais encaixavam-se na categoria “sem remuneração”.

Tabela 3.31 – Classe de renda total no município de Manaus - 1970 a 2000

Classe de renda total	1970		1980		1991		2000	
	Natural	Não natural						
Até 0,25 SM	3%	3%	1%	1%	0%	0%	1%	0%
2. +0,25 a 0,5 SM	6%	7%	4%	3%	3%	4%	3%	2%
3. +0,5 a 0,75 SM	22%	21%	7%	4%	4%	5%	4%	3%
4. +0,75 a 1 SM	15%	13%	14%	11%	4%	5%	16%	18%
7. +1,0 a 2 SM	33%	30%	37%	34%	29%	28%	29%	28%
8. +2 a 3 SM	9%	10%	15%	16%	20%	19%	14%	14%
9. +3 a 5 SM	6%	7%	12%	14%	18%	17%	14%	15%
10. +5 a 10 SM	4%	5%	6%	9%	13%	13%	12%	12%
11. +10 a 15 SM	1%	2%	2%	3%	3%	3%	3%	3%
12. +15 a 20 SM	1%	1%	1%	1%	1%	2%	2%	2%
13. +20 SM	0%	1%	1%	2%	2%	3%	3%	3%
15. Sem declaração	0%	0%	1%	1%	2%	2%	-	-
Total %	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Total N	59.148	33.846	165.879	120.074	216.689	160.304	271.815	287.362

Fonte: IBGE - Censos Demográficos. Elaboração do autor.

Percebe-se que em todos os censos, de 1970 a 2000, um terço da população tanto de naturais quanto de não naturais recebe em média a faixa de um a dois salários mínimos. Um

número significativo de pessoas ganha até um salário mínimo: 46% em 1970; 24% em 1980; 12% em 1991; e novamente 24% em 2000, na maior parte das vezes o não natural encontra-se em desvantagem em relação ao natural.

Um pequeno percentual da população ganha mais de dez salários mínimos. Em 1980 apenas 4% das pessoas ganhavam mais de dez salários; em 1991, 6%; e 8% em 2000. Quando dividimos os grupos percebemos que os não naturais levam uma pequena vantagem em relação aos naturais. Portanto, os não naturais estão nos extremos: são os que ganham pior e os que melhor ganham.

A maior parte da população ganha de um a cinco salários mínimos: 64% em 1980; 66% em 1991; e 56% em 2000.

Em relação ao trabalho formal, podemos perceber uma redução drástica entre 1991 e 2000, de 70% dos trabalhadores com carteira assinada em 1991 para 38% em 2000. Em 1991 naturais e não naturais possuem a mesma situação, já em 2000, uma parcela um pouco maior dos naturais consegue permanecer na formalidade: 40% contra 36% dos não naturais.

3.5.2 – Comentários finais sobre o capítulo

Infra-estrutura

Percebe-se ao longo das décadas, maior acesso aos serviços de infra-estrutura urbana e um pequeno progresso nas condições de habitação no município de Manaus, embora essas condições sejam precárias para uma grande parcela da população.

Quase não percebemos diferenças entre os naturais e não naturais em relação ao acesso à infra-estrutura urbana e aos serviços urbanos. Quando há esta diferença, os não naturais permanecem nas extremidades: ao mesmo tempo com as melhores e com as piores condições de habitação, acesso à infra-estrutura urbana e aos serviços.

Migração

De maneira geral, podemos perceber que a migração no município de Manaus se dá primordialmente de forma intra-estadual, são pessoas originárias do interior do Amazonas, que partem em busca de melhores condições de vida na capital. Já os migrantes interestaduais, conforme percebidos na pesquisa de campo “Migrações para Manaus” muitas das vezes são transferidos pelos empregadores, principalmente para trabalhar na Zona Franca de Manaus. Quanto aos migrantes internacionais, os estudos constatam através da Pastoral do Migrante e da Polícia Federal uma presença cada vez mais constante de estrangeiros no município de Manaus, presença essa invisível às estatísticas formais.

Em relação ao perfil do migrante, pode-se dizer que na maior parte das vezes eles encontram-se em pólos opostos: são os que possuem os piores e, ao mesmo tempo, os melhores indicadores. De um lado são rurícolas, que fogem das cheias; pessoas com baixa escolaridade, com baixíssima renda; migrantes clandestinos de outros países. E por outro lado, são empregadores; trabalhadores transferidos por suas empresas; pessoas com boa escolaridade; e com uma boa renda. A literatura aponta, ainda, que as mulheres que se aventuram em busca de uma vida melhor são em sua maioria migrantes intra-estaduais, ao passo que os homens em sua maioria são migrantes inter-estaduais.

População Economicamente Ativa

Percebe-se que houve um impulso inicial na evolução do setor secundário, com a implementação da Zona Franca e um posterior arrefecimento na década de 1990. Isso se deu principalmente em virtude da abertura do mercado no âmbito da globalização, como já comentado anteriormente.

Além disso, houve ao longo dos anos uma maior participação da indústria da construção no setor de atividades econômicas do município de Manaus, possivelmente alimentada pelo desenvolvimento da PEA comercial, sobretudo no que diz respeito ao setor de serviços.

Considerações Finais

Desde fins do século XIX a Amazônia é alvo de incentivos governamentais de povoamento via mão-de-obra. Durante a economia da borracha grandes contingentes de migrantes nordestinos partiam para a região com grandes ilusões de riqueza, mas ao chegarem ao lugar de destino não encontravam nenhum apoio do governo. Os trabalhadores viviam em regime de servidão sem nunca conseguir saldar suas dívidas, além de sobreviver com péssima qualidade de vida. Aos nordestinos que se aventuraram no interior da Amazônia restavam poucas alternativas: alguns morriam nos seringais e outros partiam rumo às periferias da cidade de Manaus. Lá viviam em extrema miséria e sem perspectiva de melhores dias.

Durante os regimes militares, no século XX, o progresso era idéia dominante e, para tanto, as florestas deveriam ser derrubadas, a Amazônia povoada e estradas de rodagem construídas. Na década de 1970 as conseqüências das políticas de integração nacional e desenvolvimento regional foram desastrosas, tanto na dimensão social, como no âmbito ecológico. Houve ocupação urbana desordenada e exploração predatória da natureza.

Com as políticas de integração nacional priorizou-se o crescimento econômico da região, porém em termos de desenvolvimento a estratégia de ocupação da Amazônia teve um desempenho bastante limitado, com aumento da pobreza e devastação da natureza. Estas políticas foram necessárias para a ocupação do espaço amazônico, mas não foram realizadas de maneira planejada e com infra-estrutura adequada, a fim de receber o contingente de migrantes.

Neste trabalho buscou-se discorrer acerca dos efeitos de uma dessas políticas de integração da Amazônia: a Zona Franca de Manaus, que foi uma estratégia fundamental para pôr um fim na estagnação econômica e isolamento em que se encontrava a Amazônia Ocidental com o declínio da economia da borracha. Fato este inegável, assim como a urbanização acelerada de Manaus e crescimento econômico do município e da região.

Com todo o sucesso ocasionado pela implementação da Zona Franca, a situação da cidade de Manaus é no mínimo paradoxal. Manaus hoje é uma das maiores cidades brasileiras em população, além de ser uma das cidades mais ricas do país, com elevada taxa de crescimento do PIB *per capita* e com aumento da participação no PIB nacional. Além disso,

Manaus apresenta bons índices, como o IDH-M Renda, Longevidade e Educação, bem como redução da mortalidade infantil. No entanto, apesar de todos esses resultados, metade da população vive na pobreza.

O Estado incorreu no mesmo erro das políticas de ocupação do século XIX: modelos altamente concentradores de renda e que findaram por suscitar várias questões sociais. O fastígio da borracha trouxe consigo uma grande opulência e rápida urbanização para a cidade de Manaus, assim como a Zona Franca de Manaus acarretou o crescimento econômico do município. Assim como as belas edificações da época áurea da borracha destoavam dos casebres da época, a modernização do município ocasionada pela ZFM também contrasta com as palafitas à beira dos igarapés e com a parcela da população que vive nas periferias.

Apesar de todas as críticas, a ZFM foi - e ainda é - uma estratégia de integração territorial importante. De certa forma conseguiu cumprir com o objetivo de compensar a distância em relação aos grandes centros de consumo – embora o isolamento não tenha sido inteiramente vencido -, além de favorecer a economia regional e nacional. Postos de trabalho foram criados, houve progresso tanto no setor secundário, como terciário. Contudo, os níveis salariais não são elevados, além de existir uma importante rotatividade nas empresas.

Houve de fato uma grande urbanização, industrialização, progresso do setor de serviços, ao passo que aumentou a demanda por esses serviços, bem como por infra-estrutura urbana. Houve um grande avanço, mas que está longe de contemplar toda a população. Existe uma pequena parcela dos habitantes que concentra grande parte da renda e a maior parte que permanece na pobreza. Uma parte significativa da população tem um rendimento baixíssimo, uma infra-estrutura urbana não satisfatória, principalmente no que tange ao esgotamento sanitário, além de péssimas condições de moradia.

Apesar de todas as falhas das políticas de integração no tocante à área social e ambiental, podemos refletir: o que seria do município de Manaus e da Amazônia Ocidental sem a implementação da Zona Franca? Será que Manaus teria alcançado o mesmo ritmo de crescimento econômico e populacional? De que outra maneira isto poderia ter acontecido? Não há respostas, apenas questões boas para pensar.

Referências Bibliográficas

ACSELRAD, Henri. Sustentabilidade e democracia. **Proposta – Revista trimestral de debates da FASE**, ano 25, n.71, dez./fev., 1997.

Agência de Desenvolvimento da Amazônia. Disponível em:

<<http://www.ada.gov.br/amazonia/legislacao.asp>> Acesso em: 01 de Agosto de 2005.

AJARA, César. Os processos recentes de ocupação, expansão e apropriação das fronteiras amazônicas e suas implicações econômicas, sociais, ambientais e políticas. In: MOURA, Hélio A.de (Org.). **A Pesquisa Social na Amazônia: Avanços, Lacunas e Prioridades**. Recife: Editora Massangana, 1996.

ANTUNES, Marcelo. Vida melhor na floresta. **Desafios do Desenvolvimento**, ano 1, n.1, ago, 2004.

BASTOS, Vera Coelho. As estratégias de desenvolvimento e as políticas públicas na Amazônia. In: MOURA, Hélio A. de (Org.). **A Pesquisa Social na Amazônia: Avanços lacunas e prioridades**. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1996.

BECKER, Bertha K. **Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio**. Garamond: Rio de Janeiro, 2004.

_____. Os Eixos de Integração e Desenvolvimento e a Amazônia. **Revista Território**, ano IV, n.6, jan./jun., 1999.

_____. Revisão das Políticas de Ocupação Amazônica: É Possível identificar Modelos para projetar Cenários? **Parcerias estratégicas**, Brasília, v. 12, p. 135-159, 2001.

BENCHIMOL, Samuel. **Zona Franca de Manaus: a conquista da maioria**. São Paulo: SVER, 1989.

_____. **Zona Franca de Manaus. Pólo de desenvolvimento industrial**. Manaus: Universidade do Amazonas, 1997.

BENTES, Rosalvo. Comentários a OLIVEIRA, Luiz Antônio Pinto de; Dinâmica Populacional e Social na Região Amazônica. In: MOURA, Hélio A.de (Org.). **A Pesquisa Social na Amazônia: Avanços, Lacunas e Prioridades**. Recife: Editora Massangana, 1996.

BRANDÃO, Carlos Antônio. O processo de subdesenvolvimento, as desigualdades espaciais e o “jogo das escalas”. In: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Desigualdades Regionais**. Salvador: SEI, 2004. (Série estudos e pesquisas, 67).

BRITO, Daniel Chaves de. A SUDAM e a crise da modernização forçada: reforma do Estado e sustentabilidade na Amazônia. **Ambiente & Sociedade**, n.8, Campinas, jan/jun, 2001.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em: <www.camara.gov.br>. Acesso em: 10 de Dezembro de 2005.

Carta de Conjuntura FEE – Fundação de Economia e Estatística, nº5, ano 14, maio de 2005. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/download/carta/por/carta1405.pdf>>. Acesso em: 17 de Janeiro de 2007.

COSTA, Francisco de Assis. Desenvolvimento sustentável na Amazônia: o papel estratégico do campesinato. In: Viana, Gilney; Lima, Marina e Diniz, Nilo (Orgs). **O desafio da sustentabilidade - um debate socioambiental no Brasil**. Editora Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2001.

EGLER, Cláudio Antonio Gonçalves. Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento – Impactos ambientais. **CREA**, RJ, 1999.

FALEIRO, Airton. O desenvolvimento da Amazônia na visão de produtores familiares rurais. In: Viana, Gilney; Lima, Marina e Diniz, Nilo (Orgs). **O desafio da sustentabilidade - um debate socioambiental no Brasil**. Editora Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2001.

FOLHA ONLINE. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u29239.shl>>. Acesso em: 01 de Dezembro de 2005.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 2003.

GALA, Paulo. Origens do desequilíbrio regional no Brasil. In: Rego, José Márcio; Marques, Rosa Maria (Orgs). **Formação econômica do Brasil**. Saraiva: São Paulo, 2003.

GARCIA, Etelvina. **Manaus, referências da História**. Manaus: Norma Ed., 2005.

Zona Franca de Manaus: Especial de aniversário. **Jornal A Crítica**, 28 fev 2007, p5.

Suframa apresenta ZFM a investidores. **Jornal Amazonas em Tempo**. Disponível em: <www.emtempo.com.br>. Acesso em 24 de março de 2006.

LOPES, Carlos. Decisão implica escolhas. **Desafios do Desenvolvimento**, ano 1, n.1, ago, 2004.

LOUREIRO, Maurício Elísio Martins. O papel estratégico da Zona Franca de Manaus no desenvolvimento da Amazônia. **T&C Amazônia**, ano 1, n.1, fev., 2003.

MELO, Mário Lacerda de. 1ª Parte: Estudo Geo-Sócio-Econômico. In: MELO, Mário Lacerda de; MOURA, Hélio A. de (Coord). **Migrações para Manaus**. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1990.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL. Fundação IBGE – Instituto Brasileiro de Estatística – Departamento de Censos. **Censo Demográfico Amazonas. VIII Recenseamento Geral – 1970**. Série Regional, vol I – Tomo III.

MOURA, Hélio Augusto; MOREIRA, Morvan de Mello. Análise demográfica da região Norte. In: Pacheco, Carlos Américo; Patarra, Neide (Orgs). **Dinâmica demográfica regional e as novas questões populacionais no Brasil**. Campinas (SP): UNICAMP. IE: Campinas, 2000.

_____; _____. A população da região Norte: processos de ocupação e de urbanização recentes. **Trabalhos para Discussão**, n.112, jul, 2001. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/tpd/112.html>>.

_____. 2ª Parte: Aspectos Sócio-demográficos. In: MELO, Mário Lacerda de; MOURA, Hélio A. de (Coord). **Migrações para Manaus**. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1990.

_____. BRASIL, Marília Carvalho; SANTOS, Carlos Augusto. **“Personae non gratae?”: a imigração indocumentada no estado do Amazonas (2000)**. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/Personae%20Non%20Gratae%20-%20A%20Imigra%C3%A7ao%20no%20Estado....pdf>. Acesso em: 30 ago 2007.

NOVAES, Fred. **SUFRAMA 40 anos: Desafio permanente**. Disponível em: <<http://www.jcam.com.br/materia.php?idMateria=45401&idCaderno=2>>. Acesso em: 2 mar 2007.

OLIVEIRA, Luiz Antônio Pinto de. Dinâmica populacional e social na região amazônica. In: MOURA, Hélio A. de (Org.). **A Pesquisa Social na Amazônia: Avanços lacunas e prioridades**. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1996.

PACHECO, Carlos Américo. **Fragmentação da Nação**. UNICAMP. IE: Campinas, 1998.

PATARRA, Neide Lopes. Movimentos migratórios no Brasil: Tempos e espaços. **Textos para Discussão**. Escola Nacional de Ciências Estatísticas, n.7, 2003.

PIMENTA, Marília. **Cultura que chega, tradição que fica**. Disponível em: <<http://www.jcam.com.br/materia.php?idMateria=45401&idCaderno=2>>. Acesso em 1º março 2007.

RODRIGUES, Eliane Jacques. Complementação ao texto de BASTOS, Vera Coelho. As estratégias de desenvolvimento e as políticas públicas na Amazônia. In: MOURA, Hélio A. de (Org.). **A Pesquisa Social na Amazônia: Avanços lacunas e prioridades**. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1996.

RONCA, José Luiz Caruso. Desenvolvimento regional: O caso da SUDENE. In: BRUNA, G. C. (Org). **Questões de organização do espaço regional**. São Paulo, Nobel/USP, 1983.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de Economia do Século XXI**. Editora Record, Rio de Janeiro/São Paulo, 2005.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Taís F. **Características da urbanização recente no estado do Amazonas**. Disponível em: <www.fundaj.gov.br/docs/text/pop2001-8.doc>. Acesso em: 25 out 2006.

SERÁFICO, José; SERÁFICO, Marcelo. A Zona Franca de Manaus e o capitalismo no Brasil. **Estudos Avançados**, 19 (54), 2005.

SOUZA, Ana Cláudia R. de. A cidade de Manaus no dizer dos viajantes. In: XXIII Simpósio Nacional de História, 2005, Londrina. **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História**, 2005. v. Suplem. p. 01-08.

SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus. Disponível em: <http://www.suframa.gov.br/publicacoes/site_suframa/pagina_12.htm>. Acesso em: 20 fev 2007.

VIANA, Gilney. Impactos ambientais da política de globalização da Amazônia. In: Viana, Gilney; Lima, Marina e Diniz, Nilo (Orgs). **O desafio da sustentabilidade - um debate socioambiental no Brasil**. Editora Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2001.

ANEXO I

Notas metodológicas

Além dos procedimentos qualitativos realizados, tais como pesquisa bibliográfica e documental, a base empírica construída através dos dados referentes aos Censos Demográficos 1970, 1980, 1991 e 2000, foram obtidos através da utilização do software REDATAM+SP, desenvolvido pela CELADE/CEPAL.

A escolha pelos Censos Demográficos se justifica por estes permitirem na maior parte dos casos a comparação entre cada década estudada. Apesar da certa defasagem no tempo que este instrumento apresenta - o último censo ocorreu no ano 2000 – é de suma importância em se tratando de informações sobre a população do município de Manaus desde a implementação da Zona Franca de Manaus até a década atual. Como desdobramentos futuros, pode-se apontar a possibilidade de atualização dos dados com os resultados do censo 2010, além de uma análise mais profunda do que significou a Política de Integração Nacional e a questão das novas territorialidades.

A seguir, as definições de alguns conceitos utilizados ao longo do trabalho:

- ❖ **Espaço urbano.** O espaço urbano, de acordo com o IBGE, é constituído por lei municipal, o que significa que os municípios determinam seu perímetro urbano e rural. Neste trabalho adota-se a mesma definição utilizada pelo IBGE.
- ❖ **Migrantes.** O IBGE define como migrantes pessoas residentes em um dado lugar por menos de dez anos. Neste trabalho nem sempre foi possível utilizar esse conceito, em decorrência das dificuldades encontradas na utilização dos microdados. Portanto, lançou-se mão das categorias “Natural” e “Não natural”, definindo quem nasceu e quem não nasceu no município. No esforço de tentar uma maior aproximação dos movimentos migratórios ocorridos no município de Manaus, buscou-se embasar a análise, sempre que possível, na literatura especializada.
- ❖ **Índice de Desenvolvimento Humano - IDH.** Este índice foi elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD – com intenção de oferecer um contraponto a outro indicador, o Produto Interno Bruto – PIB – que considera apenas a

dimensão econômica do desenvolvimento. Além de computar o PIB *per capita* corrigido pelo poder de compra da moeda de cada país, o IDH incorpora dois outros componentes: a longevidade e a educação. Neste trabalho utilizou-se o IDH-M, para enriquecer a análise o município de Manaus.

- ❖ **Alfabetização.** De acordo com o IBGE, são consideradas pessoas alfabetizadas aquelas capazes de ler e escrever um bilhete simples em um idioma qualquer, aquelas pessoas que apenas são capazes de escrever o próprio nome são consideradas analfabetas.

- ❖ **Anos de estudo.** Para a construção dessa variável, foi realizada uma proxy no censo demográfico 1970, de acordo com as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961. Abaixo as categorias:
 - Primário elementar: 1 a 4 anos de estudo.
 - Médio (Primeiro ciclo): 5 a 8 anos de estudo.
 - Médio (Segundo ciclo): 9 a 11 anos de estudo.
 - Superior: 12 a 16 anos de estudo.

- ❖ **Rendimento.** Várias dificuldades foram encontradas em relação à incompatibilidade entre as variáveis dos censos utilizados de um modo geral, como era de se esperar em se tratando da análise de quatro censos, o rendimento é um bom exemplo disso. No Censo 1970 foi utilizada a variável “Rendimento Médio Mensal”; no censo 1980, “Classe de renda total”; no censo 1991, “Faixa redá total nominal”; no censo 2000, “Classes de rendimento, em salários mínimos, do rendimento mensal”. Além disso, privilegiou-se as variáveis cujos dados se encontravam agrupados por faixas de salários mínimos, a fim de facilitar a análise, o que não foi possível em relação ao censo 1970. O salário mínimo da época foi pautado em estudos do DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.

- ❖ **Total de cômodos.** Para o IBGE, são considerados cômodos todos os compartimentos integrantes do domicílio, inclusive os existentes na área externa, com exceção de corredores, alpendres, varandas, oficinas, garagens, depósitos e outras dependências de fins não residenciais.

- ❖ **Total de dormitórios.** Além dos quartos, o IBGE considera dormitório qualquer dependência do domicílio que estivesse servindo de dormitório.

- ❖ **Número de banheiros.** O número de banheiros costuma ser utilizado como um indicador do grau de sofisticação e desigualdade da população estudada. De acordo com o IBGE, existe uma grande correlação dessa variável com a renda domiciliar, o que a torna um importante instrumento de análise do município estudado.

ANEXO II

Documento de criação da Zona Franca de Manaus

Lei 3.173/57 - Lei nº 3.173 de 06.06.1957³⁰

D.O.U.: 12.06.1957

Obs.: Ret. DOU de 02.07.1957

Cria uma Zona Franca na cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É criada em Manaus, capital do Estado do Amazonas, uma Zona Franca para armazenamento ou depósito, guarda, conservação, beneficiamento e retirada de mercadorias, artigos e produtos de qualquer natureza, provenientes do estrangeiro e destinados ao consumo interno da Amazônia, como dos países interessados, limítrofes do Brasil ou que sejam banhados por águas tributárias do rio Amazonas.

Art. 2º O Governo Federal fará demarcar, nas imediações da cidade, à margem do rio Negro e em lugar que reúna condições de calado e acostagem satisfatórias, uma área de terras não inferior a duzentos hectares, onde ficará localizada a Zona Franca, com as instalações e serviços adequados ao seu funcionamento.

§ 1º As terras destinadas à Zona Franca criada nesta lei serão obtidas por doação do Governo do Estado do Amazonas ou mediante desapropriação para fins de utilidade pública, na forma da legislação em vigor.

§ 2º Será estudada a adaptabilidade da Ilha de Marapatá, em frente a Manaus, como área complementar da Zona Franca, reservada a certos produtos que possam nela ser depositados, para fins de beneficiamento, sem possibilidade de deterioração que lhes diminuam o valor comercial.

Art. 3º Na Zona Franca que for demarcada, serão construídas instalações portuárias com armazéns terrestres e cais flutuante acostável, segundo o tipo exigido pela grande variação do nível das águas da região.

Art. 4º Nas dependências internas da Zona Franca da Manaus, constituídas pelos terrenos agregados às suas instalações portuárias, será facultado aos particulares que o desejarem arrendar terrenos para o fim de construir depósitos de mercadorias ou montar indústrias de beneficiamento de matérias-primas provenientes das repúblicas limítrofes à Amazônia ou daquelas que sejam banhadas por cursos fluviais tributários do rio Amazonas, bem como os correspondentes serviços de escritório.

³⁰ Esta Lei foi revogada pelo Decreto-Lei nº 288 de 28.02.1967.

Art. 5º As mercadorias de procedência estrangeira, quando desembarcadas diretamente na área da Zona Franca de Manaus, e enquanto permanecerem dentro da mesma, não estarão sujeitas ao pagamento de direitos alfandegários ou quaisquer outros impostos federais, estaduais ou municipais que venham gravá-las, sendo facultado o seu beneficiamento e depósito na própria zona de sua conservação.

Art. 6º Todos os artigos ou produtos entrados na Zona Franca, poderão ser acondicionados nos armazéns de propriedade da administração do porto ou de particulares, dentro da Zona Franca, pagando as respectivas taxas de armazenagem.

Art. 7º Será incluída na área da Zona Franca uma faixa de água de duzentos metros de largura, contada sobre a superfície do rio, na parte adjacente ao litoral do mesmo porto e na qual poderão estacionar, sujeitas aos do mesmo regime da Zona Franca embarcações e alvarengas convertidas em depósitos provisórios de mercadorias estrangeiras em trânsito rápido ou jangadas de toras de madeira estrangeira a serem beneficiadas dentro da área do porto.

Art. 8º As mercadorias estocadas ou beneficiadas na área da Zona Franca poderão ser incorporadas à circulação nacional, mediante despacho regular e pagamento dos direitos alfandegários correspondentes e mais impostos em que incidam por esse motivo.

Art. 9º A administração do porto da Zona Franca de Manaus poderá ser confiada à companhia concessionária do porto de Manaus mediante as condições que a União estabelecer ou ter administração autônoma do próprio Governo Federal.

Art. 10. O Poder Executivo, dentro em 60 (sessenta) dias, após a publicação desta lei, regulamentará as normas de operação e fiscalização da Zona Franca de Manaus e estabelecerá a tabela das taxas devidas por sua utilização.

Art. 11. Enquanto as obras da construção da Zona Franca não estiverem concluídas, a União entrará em acordo com a companhia concessionária do porto de Manaus para que o regime do porto da Zona Franca entre imediatamente em vigor, utilizando alguns dos armazéns da mesma companhia.

Art. 12. A Zona Franca de Manaus é considerada empreendimento coordenado com o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, correndo as despesas de sua instalação, conservação e funcionamento à conta da verba a que se refere o artigo 199 da Constituição, ficando autorizado desde já o Governo Federal a fazer as operações de crédito necessárias até o limite de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros) para custeio das despesas com os serviços e encargos que forem projetados e orçamentos para a referida Zona Franca.

Art. 13. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de junho de 1957; 136º da Independência e 69º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

Nereu Ramos

José Maria Alkmim

ANEXO III

Planos tabulares (1980 a 2000)³¹

1º Plano tabular: Habitação

CENSO 1980	CENSO 1991	CENSO 2000
1 - Espécie (Particular permanente; Particular improvisado; Coletivo permanente; Coletivo improvisado)	1 - Espécie (Particular permanente; Particular improvisado; Coletivo)	2.01 - Espécie (Particular permanente; Particular improvisado; Coletivo)
2 - Tipo (Casa; Apartamento)	2 - Localização (Casa - Isolada ou de condomínio/ Em conjunto residencial popular/ Em aglomerado subnormal; Apartamento - Isolado ou de condomínio/ Em conjunto residencial popular/ Em aglomerado subnormal; Cômodo)	2.02 - Tipo (Casa; Apartamento; Cômodo)
3 - Paredes (Alvenaria; Madeira; Taipa não revestida; Material aproveitado; Palha; Outro)	3 - Paredes (Alvenaria; Madeira aparelhada; Taipa não revestida; Material aproveitado; Palha; Outro)	
4 - Piso (Madeira; Cerâmica; Cimento; Material aproveitado; Tijolo; Terra; Outro)		
5 - Cobertura (Lage de concreto; Telha de barro; Telha de cimento-amianto; Zinco; Madeira; Palha; Material aproveitado; Outro)	4 - Cobertura (Lage de concreto; Telha de barro; Telha de cimento-amianto; Zinco; Madeira aparelhada; Palha; Material aproveitado; Outro)	
6 - Abastecimento de água (Com canalização interna - Rede geral; Poço ou nascente; Outra forma; Sem canalização interna - Rede geral; Poço ou nascente; Outra forma)	5 - Abastecimento de água (Com canalização interna - Rede geral; Poço ou nascente; Outra forma; Sem canalização interna - Rede geral; Poço ou nascente; Outra forma)	2.07 - A forma de abastecimento de água utilizada neste domicílio é (Rede geral; Poço ou nascente - na propriedade; Outra)
		2.08 - A água utilizada neste domicílio chega (Canalizada em pelo menos um cômodo; Canalizada só na propriedade ou terreno; Não canalizada)

³¹ Sempre que possível foram utilizados dados do Censo 1970 no corpo do texto.

CENSO 1980	CENSO 1991	CENSO 2000
Instalação sanitária: 7 - Escoadouro (Rede geral; Fossa séptica; Fossa rudimentar; Outro; Não tem)	Instalação sanitária: 6 - Escoadouro (Rede geral; Fossa séptica - Ligada à rede pluvial/ Sem escoadouro; Fossa rudimentar; Vala negra; Outro; Não sabe; Não tem)	2.11 - O escoadouro deste banheiro ou sanitário é ligado a (Rede geral de esgoto ou pluvial; Fossa séptica; Fossa rudimentar; Vala; Rio, lago ou mar; Outro escoadouro)
Instalação sanitária: 8 - Uso (Só do domicílio; Comum a mais de um; Não tem)	Instalação sanitária: 7 - Uso (Só do domicílio; Comum a mais de um; Não tem)	
9 - Condição de ocupação (Próprio - Já acabou de pagar/ Não acabou de pagar; Alugado; Cedido por - Empregador/Particular; Outra)	8 - Condição de ocupação (Próprio - A construção e o terreno/ Só a construção; Alugado; Cedido - Por empregador/ Por particular; Outra)	2.05 - Este domicílio é (Próprio - já pago; Próprio - ainda pagando; Alugado; Cedido por empregador; Cedido de outra forma; Outra condição)
10 - Aluguel ou prestação mensal	9 - Aluguel mensal	
		2.06 - O terreno em que se localiza este domicílio é (Próprio; Cedido; Outra condição)
11 - Tempo de residência (Meses; Anos)		
14 - Para cozinhar usa (Fogão; Fogão improvisado; Fogareiro; Não tem)		
15 - Combustível usado para cozinhar (Gás de botijão; Gás canalizado; Lenha; Carvão; Óleo ou querosene; Álcool; Eletricidade; Não tem)	10 - Combustível usado para cozinhar (Gás canalizado; Só gás de botijão; Só lenha; Gás de botijão e lenha; Carvão; Outro; Não tem fogão ou fogareiro)	
12 - Total de cômodos	11 - Total de cômodos	2.03 - Quantos cômodos existem neste domicílio?
13 - Cômodos servindo de dormitório	12 - Cômodos servindo de dormitório (1 cômodo...9 cômodos ou mais)	2.04 - Quantos cômodos servem de dormitório para os moradores deste domicílio?
	13 - Banheiros (1 banheiro...5 banheiros ou mais; Não tem)	2.09 - Quantos banheiros existem neste domicílio?

CENSO 1980	CENSO 1991	CENSO 2000
		2.10 - Neste domicílio, terreno ou propriedade existe sanitário utilizado pelos moradores? (Sim; Não)
	14 - Destino do lixo (Coletado - Diretamente/ Indiretamente; Queimado; Enterrado; Jogado - Terreno baldio; Rio, lago ou mar; Outro)	2.12 - O lixo deste domicílio (É coletado por serviço de limpeza; É colocado em caçamba de serviço de limpeza; É queimado (Na propriedade); É enterrado (Na propriedade); É jogado em terreno baldio ou logradouro; É jogado em rio, lago ou mar; Tem outro destino)
	15 - Neste domicílio reside criança com menos de 2 anos, inclusive alguma recém-nascida? (Sim; Não)	
17 - Iluminação elétrica (Tem - com medidor; Tem - sem medidor; Não tem)	21 - Iluminação (Elétrica - Com medidor/ Sem medidor; Óleo ou querosene; Outra)	2.13 - Este domicílio tem iluminação elétrica? (Sim; Não)
18 - Rádio (Tem; Não tem)	20 - Rádio (Tem; Não tem)	Neste domicílio existe: 2.14 - Rádio? (Sim; Não)
16 - Telefone (Tem; Não tem)	17 - Telefone (1 linha; 2 linhas ou mais; Não tem)	2.19 - Linha telefônica instalada (Sim; Não)
19 - Geladeira (Tem; Não tem)	22 - Geladeira (1 porta; Mais de 1 porta; Não tem)	2.15 - Geladeira ou freezer (Sim; Não)
	25 - Freezer (Tem; Não tem)	
	16 - Filtro de água (Tem; Não tem)	
20 - Televisão (A cores; A cores e preto e branco; Preto e branco; Não tem)	23 - Televisão preto e branco (Tem; Não tem)	Neste domicílio, qual a quantidade existente de: 2.21 - Televisores
	24 - Televisão em cores (1 aparelho; 2 aparelhos; 3 ou mais aparelhos; Não tem)	
21 - Automóvel (Tem - uso particular; Tem - para trabalho; Não tem)	18 - Automóvel particular (1 carro; 2 carros; 3 ou mais carros; Não tem)	2.22 - Automóveis para uso particular

CENSO 1980	CENSO 1991	CENSO 2000
	19 - Automóvel para trabalho (Próprio; Cedido; Não tem)	
	26 - Máquina de lavar roupa (Tem/ Não tem)	2.17 - Máquina de lavar roupa? (Não considerar tanquinho) (Sim; Não)
	27 - Aspirador de pó (Tem; Não tem)	
		2.16 - Videocassete (Sim; Não)
		2.18 - Forno de microondas? (Sim; Não)
		2.20 - Microcomputador? (Sim; Não)
		2.23 - Aparelhos de ar condicionado (Se houver ar condicionado central, registre o número de cômodos servidos)

2º Plano Tabular: Migração

CENSO 1980	CENSO 1991	CENSO 2000
11 - Nacionalidade (Brasileiro nato; Naturalizado brasileiro; estrangeiro)		4.19 - Qual é a sua nacionalidade? (Brasileiro nato; Naturalizado brasileiro; Estrangeiro)
12 - Unidade da Federação ou País estrangeiro de nascimento		
13 - Nasceu neste município (Sim; não)	14 - Nasceu neste município (Sim e sempre morou neste; Sim, mas já morou em outro; Não nasceu)	4.17 - Nasceu neste município?
		4.15 - Mora neste município desde que nasceu? (Sim; Não)
		4.18 - Nasceu nesta Unidade da Federação? (Sim; Não)
14 - Neste município morou (Só na zona urbana; só na zona rural; nas zonas urbana e rural)	12 - Neste município morou (Só na zona urbana; só na zona rural; nas zonas urbana e rural)	
15 - No Município onde residia anteriormente morava (Se nasceu e sempre morou neste município, responda - Nasceu) Na zona urbana; na zona rural; nasceu)		
	13 - Se no Quesito 12 assinalou o retângulo 3, indique há quantos anos se deu a última mudança (Nº de anos; Nunca mudou)	
16 - Há quantos anos mora nesta Unidade de Federação (Se nasceu e sempre morou neste município, responda - Nasceu) Menos de 1 ano; 1 ano; 2 anos; 3 anos; 4 anos; 5 anos; 6 a 9 anos; 10 anos ou mais; Nasceu		

CENSO 1980	CENSO 1991	CENSO 2000
<p>17 - Há quantos anos mora neste Município (Se nasceu e sempre morou neste município, responda - Nasceu) Menos de 1 ano; 1 ano; 2 anos; 3 anos; 4 anos; 5 anos; 6 a 9 anos; 10 anos ou mais; Nasceu</p>		
	<p>17/18 - Há quantos anos mora sem interrupção (Nesta Unidade da Federação; Neste município)</p>	<p>4.16 - Há quanto tempo mora sem interrupção neste município?</p>
		<p>4.22 - Há quanto tempo mora sem interrupção nesta Unidade da Federação?</p>
<p>Se no Quesito 17 respondeu, <i>Menos de 10 anos</i>, indique o nome do Município e a Sigla em que morava antes. (Se respondeu 10 anos ou mais ou Nasceu, registre sete zeros - 0000000 - no campo Código)</p>		
	<p>15 - Se Naturalizado Brasileiro ou Estrangeiro, indique o ano em que fixou residência no País (Brasileiro nato; Naturalizado brasileiro; Estrangeiro)</p>	<p>4.20 - Em que ano fixou residência no Brasil?</p>
	<p>16 - Unidade da Federação ou País estrangeiro de nascimento</p>	<p>4.21 - Qual é a Unidade da Federação ou país estrangeiro de nascimento?</p>
	<p>19 - Indique a sigla da UF e o nome do município ou do País estrangeiro em que morava antes de mudar-se para este Município</p>	<p>4.23 - Qual é a Unidade da Federação ou país estrangeiro de residência anterior?</p>

CENSO 1980	CENSO 1991	CENSO 2000
	20 - Na localidade indicada no Quesito 19, residia (Na zona urbana; na zona rural)	
	21 - Indique a sigla da UF e o nome do Município ou do País estrangeiro que residia em 01/09/1986 (se residia no Município, assinale o retângulo 7 - Neste)	4.25 - Em que município residia em 31 de julho de 1995?
		4.26 - Em que Unidade da Federação ou país estrangeiro residia em 31 de julho de 1995?
	22 - Na localidade indicada no quesito 21, antes de mudar residia (Na zona urbana; na zona rural)	4.24 - Onde residia em 31 de julho de 1995? (Neste município, na zona urbana; Neste município, na zona rural; Em outro município, na zona urbana; Em outro município, na zona rural; Em outro país; Não era nascido)
27 - Município em que trabalha ou estuda (Se não trabalha nem estuda ou se trabalha e estuda no Município de residência, registre sete zeros - 0000000 -, no campo Código, registre também 7 zeros para o não morador presente)		4.27 - Em que município e Unidade da Federação ou país estrangeiro trabalha ou estuda? (Neste município; Não trabalha nem estuda)

3º Plano Tabular: População Economicamente Ativa

CENSO 1980	CENSO 1991	CENSO 2000
28 - Trabalhou nos últimos 12 meses? (1/09/1979, a 31/08/1980)	45 - Trabalhou em todos ou em parte dos últimos 12 meses (01/09/1990 a 31/08/1991). Se assinalou o retângulo 3 - Não trabalhou, passe para o Quesito 58	4.39 - Na semana de 23 a 29 de julho de 2000, trabalhou em alguma atividade remunerada? (Inclusive a atividade de preparação de algum produto, venda ou prestação de algum serviço no próprio domicílio)
		4.40 - Na semana de 23 a 29 de julho de 2000, tinha algum trabalho remunerado do qual estava temporariamente afastado? (Por motivo de férias, licença, falta voluntária, doença, más condições do tempo ou por outra razão)
		4.41 - Na semana de 23 a 29 de julho de 2000 ajudou, sem remuneração, no trabalho exercido por pessoa conta-própria ou empregadora, moradora do domicílio, ou como aprendiz ou estagiário?
		4.42 - Na semana de 23 a 29 de julho de 2000 ajudou, sem remuneração, no trabalho exercido por pessoa moradora do domicílio empregada em atividade de cultivo, extração vegetal, criação de animais, caça, pesca ou garimpo?
		4.43 - Na semana de 23 a 29 de julho de 2000 trabalhou em atividade de cultivo, extração vegetal, criação de animais ou pesca, destinados à alimentação de pessoas moradoras no domicílio?

CENSO 1980	CENSO 1991	CENSO 2000
		4.44 - Quantos trabalhos tinha na semana de 23 a 29 de julho de 2000? (O trabalho na produção para o próprio consumo deve ser contado somente quando for o único trabalho)
30 - Qual a ocupação, profissão, cargo, função, etc., que exerceu habitualmente nos últimos 12 meses (Se mudou de ocupação com ânimo definitivo registrar a ocupação atual)	46 - Qual a ocupação, profissão, cargo, função, etc., que exerceu habitualmente nos últimos 12 meses ou em parte deles (Se exerceu duas ou mais ocupações, registre a que considera principal. Se mudou de ocupação, com ânimo definitivo, registre a ocupação)	4.45 - Qual era a ocupação que exercia no trabalho principal na semana de 23 a 29 de julho de 2000?
	47 - Setor ou ramo de atividade, negócio, organização, instituição, etc., em que exerceu a ocupação declarada no Quesito 46	
31 - Estabelecimento, negócio, instituição, etc, onde exerceu a ocupação declarada no Quesito 30	48 - Tipo de estabelecimento, negócio, instituição, etc., onde exerceu a ocupação declarada no Quesito 46	
32 - Finalidade ou ramo de negócio do estabelecimento, organização, instituição, etc., onde exerceu a ocupação declarada no quesito 30		4.46 - Qual era a atividade principal do negócio, firma, empresa, instituição ou entidade em que trabalhava na semana de 23 a 29 de julho de 2000?
33 - Posição no estabelecimento, negócio, instituição, etc. declarado no Quesito 31	49 - Relação de trabalho ou a posição da ocupação no estabelecimento, negócio, instituição, etc. declarada no Quesito 48	
	50 - Tem carteira de trabalho assinada	
34 - É contribuinte de Instituto de Previdência	53 - É contribuinte de Instituto de Previdência Pública	4.50 - Neste trabalho, era contribuinte de Instituto de Previdência oficial?

CENSO 1980	CENSO 1991	CENSO 2000
	51 - Quantas pessoas trabalham no estabelecimento, negócio, instituição, etc. declarado no Quesito 48	
35 - Horas habitualmente trabalhadas por semana na ocupação declarada no quesito 30	54/55 - Horas habitualmente trabalhadas por semana (Quando exercer só uma ocupação, registrar 00 no campo Em outras ocupações)	4.53 - Quantas horas trabalhava habitualmente por semana no trabalho principal?
36 - Horas habitualmente trabalhadas por semana em todas as ocupações que exerce		4.54 - Quantas horas trabalhava habitualmente por semana nos demais trabalhos?
	52 - Local de trabalho onde exerceu a ocupação declarada no Quesito 46	
		4.47 - Nesse trabalho era: 1. Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada; 2. Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada; 3. Empregado com carteira de trabalho assinada; 4. Empregado sem carteira de trabalho assinada; 5. Empregado
		4.48 - Neste emprego, era empregado pelo regime jurídico dos funcionários públicos ou como militar?
37 - Rendimento médio mensal bruto, recebido em dinheiro, da ocupação declarada no Quesito 30	56 - Rendimento bruto do mês de agosto de 1991 da ocupação declarada no Quesito 46	4.51 - Qual foi o seu rendimento bruto do mês de julho de 2000 no trabalho principal?
38 - Rendimento médio mensal bruto, auferido pelo recebimento de produtos ou mercadorias, da ocupação declarada no Quesito 30		

CENSO 1980	CENSO 1991	CENSO 2000
39 - Rendimento médio mensal bruto de outras ocupações exercidas habitualmente, exclusive os declarados nos Quesitos 37 e 38	57 - Rendimento bruto do mês de agosto de 1991 de outra(as) ocupação(ões)	4.52 - Qual foi o seu rendimento bruto do mês de julho de 2000 nos demais trabalhos?
		4.49 - Quantos empregados trabalhavam nesse negócio, firma, empresa, ou entidade em julho de 2000?
40 - Se no Quesito 33 respondeu <i>Empregado</i> ou <i>parceiro empregado</i> , quantos salários anuais recebe		
	58 - Se no Quesito 45 assinalou Não trabalhou, indique a situação ou ocupação que tem, obedecida a ordem numerada. Se trabalhou, não preencha este Quesito e passe para o Quesito 59	
	59 - Indique se é aposentado ou pensionista	4.56 - Em julho de 2000, era aposentado de Instituto de Previdência Oficial?
46 - Rendimento bruto mesal recebido de Aposentadoria (FUNRURAL, reforma, jubilação, etc.), de Pensão de Instituto, Caixa de Assistência Social ou Fundo de Pensão, de abono Permanência e, dividido por 12, o 14º salário recebido do PIS ou PASEP	60 - Rendimento mesal bruto do mês de agosto de 1991, proveniente de aposentadoria e/ou pensão	4.57 - Possuía rendimentos em julho de 2000 provenientes de aposentadoria, pensão?

CENSO 1980	CENSO 1991	CENSO 2000
	61 - Rendimento bruto do mês de agosto de 1991, ou média mensal de outros rendimentos que não se enquadram em nenhuma das categorias anteriormente relacionadas - aluguéis, arrendamentos, doações, emprego de capital, etc.	
42 - Se na semana de 25 a 31/08/1980 estava exercendo uma ocupação diferente da que exerce habitualmente, qual a ocupação que exerceu		
43 - Estabelecimento, negócio, instituição, etc., onde exerceu a ocupação declarada no Quesito 42		
44 - Finalidade ou ramo de negócio do estabelecimento, organização, instituição, etc., onde exerceu a ocupação declarada no quesito 42		
45 - Posição no estabelecimento, negócio, instituição, etc. declarado no quesito 43		
		4.55 - No período de 30 de junho a 29 de julho de 2000, tomou alguma providência para conseguir algum trabalho?
47 - Rendimento médio mensal proveniente de Aluguel ou Arrendamento de imóvel, móvel, veículo, máquina, etc., inclusive sublocação		4.58 - Possuía rendimentos em julho de 2000 provenientes de aluguel?

CENSO 1980	CENSO 1991	CENSO 2000
48 - Rendimento médio mensal regularmente recebido, proveniente de Doação em dinheiro ou Pensão alimentícia		4.59 - Possuía rendimentos em julho de 2000 provenientes de pensão alimentícia, mesada, doação recebida de não-morador?
49 - Média mensal de outros rendimentos de emprego de capital, recebidos nos últimos 12 meses		4.61 - Possuía rendimentos em julho de 2000 provenientes de outros?
		4.60 - Possuía rendimentos em julho de 2000 provenientes de renda mínima/bolsa-escola, seguro-desemprego, etc? (Programas oficiais de auxílio)?